

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	7
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	8
Demonstração do Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	15
Demonstração do Fluxo de Caixa	16

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017	17
DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016	18
Demonstração do Valor Adicionado	19

Comentário do Desempenho	20
Notas Explicativas	28
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	101

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	105
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	106
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	107

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2017
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	15.527
Preferenciais	23.044
Total	38.571
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	2.148.884	2.086.725
1.01	Ativo Circulante	37.031	34.724
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	20.590	17.986
1.01.06	Tributos a Recuperar	2.012	2.813
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	2.012	2.813
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	14.429	13.925
1.01.08.03	Outros	14.429	13.925
1.01.08.03.01	Dividendos a Receber	14.387	13.930
1.01.08.03.02	Outros Créditos	42	-5
1.02	Ativo Não Circulante	2.111.853	2.052.001
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	161.044	160.719
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	217	217
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	137.261	137.261
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.134	5.984
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.134	5.984
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	17.432	17.257
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	17.432	17.257
1.02.02	Investimentos	1.944.189	1.884.281
1.02.02.01	Participações Societárias	1.944.189	1.884.281
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	77.929	85.626
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1.776.326	1.701.538
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	89.934	97.117
1.02.03	Imobilizado	42	46
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	42	46
1.02.04	Intangível	6.578	6.955
1.02.04.01	Intangíveis	6.578	6.955
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	6.578	6.955

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	2.148.884	2.086.725
2.01	Passivo Circulante	2.892	4.365
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	972	964
2.01.01.01	Obrigações Sociais	972	964
2.01.02	Fornecedores	1.118	1.080
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.118	1.080
2.01.03	Obrigações Fiscais	85	377
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	81	374
2.01.03.01.02	Outras Obrigações Fiscais Federais	78	68
2.01.03.01.03	PIS/COFINS	3	306
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	4	3
2.01.05	Outras Obrigações	717	1.944
2.01.05.02	Outros	717	1.944
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	511	1.736
2.01.05.02.04	Outros Passivos Circulantes	206	208
2.02	Passivo Não Circulante	8.609	6.517
2.02.04	Provisões	8.609	6.517
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	3.435	1.343
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.263	1.263
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	29	29
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	2.143	51
2.02.04.02	Outras Provisões	5.174	5.174
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	5.174	5.174
2.03	Patrimônio Líquido	2.137.383	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.133.602	1.133.602
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	988.983	988.983
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	65.315	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-401.850	-398.075

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	59.107	59.023	120.468	-32.110
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-8.163	-22.539	-6.087	-17.672
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-453	-3.570	-545	-1.529
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	67.723	85.132	127.100	-12.909
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	59.107	59.023	120.468	-32.110
3.06	Resultado Financeiro	219	2.517	1.186	2.819
3.06.01	Receitas Financeiras	239	2.566	1.195	2.857
3.06.02	Despesas Financeiras	-20	-49	-9	-38
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	59.326	61.540	121.654	-29.291
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.326	61.540	121.654	-29.291
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	59.326	61.540	121.654	-29.291
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,45140	1,50550	2,97620	-0,71660
3.99.01.02	PN	1,59650	1,65610	3,27380	-0,78820
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,45140	1,50550	2,97620	-0,71660
3.99.02.02	PN	1,59650	1,65610	3,27380	-0,78820

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido do Período	59.326	61.540	121.654	-29.291
4.03	Resultado Abrangente do Período	59.326	61.540	121.654	-29.291

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-19.837	-15.206
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-20.168	-15.199
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	61.540	-29.291
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	1.482	1.482
6.01.01.03	Resultado da Equivalência Patrimonial	-85.132	12.909
6.01.01.04	Juros e Variações Monetárias	-150	-350
6.01.01.07	Contingências	2.092	51
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	331	-7
6.01.02.01	Tributos a Recuperar	801	305
6.01.02.02	Depósitos Judiciais	-175	-344
6.01.02.03	Outros Ativos	-47	-71
6.01.02.04	Fornecedores	38	330
6.01.02.05	Salários e Encargos Sociais	8	197
6.01.02.06	Tributos a Pagar	-292	-422
6.01.02.10	Outros Passivos	-2	-2
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	23.666	23.829
6.02.04	Dividendos Recebidos	23.666	23.829
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.225	-14.438
6.03.02	Dividendos Pagos	-1.225	-14.438
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	2.604	-5.815
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	17.986	25.235
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	20.590	19.420

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.315	-3.775	61.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.540	0	61.540
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	3.775	-3.775	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	3.775	-3.775	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	65.315	-401.850	2.137.383

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.919	-18.372	-29.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.291	0	-29.291
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	18.372	-18.372	0
5.05.03.02	Realização de Custo Atribuído	0	0	0	18.372	-18.372	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.121.950	-10.919	-262.117	2.189.230

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.015	-2.671
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.015	-2.671
7.03	Valor Adicionado Bruto	-5.015	-2.671
7.04	Retenções	-1.482	-1.482
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-1.482	-1.482
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-6.497	-4.153
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	87.698	-10.052
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	85.132	-12.909
7.06.02	Receitas Financeiras	2.566	2.857
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	81.201	-14.205
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	81.201	-14.205
7.08.01	Pessoal	19.264	14.515
7.08.01.01	Remuneração Direta	19.264	14.515
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	374	517
7.08.02.01	Federais	374	517
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	23	54
7.08.03.02	Aluguéis	23	54
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	61.540	-29.291
7.08.04.02	Dividendos	0	6.207
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	61.540	-35.498

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
1	Ativo Total	9.133.055	8.628.715
1.01	Ativo Circulante	4.168.324	3.765.539
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	965.145	917.464
1.01.03	Contas a Receber	1.320.131	1.270.105
1.01.03.01	Clientes	1.173.406	1.128.299
1.01.03.01.01	Clientes	1.626.518	1.520.588
1.01.03.01.02	Provisão CLD	-453.112	-392.289
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	146.725	141.806
1.01.04	Estoques	9.213	10.006
1.01.06	Tributos a Recuperar	111.886	121.761
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	111.886	121.761
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.761.949	1.446.203
1.01.08.03	Outros	1.761.949	1.446.203
1.01.08.03.03	Dividendos a receber	10.804	7.959
1.01.08.03.04	Outros Créditos	203.096	180.261
1.01.08.03.06	Subsídio CDE (Decreto nº 7891/13)	1.517.966	1.229.741
1.01.08.03.07	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	30.083	28.242
1.02	Ativo Não Circulante	4.964.731	4.863.176
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.449.033	1.418.149
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	137.478	137.478
1.02.01.01.01	Títulos para Negociação	217	217
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	137.261	137.261
1.02.01.03	Contas a Receber	37.756	34.393
1.02.01.03.01	Clientes	33.804	31.497
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	3.952	2.896
1.02.01.06	Tributos Diferidos	477.423	514.870
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	477.423	514.870
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	6.622	6.472
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	6.134	5.984
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	488	488
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	789.754	724.936
1.02.01.09.03	Tributos a recuperar	29.184	17.985
1.02.01.09.04	Depositos Judiciais	172.501	124.336
1.02.01.09.05	Ativo indenizatorio-concessão	348.617	349.041
1.02.01.09.06	Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	239.452	233.574
1.02.02	Investimentos	215.668	227.554
1.02.02.01	Participações Societárias	215.668	227.554
1.02.02.01.01	Participações em Coligadas	125.734	130.437
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	89.934	97.117
1.02.03	Imobilizado	152.477	158.495
1.02.04	Intangível	3.147.553	3.058.978
1.02.04.01	Intangíveis	3.147.553	3.058.978
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	3.137.130	3.046.954
1.02.04.01.02	Outros Intangíveis	10.423	12.024

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2	Passivo Total	9.133.055	8.628.715
2.01	Passivo Circulante	4.647.035	3.816.122
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	165.591	141.954
2.01.01.01	Obrigações Sociais	165.591	141.954
2.01.02	Fornecedores	880.352	625.100
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	880.352	625.100
2.01.03	Obrigações Fiscais	207.380	158.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	71.950	49.184
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.181	3.145
2.01.03.01.02	PIS/COFINS	39.568	40.761
2.01.03.01.03	Outros	3.201	5.278
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	133.703	107.032
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	1.727	2.300
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	388.648	310.152
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	133.246	202.996
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	133.246	202.996
2.01.04.02	Debêntures	255.402	107.156
2.01.05	Outras Obrigações	2.855.268	2.418.088
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.171	17.016
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	13.171	17.016
2.01.05.02	Outros	2.842.097	2.401.072
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	511	1.736
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	2.760.559	2.298.120
2.01.05.02.05	Passivo Financeiro Parcela A - CVA	29.527	51.960
2.01.05.02.20	Outros Passivos Circulantes	51.500	49.256
2.01.06	Provisões	149.796	162.312
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	149.796	162.312
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	149.796	162.312
2.02	Passivo Não Circulante	2.348.637	2.736.750
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	147.693	477.639
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	47.901	130.035
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	47.901	130.035
2.02.01.02	Debêntures	99.792	347.604
2.02.02	Outras Obrigações	204.000	256.220
2.02.02.02	Outros	204.000	256.220
2.02.02.02.03	Taxas Regulamentares	171.746	155.686
2.02.02.02.04	Outros Passivos não Circulantes	2.476	2.475
2.02.02.02.05	Passivo Financeiro Parcela A CVA	29.778	98.059
2.02.03	Tributos Diferidos	6.409	7.859
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	6.409	7.859
2.02.04	Provisões	1.990.535	1.995.032
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.632.067	1.618.480
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	70.125	60.504
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	63.742	46.480
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	1.336.798	1.396.913
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	161.402	114.583

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2017	Exercício Anterior 31/12/2016
2.02.04.02	Outras Provisões	358.468	376.552
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	357.011	353.504
2.02.04.02.05	Provisões Ambientais	1.457	23.048
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	2.137.383	2.075.843
2.03.01	Capital Social Realizado	1.340.000	1.340.000
2.03.02	Reservas de Capital	316	316
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	316	316
2.03.04	Reservas de Lucros	1.133.602	1.133.602
2.03.04.01	Reserva Legal	144.619	144.619
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	988.983	988.983
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	65.315	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-401.850	-398.075

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.930.187	5.122.407	1.535.935	4.421.436
3.01.01	Receita de Venda e Serviços	1.492.038	4.535.731	1.547.114	4.922.748
3.01.02	Receita de Construção	110.103	302.141	101.515	283.097
3.01.03	Receita Parcela A - CVA	327.572	283.134	-113.472	-791.574
3.01.04	Atualização Ativo Financeiro VNR	474	1.401	778	7.165
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.690.305	-4.450.095	-1.292.972	-4.115.353
3.02.01	Custo de Venda e Serviços	-1.580.202	-4.147.954	-1.191.457	-3.832.256
3.02.02	Custo de Construção	-110.103	-302.141	-101.515	-283.097
3.03	Resultado Bruto	239.882	672.312	242.963	306.083
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-153.978	-400.497	-104.080	-323.823
3.04.01	Despesas com Vendas	-71.725	-180.438	-55.654	-162.808
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-94.153	-264.972	-82.182	-239.657
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	9.865	37.408	25.518	44.747
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	2.035	7.505	8.238	33.895
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	85.904	271.815	138.883	-17.740
3.06	Resultado Financeiro	-15.087	-147.093	43.361	-35.109
3.06.01	Receitas Financeiras	60.491	232.482	141.931	290.683
3.06.02	Despesas Financeiras	-75.578	-379.575	-98.570	-325.792
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	70.817	124.722	182.244	-52.849
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-11.491	-63.182	-60.590	23.558
3.08.01	Corrente	-15.420	-27.186	-77.296	-252.384
3.08.02	Diferido	3.929	-35.996	16.706	275.942
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	59.326	61.540	121.654	-29.291
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	59.326	61.540	121.654	-29.291
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	59.326	61.540	121.654	-29.291
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	1,45140	1,50550	2,97610	-0,71660

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
3.99.01.02	PN	1,59650	1,65610	3,27380	0,78820
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	1,45140	1,50550	2,97610	0,71660
3.99.02.02	PN	1,59650	1,65610	3,27380	0,78820

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2016 à 30/09/2016	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	59.326	61.540	121.654	-29.291
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	59.326	61.540	121.654	-29.291
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	59.326	61.540	121.654	-29.291

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício	Acumulado do Exercício Anterior
		01/01/2017 à 30/09/2017	01/01/2016 à 30/09/2016
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	593.025	635.317
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	435.268	25.449
6.01.01.01	Lucro Líquido antes do IR e da CSLL	124.722	-52.849
6.01.01.02	Depreciação e Amortização	163.154	180.996
6.01.01.04	Resultado da Equivalência Patrimonial	-7.505	-33.895
6.01.01.05	Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-30.189	-29.778
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias	88.008	183.406
6.01.01.08	IR e CSLL Pagos	-73.995	-200.989
6.01.01.09	Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	60.823	47.200
6.01.01.10	Juros Pagos	-37.265	-117.610
6.01.01.11	Contingência	55.618	-13.842
6.01.01.13	Realização de Provisões para Perdas	52	-5.662
6.01.01.14	Provisão para Passivo Atuarial	54.966	47.616
6.01.01.15	Atualização Ativo Financeiro - VNR	-1.401	-7.166
6.01.01.16	Ganhos em Participações Societárias	0	60
6.01.01.17	Baixa Ativo Indenizatório	822	706
6.01.01.18	Baixa de Ativo Imobilizado/Intangível	37.458	27.256
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	157.757	609.868
6.01.02.01	Contas a Receber	-113.156	53.395
6.01.02.02	Estoques	793	-728
6.01.02.03	Ativos Financeiros	-288.480	710.294
6.01.02.04	Tributos a Recuperar	-1.324	-140.529
6.01.02.05	Subsidio Decreto nº 7.891/2013	-288.225	-435.551
6.01.02.06	Depósitos Judiciais	-48.165	-3.783
6.01.02.09	Outros Ativos	-17.199	-58.180
6.01.02.10	Fornecedores	255.252	-185.766
6.01.02.11	Salários e Encargos Sociais	23.637	25.849
6.01.02.12	Tributos a Pagar	95.673	101.513
6.01.02.13	Taxas Regulamentares	479.272	644.743
6.01.02.14	Passivo Atuarial	-158.957	-152.266
6.01.02.15	Passivos Regulatórios	220.236	62.824
6.01.02.19	Outros Passivos	-1.600	-11.947
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-273.136	-249.194
6.02.01	Aquisição de Bens do Ativo Imobilizado e Intangível	-288.581	-254.312
6.02.02	Aumento de Capital	-4.979	-2.573
6.02.05	Dividendos Recebidos	20.424	7.691
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-272.208	-326.737
6.03.02	Amortização de Empréstimos	-151.186	-168.947
6.03.03	Ingresso de Empréstimos	201	4.798
6.03.05	Dividendos Pagos	-1.225	-14.438
6.03.06	Ingresso Debêntures	0	151.850
6.03.07	Pagamento de Debêntures	-119.998	-300.000
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	47.681	59.386
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	917.464	922.047
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	965.145	981.433

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 30/09/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.133.602	0	-398.075	2.075.843	0	2.075.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	65.315	-3.775	61.540	0	61.540
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	61.540	0	61.540	0	61.540
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	3.775	-3.775	0	0	0
5.05.03.02	Realização do Custo Atribuído	0	0	0	3.775	-3.775	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.133.602	65.315	-401.850	2.137.383	0	2.137.383

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2016 à 30/09/2016**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.340.000	316	1.128.157	0	-243.745	2.224.728	0	2.224.728
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.04.06	Dividendos	0	0	-6.207	0	0	-6.207	0	-6.207
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.919	-18.372	-29.291	0	-29.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-29.291	0	-29.291	0	-29.291
5.05.03	Reclassificações para o Resultado	0	0	0	18.372	-18.372	0	0	0
5.07	Saldos Finais	1.340.000	316	1.121.950	-10.919	-262.117	2.189.230	0	2.189.230

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2017 à 30/09/2017	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2016 à 30/09/2016
7.01	Receitas	8.311.182	7.753.480
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	8.001.636	7.472.788
7.01.02	Outras Receitas	68.229	44.795
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	302.141	283.097
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-60.824	-47.200
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-4.176.230	-3.810.020
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-3.734.147	-3.429.703
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-139.942	-102.882
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	5.662
7.02.04	Outros	-302.141	-283.097
7.02.04.01	Custos refs à Construção de Ativos Próprios	-302.141	-283.097
7.03	Valor Adicionado Bruto	4.134.952	3.943.460
7.04	Retenções	-163.154	-180.996
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-163.154	-180.996
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	3.971.798	3.762.464
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	239.987	324.578
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	7.505	33.895
7.06.02	Receitas Financeiras	232.482	290.683
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	4.211.785	4.087.042
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	4.211.785	4.087.042
7.08.01	Pessoal	502.997	457.492
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.250.158	3.322.665
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	397.090	336.176
7.08.03.01	Juros	379.575	325.792
7.08.03.02	Aluguéis	17.515	10.384
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	61.540	-29.291
7.08.04.02	Dividendos	0	6.207
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	61.540	-35.498



1. INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados em imobilizado, intangível e participações em PCHs pela Companhia no terceiro trimestre de 2017 chegaram a R\$328 milhões ante R\$310 milhões em 2016, sendo 5,91% superior ao mesmo período do ano anterior, conforme evidenciado no quadro a seguir:

Do total investido o maior volume R\$318,8 milhões foi destinado à expansão e melhoria do sistema, eficiência operacional e modernização da gestão Celesc D. Deste valor, R\$276,4 milhões foram com recursos próprios milhões (sendo R\$209,5 milhões em materiais e serviços, R\$66,9 milhões em mão de obra própria) e R\$42,4 milhões foram com recursos de terceiros, provenientes de Participação Financeira do Consumidor em obras da Celesc D. As regras da Participação Financeira do Consumidor estão estabelecidas na Resolução Normativa no 414, da ANEEL, de 09 de setembro de 2010.

Dos principais investimentos realizados no parque gerador próprio, R\$2,6 milhões se refere à automação da Usina Bracinho e R\$0,8 milhão na substituição do conduto forçado da UG02 da Usina Pery.

Em relação aos investimentos em SPEs, foi investido R\$3,8 milhões na construção da usina Garça Branca, R\$0,9 milhão em adiantamento futuro de capital na usina Xavantina e R\$0,3 milhão em investimentos na EDP Transmissão Aliança SC.

Investimento	30 de setembro 2017		30 de setembro 2016		Análise Horizontal
	R\$	%	R\$	%	
Distribuição de Energia Elétrica	318.814	97,03	309.078	99,63	3,15
Geração de Energia Elétrica	9.752	2,97	3.731	1,19	161,38
Total	328.566	100	312.809	100	5,04

Fonte: DEF/DPCO

2. MERCADO ACIONÁRIO

O Índice BOVESPA fechou o 3º trimestre de 2017 com desempenho positivo de 18,12%. O Índice do Setor de Energia Elétrica – IEE apresentou valorização de 8,43% no mesmo período. As Ações Preferenciais – PN da Companhia acompanharam o desempenho positivo do Setor Elétrico, ou seja, também apresentaram valorização de 19,39% no terceiro trimestre de 2017.

O quadro a seguir apresenta as cotações finais em 30 de setembro de 2017 e respectivas variações percentuais das ações da Companhia e dos principais indicadores de mercado:

Comentário do Desempenho



	Fechamento		Desempenho *
	30 de setembro 2017	3ª TRI 2017	Variação % Em 12 meses
Celesc PN	R\$ 21,49	19,39%	53,72%
Celesc ON	R\$ 25,08	-10,27%	16,65%
IBOVESPA	74.294	18,12%	27,29%
IEE	41.306	8,43%	13,77%

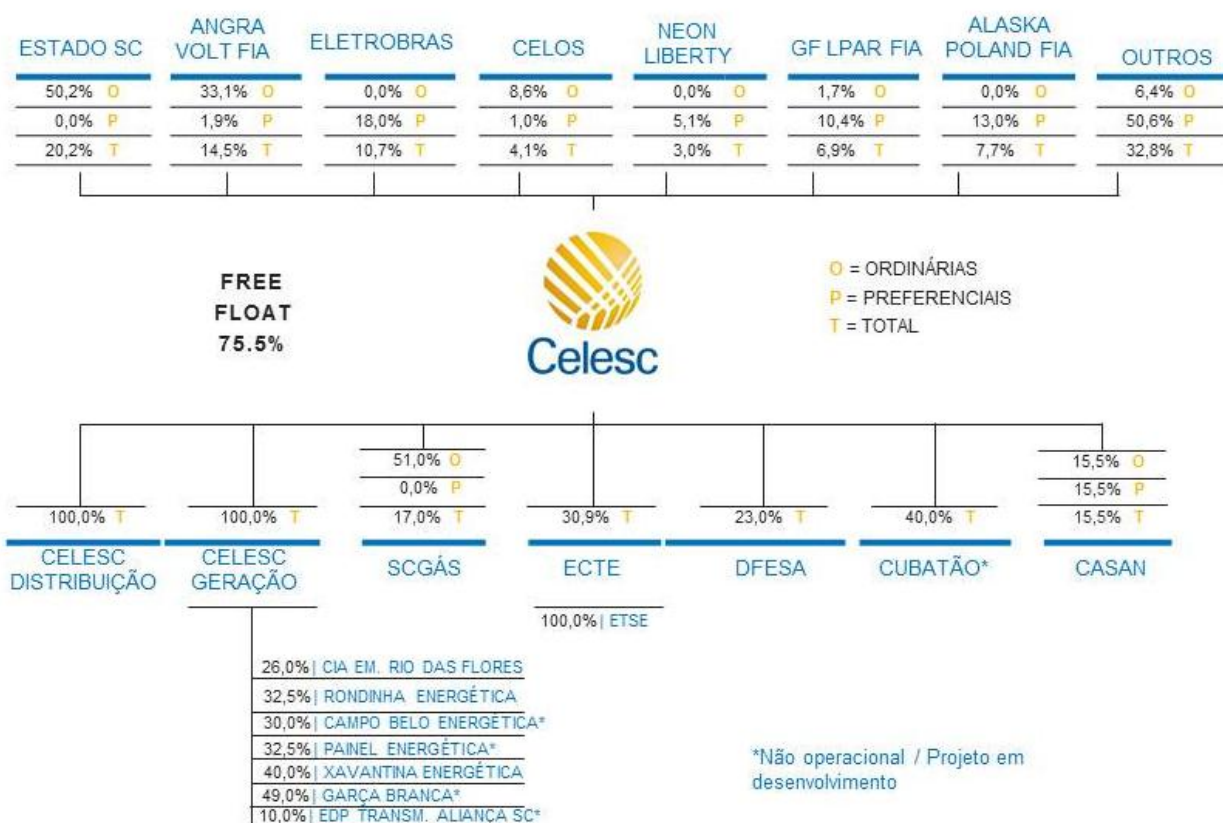
Fonte: DEF/DPRI

*Variações percentuais com ajuste a proventos

3. VALOR DE MERCADO DA AÇÃO

Os valores de mercado das ações da Companhia, em 30 de setembro de 2017, conforme demonstrado no quadro anterior, são: R\$25,08 (vinte e cinco reais e oito centavos) para cada Ação Ordinária – ON (CLSC3) e R\$21,49 (vinte e um reais e quarenta e nove centavos) para cada Ação Preferencial – PN (CLSC4).

Seu acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das Ações Ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,2% do Capital Total. A estrutura acionária e societária, em 30 de setembro de 2017 está apresentada no gráfico a seguir:



Fonte: DEF/DPRI

Comentário do Desempenho



4. RECURSOS HUMANOS

O grupo Celesc encerrou o terceiro trimestre de 2017, com um quadro funcional de 3.313 empregados. O total de empregados representa um decréscimo de 1,6% em relação ao mesmo período do ano anterior (3.367 empregados).

5. DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

O Lucro Líquido acumulado no trimestre findo em 30 de setembro de 2017 apresentado pela Companhia foi de R\$61,5 milhões, que representa um aumento de 310,1%, se comparado ao mesmo período de 2016 (Prejuízo Líquido de R\$29,3 milhões).

Por meio dos indicadores econômicos, as informações consolidadas do desempenho da Companhia em 30 de setembro de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, são as seguintes:

Dados Econômico-Financeiros	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016 (Reapresentado)	AH
Receita Operacional Bruta – ROB	8.305.178	7.763.050	6,98%
Receita Operacional Líquida – ROL	5.122.407	4.421.436	15,85%
Resultado das Atividades	271.815	(17.740)	1632,22%
EBITDA Ajustado	434.969	157.594	176,01%
EBITDA	434.969	163.256	166,43%
Margem EBITDA Ajustado (EBITDA/ROL)	8,49%	3,56%	4,93 p.p.
Margem EBITDA (EBITDA/ROL)	8,49%	3,69%	4,80 p.p.
Margem Líquida (LL/ROL)	1,20%	-0,66%	1,86 p.p.
Resultado Financeiro	(147.093)	(35.109)	318,96%
Ativo Total	9.133.055	8.757.952	4,28%
Imobilizado	152.477	152.622	-0,10%
Patrimônio Líquido	2.137.383	2.189.230	-2,37%
Lucro/Prejuízo Líquido	61.540	(29.291)	310,10%

Fonte: DEF/DPCO

O Grupo encerrou 30 de setembro de 2017 com uma Receita Operacional Bruta – ROB acumulada de R\$8.305,1 milhões com aumento de 6,98% em relação a 2016 num valor de R\$7.763,0 milhões.

A Receita Operacional Líquida – ROL aumentou 15,85%, fechando o terceiro trimestre de 2017 em R\$5.122,4 milhões em relação ao mesmo período de 2016 num valor de R\$4.421,4 milhões.

O EBITDA ajustado, do terceiro trimestre de 2017, atingiu o valor de R\$434,9 milhões, ficando 176,01% maior em relação a 2016 (R\$157,6 milhões) e a Margem do EBITDA Ajustado passou de 3,56% no terceiro trimestre de 2016 para 8,49% em 2017.

A movimentação do Lucro/Prejuízo Líquido do Exercício antes dos Juros, Impostos, Resultado Financeiro e Depreciação/Amortização – EBITDA está detalhada a seguir:

Comentário do Desempenho



Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Conciliação do EBITDA - R\$ MIL	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016 (Reapresentado)
Lucro/Prejuízo Líquido	61.540	(29.291)
IRPJ e CSLL Corrente e Diferido	63.182	(23.558)
Resultado Financeiro	147.093	35.109
Depreciação e Amortização	163.154	180.996
EBITDA	434.969	163.256
(-) Efeitos Não-Recorrentes		
Reversão da Provisão para Perdas do Imobilizado	-	(5.662)
(=) EBITDA Ajustado por Efeitos Não-Recorrentes	434.969	157.594

Fonte: DEF/DPCO

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A composição acionária, em número de ações dos acionistas com mais de 5% de qualquer espécie ou classe, está representada conforme o quadro a seguir:

Acionista	Base Acionária em 30 de setembro 2017					
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Estado de Santa Catarina	7.791.010	50,18	191	0,00	7.791.201	20,20
Angra Partners Volt Fundo de Inv em Ações	5.140.868	33,11	437.807	1,90	5.578.675	14,46
Fundação Celesc de Seguridade Social - Celos	1.340.474	8,63	230.800	1,00	1.571.274	4,07
Geração LPar Fundo de Investimento	257.600	1,66	2.400.000	10,41	2.657.600	6,89
Centrais Elétricas Brasileiras - Eletrobras*	4.233	0,03	4.142.774	17,98	4.147.007	10,75
Alaska Poland FIA	-	0,00	2.995.900	13,00	2.995.900	7,77
Neon Liberty Capital Management LLC	-	0,00	1.173.300	5,09	1.173.300	3,04
Outros	992.952	6,39	11.663.682	50,62	12.656.634	32,82
Total	15.527.137	40,26	23.044.454	59,74	38.571.591	100,00

Capital Social: R\$1.340.000.000,00 e Capital Autorizado: R\$1.340.000.000,00

*Companhia de Capital Aberto

Fonte: DEF/DPRI

7. PARTICIPAÇÃO ESTRANGEIRA NO CAPITAL

Os investidores estrangeiros encerraram o terceiro trimestre de 2017 representando 14,17% do Capital Social total da Companhia, detendo um volume de 5.466.808 ações, na grande maioria, ações preferenciais.

Participação dos Investidores por Residência	Quantidade de Ações	%
Investidores Estrangeiros	5.466.808	14,17
Investidores Nacionais	33.104.783	85,83
Total	38.571.591	100,00

Fonte: DEF/DPRI

8. AÇÕES DO CONTROLADOR, ADMINISTRADORES E MEMBROS DO CONSELHO FISCAL

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante do seu Estatuto Social.

Comentário do Desempenho



Acionista	Ações ON		Ações PN		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Controlador	9.229.660	59,44%	234.305	1,02%	9.463.965	24,54%
Conselho de Administração	-	-	2	0,00%	2	0,00%
Outros Acionistas	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%
Total	15.527.137	100,00%	23.044.454	100,00%	38.571.591	100,00%

Fonte: DEF/DPRI

9. AÇÕES EM CIRCULAÇÃO

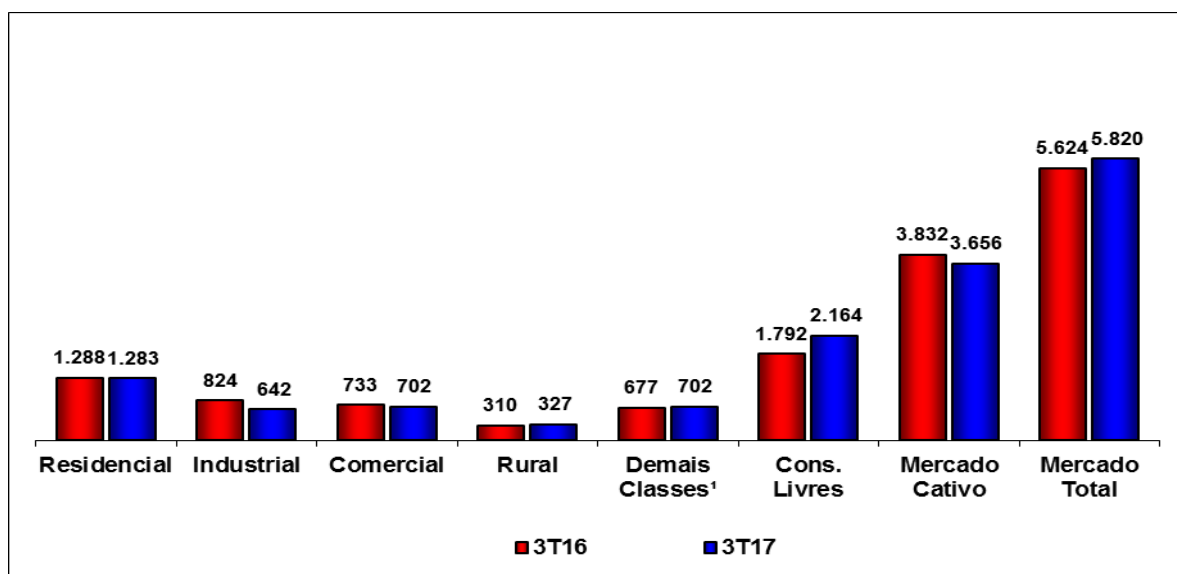
Descrição	Ações ON – CLSC3		Ações PN – CLSC4		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Capital Total	15.527.137	100,0	23.044.454	100,0	38.571.591	100,00
Ações em Circulação	6.297.477	40,56%	22.810.147	98,98%	29.107.624	75,46%

Fonte: DEF/DPRI

10. BALANÇO ENERGÉTICO

O Mercado Cativo Faturado da Celesc D apresentou uma queda de 4,6% no terceiro trimestre de 2017 em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.656 GWh. Com relação ao Mercado Total, incluindo consumidores livres, o aumento no consumo de energia elétrica foi de 3,5%, atingindo 5.820 GWh distribuídos.

No gráfico a seguir podem ser observados os valores de consumo de cada classe no Mercado Cativo, como também a variação do Mercado Total.



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Demais Classes¹ = Poder Público + Iluminação Pública + Serviço Público + Revenda. Não considera Consumo Próprio.

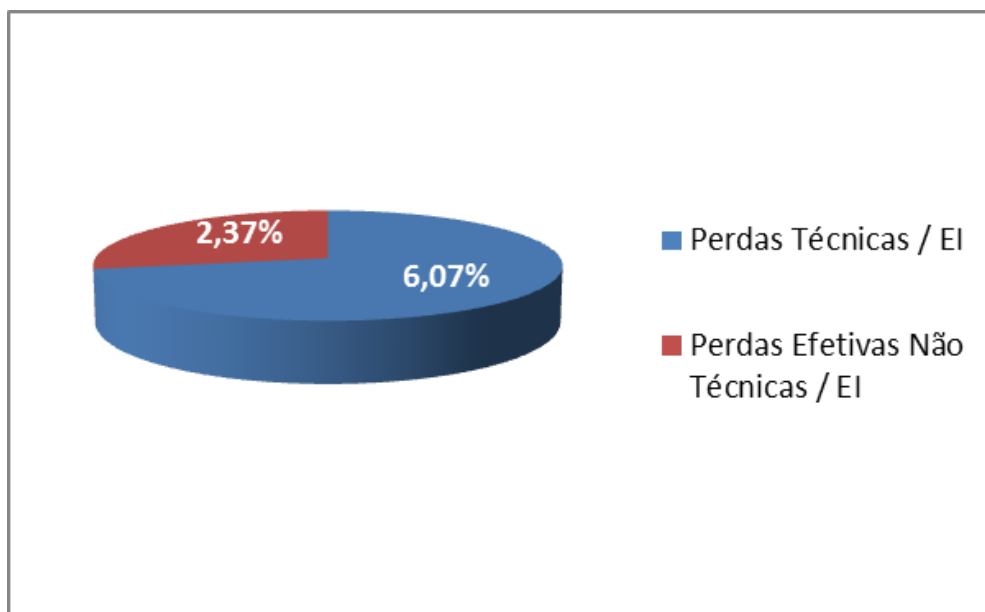
Comentário do Desempenho



De acordo com a última Revisão Tarifária Periódica da Celesc Distribuição, a perda regulatória da distribuição foi definida em 7,12%. Desse total, 5,71% referem-se ao volume de perdas técnicas e 1,41% às perdas não técnicas.

No acumulado dos últimos 12 meses até setembro de 2017, as perdas efetivas na distribuição representaram 8,44% da energia injetada no sistema de distribuição da concessionária, 6,07% referentes às perdas técnicas definidas pelo PRODIST – Módulo 7 (2016) e 2,37% correspondem às perdas efetivas não técnicas, conforme apresentado no gráfico a seguir.

Perdas de Energia na Distribuição
(Energia Injetada - Energia Fornecida Faturada) - %



Fonte: DCL/DPCM/DVME

Nota: Acumulado dos últimos 12 meses.

Comentário do Desempenho



11. MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

MERCADO CATIVO DE ENERGIA ELÉTRICA

Descrição	2017		2016		Variação Vertical				Variação Horizontal	
					3º Trim	Acum	3º Trim	Acum	3º Trim	Acum
	3º Trim	Acumulado	3º Trim	Acumulado	2017	2017	2016	2016	17-16	17-16
Receita de Vendas por Classe de Consumo em R\$ mil										
Residencial	753.135	2.420.369	771.119	2.495.740	37,8%	38,7%	37,5%	36,5%	-2,3%	-3,0%
Industrial	437.686	1.281.270	495.967	1.689.750	22,0%	20,5%	24,1%	24,7%	-11,8%	-24,2%
Comercial	453.312	1.503.407	484.651	1.665.202	22,7%	24,0%	23,6%	24,3%	-6,5%	-9,7%
Rural	128.095	394.163	117.265	371.990	6,4%	6,3%	5,7%	5,4%	9,2%	6,0%
Poder Público	62.217	187.489	63.439	198.008	3,1%	3,0%	3,1%	2,9%	-1,9%	-5,3%
Iluminação Pública	59.453	168.722	53.514	164.202	3,0%	2,7%	2,6%	2,4%	11,1%	2,8%
Serviço Público	43.651	128.251	43.184	131.235	2,2%	2,0%	2,1%	1,9%	1,1%	-2,3%
Subtotal	1.937.549	6.083.671	2.029.139	6.716.127	97,2%	97,2%	98,7%	98,2%	-4,5%	-9,4%
Suprimento	55.249	172.533	27.149	122.723	2,8%	2,8%	1,3%	1,8%	103,5%	40,6%
TOTAL	1.992.798	6.256.204	2.056.288	6.838.850	100%	100%	100%	100%	-3,1%	-8,5%
Consumo por Classe em MWh										
Residencial	1.282.977	4.242.063	1.268.441	4.144.275	35,1%	35,9%	33,5%	33,1%	1,1%	2,4%
Industrial	642.461	1.939.432	803.862	2.646.143	17,6%	16,4%	21,2%	21,1%	-20,1%	-26,7%
Comercial	701.929	2.438.726	728.668	2.614.217	19,2%	20,6%	19,3%	20,9%	-3,7%	-6,7%
Rural	326.720	1.034.075	306.498	976.287	8,9%	8,8%	8,1%	7,8%	6,6%	5,9%
Poder Público	101.931	325.368	98.721	322.951	2,8%	2,8%	2,6%	2,6%	3,3%	0,7%
Iluminação Pública	161.909	474.753	153.900	452.949	4,4%	4,0%	4,1%	3,6%	5,2%	4,8%
Serviço Público	86.455	263.403	83.054	255.316	2,4%	2,2%	2,2%	2,0%	4,1%	3,2%
Subtotal	3.304.382	10.717.820	3.443.144	11.412.138	90,4%	90,7%	91,0%	91,2%	-4,0%	-6,1%
Suprimento	351.851	1.099.908	340.913	1.099.988	9,6%	9,3%	9,0%	8,8%	3,2%	0,0%
TOTAL	3.656.233	11.817.728	3.784.057	12.512.126	100%	100%	100%	100%	-3,4%	-5,5%
Preço Médio Unitário do MWh em R\$										
Residencial	587,02	570,56	607,93	602,21	107,7%	107,8%	111,9%	110,2%	-3,4%	-5,3%
Industrial	681,26	660,64	616,98	638,57	125,0%	124,8%	113,5%	116,8%	10,4%	3,5%
Comercial	645,81	616,47	665,12	636,98	118,5%	116,4%	122,4%	116,5%	-2,9%	-3,2%
Rural	392,06	381,17	382,60	381,02	71,9%	72,0%	70,4%	69,7%	2,5%	0,0%
Poder Público	610,38	576,24	642,61	613,12	112,0%	108,8%	118,3%	112,2%	-5,0%	-6,0%
Iluminação Pública	367,20	355,39	347,72	362,52	67,4%	67,1%	64,0%	66,3%	5,6%	-2,0%
Serviço Público	504,90	486,90	519,95	514,01	92,6%	92,0%	95,7%	94,0%	-2,9%	-5,3%
Subtotal	586,36	567,62	589,33	588,51	107,6%	107,2%	108,5%	107,7%	-0,5%	-3,5%
Suprimento	157,02	156,86	79,64	111,57	28,8%	29,6%	14,7%	20,4%	97,2%	40,6%
TOTAL	545,04	529,39	543,41	546,58	100%	100%	100%	100%	0,3%	-3,1%

Fonte: DCL

Comentário do Desempenho



12. CLÁUSULA COMPROMISSÓRIA

A Companhia informa que está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social, em seu artigo 64º “A Companhia, seus acionistas, administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Contrato de Participação no Nível 2, do Regulamento de Sanções e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado”.

13. AUDITORES INDEPENDENTES

Conforme disposições contidas na Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, e ratificadas pelo Ofício Circular CVM /SNC/SEP nº 01, de 25 de fevereiro de 2005, a Companhia informa que o Auditor Independente não prestou qualquer tipo de serviço além daqueles estritamente relacionados à atividade de auditoria externa.

Florianópolis, 14 de novembro de 2017.

A Administração



1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc, é uma sociedade anônima por ações de capital aberto, de economia mista, fundada em 9 de dezembro de 1955 por meio do Decreto Estadual nº 22, com sede na Avenida Itamarati, 160, bairro Itacorubi, Florianópolis, Santa Catarina, Brasil.

Obteve seu primeiro registro em Bolsa de Valores em 26 de março de 1973, e hoje tem seus papéis negociados na bolsa de São Paulo no Nível 2 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, em São Paulo e é controlada pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

O acionista majoritário é o Estado de Santa Catarina, detentor de 50,18% das ações ordinárias da Companhia, correspondentes a 20,20% do Capital Total. O Capital Social atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340,0 milhões, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 40,26% de ações ordinárias com direito a voto e 59,74% de ações preferenciais, também nominativas, sem direito a voto.

A Companhia e suas controladas e coligadas têm como atividade preponderante a geração, transmissão e distribuição de energia elétrica. Além disso, atua no segmento de distribuição de gás natural canalizado.

Em 30 de setembro de 2017, as principais controladas integrais consolidadas, investimentos de controle compartilhado e coligadas são:

Quadro 1 – Percentual de Participação em Subsidiárias Integrais

Descrição	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Controladas	Direta	Direta
Celesc Geração S.A. (Celesc G)	100,00	100,00
Celesc Distribuição S.A. (Celesc D)	100,00	100,00

Fonte: DEF/DPRI

Quadro 2 – Percentual de Participação em Controladas em Conjunto e Coligadas

Descrição	30 de setembro 2017		31 de dezembro 2016	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Controladas em Conjunto				
Companhia de Gás de Santa Catarina – SCGÁS	17,00	-	17,00	-
Coligadas				
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. – ECTE	30,88	-	30,88	-
Dona Francisca Energética S.A. – DFESA	23,03	-	23,03	-
Usina Hidrelétrica de Cubatão S.A.	40,00	-	40,00	-
Campo Belo Energética S.A.	-	30,00	-	30,00
Painel Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Rondinha Energética S.A.	-	32,50	-	32,50
Companhia Energética Rio das Flores S.A.	-	26,07	-	26,07
Xavantina Energética S.A.	-	40,00	-	40,00
Garça Branca Energética S.A.	-	49,00	-	49,00
EDP Transmissão Aliança SC	-	10,00	-	-

Fonte: DEF/DPRI

1.1. Participações em Subsidiárias Integrais

1.1.1. Celesc Distribuição S.A. – Celesc D

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A Celesc atua, total ou parcialmente, na distribuição de energia elétrica para 260 municípios, além de parte do município de Rio Negro, no Paraná, totalizando a prestação de serviços para uma carteira formada por mais de 2,8 milhões de clientes, nestes incluídos os atendimentos a título precário.

Além disso, a Celesc D atua ainda no suprimento de energia elétrica para o atendimento de 4 (quatro) pequenas concessionárias, 17 (dezesete) permissionárias e 2 (duas) cooperativas, dispostos, na sua maioria, na região sul do estado.

1.1.2. Celesc Geração S.A. – Celesc G

A Celesc G é a subsidiária integral da Celesc, que responde pela operação, manutenção, expansão e comercialização do parque gerador da Companhia, atualmente formado por 2 (duas) Pequenas Centrais Hidrelétricas – PCHs, 6 (seis) Usinas Hidrelétricas – UHEs e 4 (quatro) Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs de propriedade integral da Empresa e 5 (cinco) PCHs desenvolvidas em parceria com investidores privados, no formato de Sociedade de Propósito Específico – SPE.

O parque de geração própria possui 106,97MW de potência instalada, conforme quadro a seguir.

Quadro 3 – Parque Gerador Próprio – Usinas 100% Celesc G

Geradora	Localidade	Potência Instalada (MW)	Data de Vencimento da Concessão
UHE Palmeiras	Rio dos Cedros/SC	24,60	07/11/2046
UHE Bracinho	Schroeder/SC	15,00	07/11/2046
UHE Garcia	Angelina/SC	8,92	05/01/2046
UHE Cedros	Rio dos Cedros/SC	8,40	07/11/2046
UHE Salto	Blumenau/SC	6,28	07/11/2046
PCH Celso Ramos	Faxinal do Guedes/SC	5,62	17/03/2035
PCH Pery	Curitibanos/SC	30,00	09/07/2047(i)
UHE Caveiras	Lages/SC	3,83	10/07/2018 (ii)
CGH Ivo Silveira	Campos Novos/SC	2,60	(iii)
CGH Pirai	Joinville/SC	0,78	(iii)
CGH São Lourenço	Mafra/SC	0,42	(iii)
CGH Rio do Peixe	Videira/SC	0,52	(iii)
Total da Capacidade Instalada		106,97	

Fonte: DGT/DPEG

(i) Concessão prorrogada por mais 30 anos, passando a vigorar em 10 de julho de 2017.

(ii) Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.



(iii) As Centrais Geradoras Hidrelétricas – CGHs, com potência inferior a 5MW, estão dispensadas do ato de concessão, não possuindo, portanto, data de vencimento. A conversão do regime de concessão de “serviço público” para “registro” junto à ANEEL já foi concluído.

Outros projetos estão em fase de revisão para ampliação e reativação de usinas de propriedade integral conforme quadro a seguir:

Quadro 4 - Projetos de Expansão da Geração – Parque Próprio Celesc G

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
Investimentos em Ampliação na PCH Celso Ramos	12,82	7,56	100%	12,82	7,56	17/03/2035
Investimentos na Reativação na CGH Maruim	1,40	0,78	100%	1,40	0,78	-
Investimentos em Ampliação na UHE Salto	29,28	17,5	100%	29,28	17,5	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Cedros (1 e 2)	13,00	8,42	100%	13,00	8,42	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Palmeiras	25,35	17,15	100%	25,35	17,15	07/11/2046
Investimentos em Ampliação na UHE Caveiras	13,83	9,74	100%	13,83	9,74	(i)
Investimentos em Ampliação na CGH Rio do Peixe	9,00	4,92	100%	9,00	4,92	(ii)
Total	104,68	66,07		104,68	66,07	

Fonte: DGT/DPNN/DPOM

(i) Dependerá do Estudo de Inventário do Trecho do Rio e da Outorga de Autorização. Ao término da atual concessão a UHE Caveiras se tornará CGH.

(ii) Dependerá da Outorga de Autorização.

O parque de geração em parceria com investidores privados no formato de Sociedades de Propósito Específico – SPE possui 25,28MW. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 8,05MW de potência instalada, conforme quadro adiante.

Quadro 5 – Novos empreendimentos em operação – Participação minoritária

Usinas	Localização	Prazo de Concessão	Potência Instalada (MW)	Participação Celesc Geração	Equivalente Potência Instalada (MW)
PCH Prata	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Belmonte	Belmonte/SC	13/05/2039	3,60	26,07%	0,94
PCH Bandeirante	Bandeirante/SC	13/05/2039	3,00	26,07%	0,78
PCH Rondinha	Passos Maia/SC	14/10/2040	9,60	32,50%	3,12
PCH Xavantina	Xanxerê/SC	08/04/2040	6,08	40,00%	2,43
Total - MW			25,28		8,05

Fonte: DGT/DPNN

A Celesc G possui participação societária em outros três empreendimentos, ainda em estágio de desenvolvimento, totalizando 25,65MW de potência instalada. A potência equivalente à participação societária da Celesc G nesses empreendimentos é de 9,17MW de potência instalada proporcional, conforme quadro a seguir:

Quadro 6 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento – Participação Minoritária

Investimentos em Ampliação e Novas Usinas	Potência Instalada (MW)	Garantia Física (MW)	Propriedade	Potência Instalada (MW) Proporcional	Garantia Física (MW Médios) Proporc.	Data de Vencimento da Concessão
PCH Garça Branca	6,50	3,40	49,00%	3,19	1,67	05/03/2043
PCH Campo Belo	9,95	4,13	30,00%	2,99	1,24	13/05/2044
PCH Painel	9,20	4,80	32,50%	2,99	1,56	05/03/2043
Total	25,65	12,33		9,17	4,47	

Fonte: DGT/DPNN

1.1.2.1. Leilão de Transmissão – Consórcio na Celesc G

Em 24 de abril de 2017, o Consórcio Aliança formado pela Celesc G (10%) e pela EDP Energias do Brasil (90%), arrematou o lote 21 do Leilão de Transmissão realizado pela ANEEL, em São Paulo. Com a execução das obras previstas, o consórcio receberá receita anual de R\$171,8 milhões. O valor representa um deságio de 34,99%, em relação ao valor máximo de R\$264,3 milhões, estabelecido pela ANEEL.

O lote 21 era o terceiro maior ofertado no leilão, com investimento estimado pela ANEEL de R\$1,265 bilhão. O pacote inclui a construção de três trechos de Linhas de Transmissão de 525kV (Campos Novos – Abdon Batista, com 39Km; Abdon Batista – Siderópolis 2, com 261Km e Biguaçu – Siderópolis 2, com 149 Km); dois trechos de Linhas de Transmissão de 230kV (Siderópolis 2 – Forquilha, com 28Km; e Siderópolis 2 – Siderópolis, com 7,5Km); além da subestação 525/230kV - Siderópolis 2. As instalações visam à expansão do sistema de transmissão em Santa Catarina. O prazo para a execução das obras é de 60 meses e a entrada em operação comercial está prevista para agosto de 2022, com possibilidade de antecipação.

A tabela abaixo resume as principais informações do empreendimento:

Quadro 7 – Novos Empreendimentos em Desenvolvimento em Transmissão – Participação Minoritária

Transmissora	Localização	Termo Final da Concessão	Km Linha	Subestações	Data prevista de entrada em operação	Status
EDP Transmissão Aliança SC	Santa Catarina	11/08/2047	485	1	11/08/2022	Licenciamentos

Fonte: DEF/DPRI

1.2. Outras Participações

1.2.1. Companhia de Gás de Santa Catarina S.A. – SCGÁS

A SCGÁS é a Empresa responsável pela distribuição de gás natural canalizado em Santa Catarina. Criada em 1994, atua como uma sociedade de economia mista e tem como acionistas: Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. – Celesc; Petrobrás Gás S.A. –



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda – Mitsui Gás e Infraestrutura de Gás para a Região Sul S.A. – Infragás.

A SCGÁS detém contrato de concessão para exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado firmado em 28 de março de 1994, com prazo de vigência de 50 anos.

Destaque-se que, em 2013, a Procuradoria Geral do Estado de Santa Catarina – PGE, representando o Governo do Estado de Santa Catarina e a Celesc, entrou com ação de obrigação de fazer cumulada com ressarcimento contra a SCGÁS, Petrobras Gás S.A. – Gaspetro, Mitsui Gás e Energia do Brasil Ltda e Infragás S.A., questionando alteração no Capital Social e o Acordo de Acionistas de 1994, obtendo liminar favorável em juízo de 1º grau. Entretanto, os acionistas Mitsui Gás e Gaspetro ingressaram com agravos de instrumento, suspendendo os efeitos de tal liminar em 2ª instância, apresentado os recursos judiciais cabíveis. Atualmente, os efeitos da sentença encontram-se suspensos até julgamento dos referidos recursos.

1.2.2. Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE

A ECTE tem como objeto social principal a prestação de serviços de planejamento, implantação, construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de energia elétrica, incluindo os serviços de apoio e administrativos, programações, medições e demais serviços necessários à transmissão de energia elétrica.

A ECTE detém a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica, pelo prazo de 30 anos, para implantação, manutenção e operação da Linha de Transmissão de 525kV de tensão, com 252,5km de extensão de linhas, entre as subestação de Campos Novos e Blumenau, no estado de Santa Catarina. A Celesc é detentora de 30,88% de participação no Capital Social da ECTE.

O sistema ECTE integra a Rede Básica do Sistema Interligado Nacional, cuja coordenação e controle da operação de transmissão de energia elétrica, sob a fiscalização e regulação da ANEEL, é de responsabilidade do Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS, autorizado pelo Ministério de Minas e Energia – MME.

1.2.3. Dona Francisca Energética S.A. – DFESA

A DFESA é uma concessionária produtora independente de energia elétrica, com contrato de concessão de 28 de agosto de 1998 e prazo de vigência de 35 anos, com capacidade instalada de 125MW e energia assegurada de 80MW. A Celesc detém 23,03% das ações ordinárias da Empresa.

1.3. Ambiente Regulatório

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia – MME, o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor



elétrico. A política regulatória para o setor é definida pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

1.3.1. Distribuição

Em 09 de dezembro de 2015, em processo conduzido pelo Ministério de Minas e Energia, a Celesc D assinou o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/99 prorrogando assim a concessão por mais 30 anos até 07 de julho de 2045.

A assinatura dos Termos Aditivos implicou na alteração da periodicidade das revisões tarifárias sendo que a primeira foi realizada em 22 de agosto de 2016 e as subsequentes serão realizadas a cada 5 (cinco) anos a partir desta data.

1.3.1.1. Reajuste Tarifário Anual

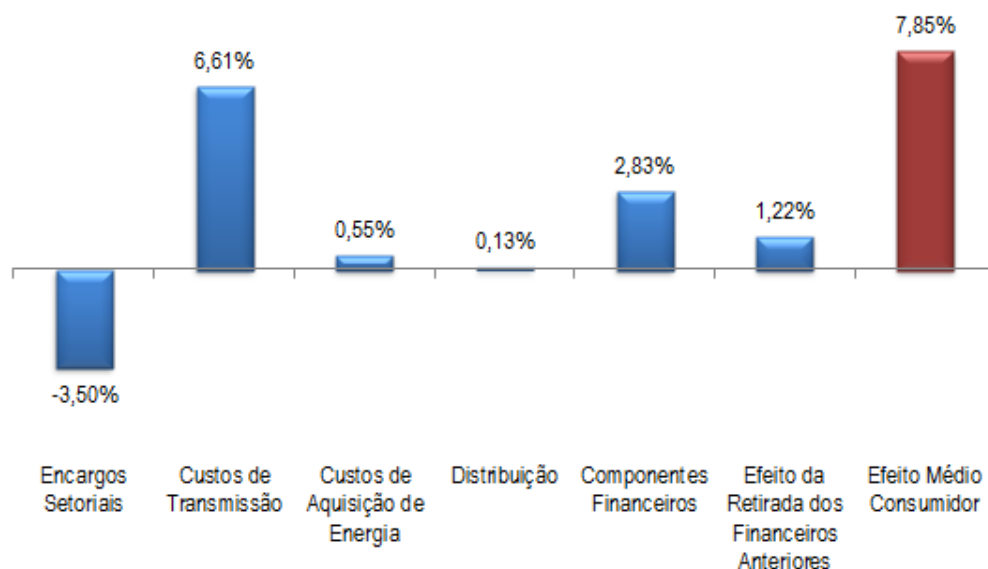
O Reajuste Tarifário Anual da Celesc D foi definido por meio da Resolução Homologatória nº 2.286 de 15 de agosto de 2017, onde se definiu que as tarifas de aplicação constantes da Resolução Homologatória nº 2.120 de 16 de agosto de 2016, ficaram, em média, reajustadas em 7,85% correspondendo ao efeito tarifário médio a ser percebido pelos consumidores, usuários e agentes supridos da distribuidora, sendo de 7,77%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de 7,90%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

Quadro 8 – Variação Tarifária – Grupos AT e BT

Grupo de Consumo	Variação Tarifária
AT - Alta Tensão (>2,3kV)	7,77%
BT - Baixa Tensão (<2,3kV)	7,90%
Efeito Médio AT + BT	7,85%

Fonte: ANEEL

O gráfico a seguir apresenta os principais itens que contribuíram para a formação do efeito médio ao consumidor de 7,85%.

Gráfico 1 – Participação na Formação Tarifária de 2017

Fonte: DRG/DPRE

Os componentes com maior variação no cálculo do reajuste foram os custos com transmissão de energia, com variação de 126,6% e os encargos setoriais com variação de -13,20%.

Componentes	Variação
Encargos Setoriais	-13,2%
Custos de Transmissão	126,6%

Fonte: ANEEL

1.3.1.2. Bandeiras Tarifárias

O Governo Federal, por meio do Decreto nº 8.401 de 04 de fevereiro de 2015, criou a Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias e estabeleceu que as bandeiras tarifárias deverão considerar as variações dos custos de geração por fonte termelétrica e da exposição aos preços de liquidação no mercado de curto prazo que afetam os agentes de distribuição de energia elétrica conectados ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

As faixas de acionamento e os adicionais para 2017 das bandeiras tarifárias.

Os adicionais aprovados são:

- i) A bandeira amarela passou para R\$2,00 a cada 100Kwh;
- ii) A bandeira vermelha no patamar 1 se manteve em R\$3,00 a cada 100Kwh, e no patamar 2 caiu para R\$3,50 a cada 100Kwh.

Ficou estabelecido que as faixas de acionamento serão definidas anualmente com base na estimativa de custos para cada cenário. De acordo com a ANEEL, em um cenário hídrico desfavorável, o acionamento das bandeiras pode ocorrer antecipadamente, em vez de ser acionada apenas quando o Custo Variável Unitário – CVU da última térmica despachada for superior a 50% do PLD. Com esse mecanismo, mitiga-se o risco das distribuidoras de terem que arcar com os custos de geração enquanto as faixas de acionamento não forem atingidas, o que poderia agravar a situação do caixa das concessionárias. E como esse custo é repassado aos consumidores nos processos tarifários por meio da CVA, o mecanismo proposto propicia ao consumidor o conhecimento desse custo antecipadamente, e não apenas no processo tarifário.

A definição das faixas de acionamento será realizada conforme os seguintes critérios:

- i) Bandeira Tarifária Verde:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for inferior a R\$211,28/MWh;
- ii) Bandeira Tarifária Amarela:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$211,28/MWh e inferior a R\$422,56/MWh; e
- iii) Bandeira Tarifária Vermelha:** será acionada nos meses em que o valor do CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh, conforme os seguintes patamares de aplicação:

Patamar 1: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior a R\$422,56/MWh e inferior a R\$610/MWh; e

Patamar 2: será acionada nos meses em que o valor do Custo Variável Unitário – CVU da última usina a ser despachada for igual ou superior ao limite a R\$610/MWh.

A Celesc D aplicou para seus consumidores nos meses de janeiro e fevereiro de 2017 a bandeira tarifária verde. No mês de março, a previsão das vazões nos reservatórios das hidrelétricas ficou abaixo da expectativa. Com isso, houve a indicação de maior geração termelétrica como medida para preservar os níveis de armazenamento e garantir o atendimento à carga do sistema levou o governo a adotar a bandeira tarifária amarela. Nos meses de abril e maio de 2017 a ANEEL resolve fixar a bandeira tarifária vermelha patamar I. No mês de junho de 2017 foi fixada a bandeira tarifária verde levando em consideração a maior afluência das vazões dos reservatórios das hidrelétricas e a perspectiva de redução do consumo de energia elétrica.

No terceiro trimestre, o fator que determinou o acionamento das bandeiras tarifárias foi o aumento do custo de geração de energia elétrica. A bandeira acionada para o mês de julho foi amarela, em agosto foi a bandeira vermelha (patamar 1) e setembro voltou a ser acionada a bandeira amarela. Segundo a ANEEL o fator que determinou a bandeira amarela neste último mês foi a melhora das condições hidrológicas nas regiões Sul e Sudeste.

1.3.1.3. Plano de Resultados

A Celesc D foi selecionada pela ANEEL para apresentar, até o dia 31 de agosto de 2017, um Plano de Resultados. O Plano deveria contemplar detalhes sobre ações de curto e médio prazos a serem adotadas para melhoria do desempenho da Empresa em cinco grupos de análise: continuidade (DEC e FEC), Plano de Obras (cumprimento), IASC (qualidade percebida, satisfação, confiança, fidelidade e valor), Serviços Comerciais (indicadores estabelecidos) e segurança do trabalho e da população (morte por milhão).

Além de ações a serem desenvolvidas para o aprimoramento dos serviços apontados e indicadores relacionados, a ANEEL acompanhará também a evolução da situação econômico-financeira (investimento, dívida e Ebtida) da Empresa, conforme o Contrato de Concessão, especialmente considerando os investimentos previstos com o Plano de Resultados. O Plano de Resultados foi aprovado pela ANEEL em 22 de setembro de 2017 e é válido pelo período de 02 anos.

1.3.2. Geração

1.3.2.1. Leilão nº 12/2015 – Conversão p/ Regime de Exploração Híbrido (Cotas + ACL)

A Celesc G participou do Leilão nº 12/2015 de Contratação de Concessões de Usinas Hidrelétricas em Regime de Alocação de Cotas de Garantia Física e Potência, realizado pela ANEEL no dia 25 de novembro 2015, readquirindo a concessão das PCHS Garcia, Palmeiras, Bracinho, Cedros e Salto, que foram abrangidas pela Lei Federal nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, por não terem aderido aos termos de prorrogação antecipada das concessões e tiveram suas concessões licitadas.

Os Contratos de Concessão para Serviço de Geração foram assinados em 05 de janeiro de 2016 e permitem à Celesc G continuar explorando, pelos próximos trinta anos, os serviços de geração das usinas Salto Weisbach, em Blumenau; Cedros e Palmeiras, em Rio dos Cedros; Garcia, em Angelina; e Bracinho, no município de Schroeder, que totalizam 63,2MW de capacidade instalada.

A Celesc G aportou R\$228,6 milhões à União a título de bônus da outorga e receberá, pelos serviços prestados, remuneração anual de R\$68,9 milhões sendo que, a partir de 2017, poderá vender 30% da garantia física de geração das usinas em ambiente de contratação livre.

1.3.2.2. Concessão PCH Celso Ramos

Em 03 de fevereiro de 2016, a Celesc G e a ANEEL assinaram o segundo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Uso do Bem Público nº 006/2013 com o objetivo de formalizar a ampliação e a prorrogação da PCH Celso Ramos. As obras para ampliação da PCH Celso Ramos devem ter início no ano de 2018.



Tal processo teve início em 17 de março de 2015 quando, por meio da Resolução Autorizativa nº 5.078, a ANEEL autorizou a ampliação da potência instalada da PCH Celso Ramos, de 5,62MW para 12,82MW, e a prorrogação da concessão pelo prazo de 20 anos, a contar da data de publicação da Resolução, condicionada à entrada em operação comercial das unidades geradoras 3 e 4 até a data de vencimento da atual concessão, que vence em 2021.

1.3.2.3. Concessão PCH Pery

A Celesc G manteve por vários anos no âmbito judicial, a discussão sobre a concessão da Usina Pery, mediante a obtenção de liminar concedida pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região, a qual suspendeu o prazo para assinatura do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão no regime de cotas, até o trânsito em julgado da ação judicial ou o término do prazo atual de concessão (julho/2017), o que ocorrer primeiro. A Usina estaria entre os empreendimentos contemplados pela MP nº 579/12, Lei Federal nº 12.783, de 11 janeiro de 2013.

Posteriormente, o Governo Federal publicou a Resolução nº 03, de 13 de setembro de 2016, prevendo em seu Artigo 1º, X, a licitação da Usina Pery no âmbito do Programa de Parcerias de Investimentos – PPI, da Presidência da República.

Após análise dos fatores que levaram à inclusão da Usina Pery no rol dos ativos a serem licitados no PPI, constatou-se que a Procuradoria do MME, quando consultada pelo Ministério de Planejamento sobre a existência de impedimentos para a licitação da Usina Pery, não tinha observado que a Celesc G, ora Concessionária estava ampara por medida judicial impedindo a Usina Pery constar como ativo a ser licitado enquanto não fossem julgados os Recursos Especial e Extraordinários.

Em 07 de abril do 2017, o Ministro Benedito Gonçalves da 1ª Turma do STJ negou provimento ao Recurso Especial, utilizando como fundamento o caso da Usina Jaguará, de titularidade da CEMIG, tido como caso análogo.

Em 03 de maio do corrente ano, a Celesc G interpôs agravo interno perante o STF, objetivando a reforma da decisão que negou provimento ao Recurso Especial, ficando pendente ainda o julgamento do Recurso Extraordinário no STF.

No entanto, considerando a possibilidade da Celesc G prorrogar a concessão da Usina Pery por mais 30 (trinta) anos no regime de cotas com base na Lei Federal nº 12.783/2013, tendo em vista a liminar suspendendo o prazo para a formalização do 4º termo aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013 e a possibilidade remota de reverter as decisões desfavoráveis perante o STJ, a Celesc G impetrou Mandado de Segurança nº 23625 requerendo liminarmente a prorrogação do contrato de concessão ou alternativamente a suspensão da assinatura do Termo Aditivo, até que fossem publicadas as regras acerca da remuneração dos investimentos realizados, tendo em vista o prazo exíguo (06 de julho de 2017) para a tomada de decisão.

Por conseguinte, considerando indeferimento do Mandado de Segurança e a avaliação realizada pela Celesc G para prorrogar a concessão conforme as regras da Lei Federal nº

12.783/2013, sem custo para a Empresa e com espaço para discutir junto ao poder concedente a forma de indenização dos ativos não amortizados, a Celesc G formalizou a assinatura do 4º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, perante o MME em 06 de julho de 2017, tendo por objeto a prorrogação do prazo de concessão por mais 30 (trinta) anos, nos termos da Lei Federal nº 12.783/2013, conforme autorizado pela alta direção da companhia, requerendo a desistência dos processos judiciais ainda em trâmite, colocando fim a controvérsia judicial.

1.3.2.4. Concessão PCH Caveiras

Com promulgação da Lei Federal nº 13.360, de 17 de novembro de 2016, vencido o prazo de concessão atual, a usina Caveiras não mais se submeterá ao regime de cotas, sendo mantida sua titularidade pela Celesc G, sem prazo de concessão definido, uma vez que será exigido pelo Poder Concedente apenas o registro da usina junto à ANEEL, por ter capacidade instalada inferior a 5MW.

Em paralelo, a Celesc G vem trabalhando em edital para contratação de estudos de inventário referente ao trecho do rio onde está situada a PCH Caveiras para posterior encaminhamento à ANEEL, objetivando contemplar a ampliação da capacidade de geração, atingindo o potencial ótimo de exploração, elevando a receita financeira da Empresa e garantindo a titularidade sobre a usina.

1.3.2.5. Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

A Celesc G interpôs Ação Judicial contra a UNIÃO e ANEEL requerendo que as mesmas determinem à CCEE a revisão da forma de cálculo do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, bem como que lhe seja garantido o aporte de energia equivalente à garantia física, *Generation Scaling Factor* – GSF, postura similar àquela adotada por outros agentes de geração, objetivando mitigar os riscos advindos do regime hidrológico desfavorável e da geração de energia abaixo da Garantia Física.

Por meio da ação, a Celesc G busca a suspensão do registro dos custos incorridos pelos geradores hidrelétricos, decorrentes da aplicação do GSF, que é a divisão entre a energia gerada total e a soma das garantias físicas das usinas participantes do MRE. Esse fator é aplicado à garantia física de todas as usinas, resultando na chamada “garantia física ajustada”, uma vez que a frustração da geração hidrelétrica no cenário atual decorre tanto de ordem estrutural quanto conjuntural.

Em 05 de agosto de 2015, foi emitida a decisão judicial pela 5ª Vara Federal, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que deferiu o pedido liminar vindicado, concedendo parcialmente a tutela antecipada e determinando que a ANEEL e a CCEE abstenham-se de proceder ao ajuste do MRE, caso haja geração total do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE em montante inferior à garantia física desse mesmo conjunto, de forma a limitar a incidência do fator de ajuste GSF ao percentual máximo de 5% do total da garantia física das demandantes.



Notas Explicativas

Segundo declaração do diretor-geral da ANEEL, a Agência vai continuar trabalhando para suspender todas as demais liminares que impedem ou limitam a cobrança do risco hidrológico das usinas com contratos no mercado livre. A ANEEL vai usar a decisão do STJ para pedir tratamento similar em outras instâncias judiciais onde existem sentenças provisórias favoráveis aos geradores. Neste sentido, atualmente a Celesc G está realizando análise estratégica quanto à atuação no caso, bem como avaliação das movimentações de mercado, a fim de antecipar medidas, caso sejam necessárias.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

2.1.1. Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas

As Informações Trimestrais Individuais e Consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias e com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

A emissão das informações contábeis intermediárias foi autorizada pela Diretoria em 30 de outubro de 2017.

2.2. Base de Mensuração

2.2.1. Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As Demonstrações Financeiras, Individuais e Consolidadas, estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia e também a moeda de apresentação do Grupo, e todos os valores arredondados para milhares de reais, exceto quando indicados de outra forma.

2.2.2. Estimativas e Julgamentos Contábeis Críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de Ativos e Passivos para os próximos períodos estão contempladas a seguir.

a) Valor Justo de Outros Instrumentos Financeiros

O valor justo de outros instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia utiliza seu julgamento para escolher, dentre diversos métodos, o mais adequado, a partir do qual são definidas premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

b) Benefícios de Planos de Pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo/receita líquida para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia utiliza a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício de acordo com as condições atuais de mercado. Esta é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão.

Ao definir a taxa de desconto apropriada, o Grupo considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo estes mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos aos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado.

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

A Companhia reconhece provisões para situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado final dessas questões for diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetarão os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo for determinado.

d) Contingências

A Companhia atualmente está envolvida em diversas ações de natureza tributária, trabalhista, cível, regulatória e ambiental. Provisões são reconhecidas para os casos que representem perdas prováveis. A Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o seu valor possa ser estimado com segurança.

A probabilidade de perda é avaliada baseada nas evidências disponíveis, incluindo a avaliação de advogados externos.

e) Impairment de Ativos Não Financeiros

A capacidade de recuperação dos ativos que são utilizados nas atividades da Companhia é avaliada sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos pode não ser recuperável com base em fluxos de caixa futuros. Se o valor contábil destes ativos for superior ao seu valor recuperável, o valor líquido é ajustado e sua vida útil readequada para novos patamares.

f) Uso do Bem Público – UBP

São os valores contratados relativos ao direito do UBP para exploração do potencial de energia hidráulica, decorrentes de contratos de concessão onerosa com a União, demonstrados ao custo amortizado e atualizados pelas taxas de juros ou índices contratuais incorridos até a data do balanço, ajustados a valor presente, com base em uma taxa de desconto aprovada pela diretoria da Companhia.

A obrigação está registrada no passivo circulante e não circulante segregada dos encargos financeiros, e, a despesa financeira e a amortização são reconhecidas no resultado.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A base de preparação e as políticas contábeis são as mesmas utilizadas nas Demonstrações Financeiras anuais do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Assim, e como descrito no Ofício Circular CVM/SNC/SEP nº 03/2011, a Companhia optou por apresentar as Notas Explicativas nessa ITR de forma resumida nos casos em que não haja mudanças em relação ao apresentado nas demonstrações anuais. Nesses casos, foi indicada a localização da Nota Explicativa completa na Demonstração Financeira Anual, para evitar prejuízo ao entendimento da posição financeira e do desempenho da Companhia durante o período intermediário.

Portanto, as correspondentes informações devem ser lidas na nota resumo das principais políticas contábeis àquelas Demonstrações Financeiras.

3.1. Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro

A Companhia revisou as suas políticas contábeis objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e dos seus resultados operacional e financeiro. Foram realizadas reclassificações nos valores correspondentes referentes ao Balanço Patrimonial em 31 de dezembro 2016; e Demonstração de Resultado e Demonstração do Valor Adicionado Consolidados do período findo em 30 de setembro de 2016, como previsto no CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, a IAS 8 – *Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors*, o CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis e IAS 1 – *Presentation of Financial Statements*.

Essas reclassificações não tiveram impactos no Resultado da Companhia. Os efeitos dessas representações são demonstrados a seguir:

3.1.1. Balanço Patrimonial

	Consolidado		
	31 de dezembro 2016	Reclassificação	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Ativo			
Circulante	3.765.539	-	3.765.539
Caixa e Equivalentes de Caixa	917.464	-	917.464
Contas a Receber de Clientes	1.270.105	-	1.270.105
Estoques	10.006	-	10.006
Tributos a Recuperar ou Compensar	121.761	-	121.761
Dividendos e JCP	7.959	-	7.959
Outros Créditos	1.410.002	-	1.410.002
Ativo Financeiro	28.242	-	28.242
Não Circulante	4.863.176	-	4.863.176
<i>Realizável a Longo Prazo</i>	<i>1.418.149</i>		<i>1.418.149</i>
Títulos e Valores Mobiliários	137.478	-	137.478
Contas a Receber de Clientes	31.497	-	31.497
Outros Créditos com Partes Relacionadas	6.472	-	6.472
Tributos Diferidos	514.870	-	514.870
Tributos a Recuperar ou Compensar	17.985	-	17.985
Depósitos Judiciais	124.336	-	124.336
Ativo Indenizatório (Concessão)	346.620	-	346.620
Outros Créditos	5.317	-	5.317
Ativo Financeiro	233.574	-	233.574
<i>Investimentos</i>	<i>227.554</i>		<i>227.554</i>
<i>Intangível</i>	<i>3.058.978</i>	-	<i>3.058.978</i>
<i>Imobilizado</i>	<i>158.495</i>	-	<i>158.495</i>
Total do Ativo	8.628.715	-	8.628.715
Passivo			
Circulante	4.072.723	(256.601)	3.816.122
Fornecedores	625.100	-	625.100
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	310.152	-	310.152
Salários e Encargos Sociais	141.954	-	141.954
Tributos e Contribuições Sociais	158.516	-	158.516
Dividendos Propostos	1.736	-	1.736
Taxas Regulamentares	2.298.120	-	2.298.120
Outros Passivos de Partes Relacionadas	17.016	-	17.016
Passivo Atuarial	162.312	-	162.312
Outros Passivos	49.256	-	49.256
Passivo Financeiro (i)	308.561	(256.601)	51.960
Não Circulante	2.480.149	256.601	2.736.750
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	477.639	-	477.639
Tributos Diferidos	7.859	-	7.859
Taxas Regulamentares (ii)	215.482	(59.796)	155.686
Provisões para Contingências (i) (ii)	281.722	316.397	598.119
Passivo Atuarial	1.396.913	-	1.396.913
Outros Passivos	2.475	-	2.475
Passivo Financeiro	98.059	-	98.059
Patrimônio Líquido	2.075.843	-	2.075.843
Capital Social	1.340.000	-	1.340.000
Reservas de Capital	316	-	316
Reservas de Lucros	1.133.602	-	1.133.602
Ajuste de Avaliação Patrimonial	(398.075)	-	(398.075)
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	8.628.715	-	8.628.715



3.1.2 Demonstrações de Resultados – Consolidado

	Consolidado					
	Trimestre do ano anterior (01/07/2016 à 30/09/2016) Original	Reclassificação	Trimestre do ano anterior (01/07/2016 à 30/09/2016) (Reapresentado)	30 de setembro 2016 Original	Reclassificação	30 de setembro 2016 (Reapresentado)
Receita	1.535.157	778	1.535.935	4.414.271	7.165	4.421.436
Receita das Vendas e Serviços	1.547.114	-	1.547.114	4.922.748	-	4.922.748
Receita de Construção – CPC 17	101.515	-	101.515	283.097	-	283.097
Receita Parcela A – CVA	(113.472)	-	(113.472)	(791.574)	-	(791.574)
Atualização do Ativo Financeiro – VNR (i)	-	778	778	-	7.165	7.165
Custos	(1.292.972)	-	(1.292.972)	(4.115.353)	-	(4.115.353)
Custo das Vendas e Serviços	(1.191.457)	-	(1.191.457)	(3.832.256)	-	(3.832.256)
Custo de Construção – CPC 17	(101.515)	-	(101.515)	(283.097)	-	(283.097)
Lucro Bruto	242.185	778	242.963	298.918	7.165	306.083
Despesas com Vendas	(55.654)	-	(55.654)	(162.808)	-	(162.808)
Despesas Gerais e Administrativas	(82.182)	-	(82.182)	(239.657)	-	(239.657)
Outras Receitas/Despesas, Líquidas	25.518	-	25.518	44.747	-	44.747
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.238	-	8.238	33.895	-	33.895
Resultado Operacional	138.105	778	138.883	(24.905)	7.165	(17.740)
Receitas Financeiras (i)	142.709	(778)	141.931	297.848	(7.165)	290.683
Despesas Financeiras	(98.570)	-	(98.570)	(325.792)	-	(325.792)
Resultado Financeiro	44.139	(778)	43.361	(27.944)	(7.165)	(35.109)
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	182.244	-	182.244	(52.849)	-	(52.849)
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente	(77.296)	-	(77.296)	(252.384)	-	(252.384)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	16.706	-	16.706	275.942	-	275.942
Lucro Líquido do Exercício	121.654	-	121.654	(29.291)	-	(29.291)
Lucro por Ação Atribuível aos Acionistas da Companhia Durante o Exercício (expresso em R\$ por ação)	121.654	-	121.654	(29.291)	-	(29.291)
Lucro Básico por Ação	121.654	-	121.654	(29.291)	-	(29.291)
Ações Ordinárias Nominativas	2,9761	-	2,9761	(0,7166)	-	(0,7166)
Ações Preferenciais Nominativas	3,2738	-	3,2738	(0,7882)	-	(0,7882)
Lucro Diluído por Ação						
Ações Ordinárias Nominativas	2,9761	-	2,9761	(0,7166)	-	(0,7166)
Ações Preferenciais Nominativas	3,2738	-	3,2738	(0,7882)	-	(0,7882)

3.1.3 Demonstração do Valor Adicionado – Consolidado

	30 de setembro 2016 Original	Reclassificação	Consolidado 30 de setembro 2016 (Reapresentado)
Receitas	7.746.315	7.165	7.753.480
Vendas Brutas de Produtos e Serviços	7.472.788	-	7.472.788
Receita com a Construção de Ativos	283.097	-	283.097
Outras Receitas (iii)	37.630	7.165	44.795
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(47.200)	-	(47.200)
Insumos Adquiridos de Terceiros			
Custo das Mercadorias e Serviços Públicos Vendidos	(3.429.703)	-	(3.429.703)
Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros Operacionais	(102.882)	-	(102.882)
Gastos com a Construção de Ativos	(283.097)	-	(283.097)
Perdas/Recuperação de Ativos	5.662	-	5.662
Valor Adicionado Bruto	3.936.295	7.165	3.943.460
Depreciação e Amortização	(180.996)	-	(180.996)
Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade	3.755.299	7.165	3.762.464
Valor Adicionado Recebido em Transferência			
Resultado de Equivalência Patrimonial	33.895	-	33.895
Receitas Financeiras (iii)	297.848	(7.165)	290.683
Valor Adicionado Total a Distribuir	4.087.042	-	4.087.042
Distribuição do Valor Adicionado			
Pessoal	(457.492)	-	(457.492)
Impostos, Taxas e Contribuições	(3.322.665)	-	(3.322.665)
Juros e Variações Cambiais	(325.792)	-	(325.792)
Aluguéis	(10.384)	-	(10.384)
Dividendos e JCP	(6.207)	-	(6.207)
Lucro Retido do Exercício	35.498	-	35.498
Valor Adicionado Distribuído	(4.087.042)	-	(4.087.042)

(i) O passivo financeiro (ativo regulatório – CVA) da Celesc D, no valor de R\$256.601, foi reclassificado para provisão de contingência regulatória por tratar-se de ação judicial ajuizada em 10 de agosto de 2016, para suspender a aplicação do redutor tarifário referente a exposição involuntária interposto pela ANEEL por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016 (Nota 11.1).

(ii) A Celesc D reclassificou em junho de 2017 o montante de R\$59.796 de taxas regulamentares para provisão de contingência regulatória por tratar-se de ação judicial, ajuizada em 01 de julho de 2005, na qual a Advocacia Geral da União pleiteia repasses a título de Encargos de Capacidade Emergencial – ECE.

(iii) A receita de atualização do ativo financeiro de concessão (ativo indenizável) da Celesc D, foi reclassificada de receita financeira para receita operacional por tratar-se de receita



oriunda da atividade principal da entidade, juntamente com as receitas derivadas das tarifas calculadas sobre esse mesmo ativo financeiro.

3.2. Mudanças nas Políticas Contábeis e Divulgações

As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2017 e não tiveram impactos materiais para o Grupo.

a) CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa: estabelece que sejam divulgadas informações sobre as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento, incluindo as alterações decorrentes dos fluxos de caixa e de não caixa.

b) CPC 32 – Tributos sobre o Lucro: modifica a questão do reconhecimento de ativos fiscais diferidos sobre perdas não realizadas. As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.

Outras alterações em vigor para o exercício financeiro iniciado em 1º de janeiro de 2017 não são relevantes para o Grupo.

3.3. Novas Normas e Interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo *IASB* mas não estão em vigor para o exercício de 2017. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo *IASB*, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis – CPC.

- **IFRS 9 – “Instrumentos Financeiros”** – Aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. A versão completa do *IFRS 9* foi publicada em julho de 2014, com vigência para 1º de janeiro de 2018, e substitui a orientação no *IAS 39*, que diz respeito à classificação e à mensuração de instrumentos financeiros. As principais alterações que o *IFRS 9* traz são: (i) novos critérios de classificação de ativos financeiros; (ii) novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e (iii) flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*. A administração ainda está avaliando o impacto total de sua adoção.
- **IFRS 15 – “Receita de Contratos com Clientes”** – Essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela é reconhecida. Ela entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui a *IAS 11* – “Contratos de Construção”, *IAS 18* – “Receitas” e correspondentes interpretações. A administração ainda está avaliando os impactos de sua adoção.
- **IFRS 16 – “Operações de Arrendamento Mercantil”** – Com essa nova norma, os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados



contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O *IFRS* 16 entra em vigor para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019 e substitui o *IAS* 17 – “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações. A administração ainda está avaliando os impactos de sua adoção.

Não há outras normas *IFRS* ou interpretações *IFRIC* que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras do Grupo.

4. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

4.1. Fatores de Risco Financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial, de taxa de juros de valor justo, de taxa de juros de fluxo de caixa e de preço), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global do Grupo se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

4.2. Risco de Mercado

4.2.1. Risco Cambial

Esse risco decorre da possibilidade de suas controladas virem a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira.

A subsidiária Celesc D está exposta em suas atividades operacionais, à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação (CVA) protege as empresas de eventuais perdas. Entretanto, esta compensação se realizará somente pelo consumo e consequente faturamento de energia ocorrido após o reajuste tarifário subsequente, no qual tenham sido contempladas tais perdas.

4.2.2. Risco do Fluxo de Caixa ou Valor Justo Associado com Taxa de Juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer face a este risco.

4.3. Risco de Crédito

Surge da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e auxiliar seu gerenciamento a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança.

4.4. Risco de Liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada e centralizada em área operacional específica da Companhia, que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez, para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais.

O excesso de caixa é aplicado em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, sendo escolhidos instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões de fluxos de caixas mencionadas.

A tabela a seguir analisa os ativos e passivos financeiros não derivativos da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa contratados não descontados.

Consolidado						
30 de Setembro de 2017						
Descrição	Taxas %	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um Ano	Entre um e cinco anos	Acima de 5 anos
Contas a Receber		1.258.032	39.944	22.155	30.022	3.782
Caixa e Equivalente de Caixa		965.145	-	-	-	-
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) ⁽ⁱⁱ⁾		1.517.966	-	-	-	-
Bonificação Outorga	IPCA	2.645	5.231	22.811	108.083	207.208
Total Ativo		3.743.788	45.175	44.966	138.105	210.990
Empréstimo Bancário	110% a 121,5% CDI	14.401	28.496	65.846	-	-
Eletrobras	5% a.a.	2.204	4.180	12.406	18.099	2.969
Finame	2,5% a 9,5% a.a.	694	1.179	6.093	29.752	4.419
Debêntures – Celesc D	CDI + 1,3%	-	5.584	102.239	118.598	-
Debêntures – Celesc G	125% CDI	-	907	153.546	-	-
Fornecedores		453.217	424.489	2.646	-	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE ⁽ⁱⁱ⁾		2.643.947	-	-	-	-
Reserva Matemática a amortizar	IPCA + 6%	10.866	8.689	40.891	286.021	224.736
Passivo Financeiro – “Parcela A” CVA	6,95% a.a. ⁽ⁱ⁾	2.467	4.949	22.711	35.225	-
Total Passivo		3.127.796	478.473	406.378	487.695	232.124

(i) Taxa selic projetada para os próximos 12 meses.

(ii) Vide Nota 23.

4.5. Riscos Operacionais

4.5.1. Risco Quanto à Escassez de Energia Elétrica

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva durante a estação úmida reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e a elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita.

4.5.2. Risco quanto à Produção de Energia Elétrica

Os maiores riscos que podem impactar na produção de energia elétrica da Celesc G dependem principalmente de duas variáveis: (i) Afluência Média; (ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras.

(i) Afluência Média

As PCHs e CGHs da Celesc G são do tipo fio d'água ou com reservatórios relativamente pequenos, dependendo diretamente do regime pluviométrico. Como forma de minimizar este risco, as Usinas da Celesc G fazem parte do Mecanismo de Realocação de Energia – MRE. O MRE, de abrangência nacional, realoca contabilmente a energia, transferindo o excedente daqueles que geraram além de sua garantia física para aqueles que geraram abaixo, compartilhando assim os riscos hidrológicos entre os agentes associados.

(ii) Disponibilidade das Unidades Geradoras

Os riscos que impactam diretamente nesse item são ligados às áreas de operação e manutenção das Usinas da Celesc G. Para mitigar este risco a Celesc G iniciou um processo de modernização do parque gerador por meio da automação de suas unidades geradoras e da implantação de um Centro de Controle da Geração – COG, na sede da administração central. Também deu início à contratação de empresa especializada em realizar os serviços de operação e manutenção, de forma a complementar os serviços realizados pela equipe própria, fortalecendo o quadro operacional e melhorando a confiabilidade operacional de suas usinas.

4.5.3. Risco de Não Renovação das Concessões

a) Distribuição de Energia

A Companhia possui concessão de distribuição de energia elétrica e em 09 de dezembro de 2015 foi assinado o 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999 de distribuição de energia elétrica da Celesc D com vigência de 30 anos até 07 de julho de 2045.



Notas Explicativas

Destaca-se, que nos primeiros 5 (cinco) anos haverá metas a serem alcançadas para indicadores de qualidade técnica e sustentabilidade econômica e financeira, condicionantes estas para a confirmação da prorrogação da concessão.

Os indicadores de qualidade técnicos a serem medidos serão a Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – DEC, mede quantas horas uma Unidade Consumidora – UC ficou sem energia durante certo período, e a Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora – FEC, mede quantas vezes, em média, uma UC ficou sem energia.

Até 2017 a redução no DEC da Celesc D tem de chegar a 9% e em 2020 – prazo limite dado pela ANEEL para comprovação plena dos ajustes – o patamar passa a ser de 25% de redução. Seguindo o ritmo histórico, a redução desse indicador deverá ser de 5% ao ano.

Os indicadores financeiros que serão avaliados são:

i) Ebtida: Representa a geração operacional de caixa da Companhia, ou seja, quanto a Empresa gera de recursos apenas em suas atividades operacionais, sem levar em consideração efeitos financeiros e de impostos. Em resumo, é quanto a atividade operacional traz dinheiro para a Companhia.

ii) Ebitda QRR: Significa que a geração operacional de caixa deve ser suficiente para cobrir os gastos com Pessoal, Material, Serviços e Outros – PMSO e realizar o mínimo de investimentos necessários no sistema elétrico, de forma a garantir a qualidade do serviço.

iii) Dívida Líquida/Ebitda QRR: Mensura o risco e a capacidade financeira de pagar nossas dívidas, isto é, honrar obrigações assumidas (despesas, investimentos mínimos, dívida e demais passivos). Avalia se a geração de caixa é suficiente para cobrir os gastos com PMSO, investir no sistema de distribuição e cobrir o custo da dívida.

A manutenção da concessão está associada à sustentabilidade econômico-financeira da Celesc Distribuição. Para medir essa capacidade, a ANEEL estipulou metas específicas, que serão medidas a partir de 2017.

Em 2017 o Ebitda deve ser maior ou igual a 0 (zero) e em 2018 Ebitda menos QRR maior ou igual a 0 (zero). Em relação a Dívida Líquida/Ebitda menos QRR o indicador estipulado pela ANEEL em 2019 deve ser menor ou igual a 9,71 (nove vírgula setenta e um) e em 2020 menor ou igual a 7 (sete).

b) Geração de Energia

A Companhia possui também concessão para prestação do serviço de geração, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência, tendo em 05 de janeiro de 2016, assinado o Contrato de Concessão nº 06/2016 da Usina Garcia e o Contrato de Concessão nº 07/2016 das Usinas Bracinho, Cedros, Salto e Palmeiras, de propriedade da Celesc G, que não tiveram a prorrogação antecipada de suas concessões, com vigência de 30 anos.



Em 06 de julho de 2017 foi assinado o Quarto Termos Aditivo ao Contrato de Concessão nº 06/2013, prorrogando a concessão da Usina Pery pelo prazo de trinta anos, a partir de 10 de julho de 2017, em regime de alocação de cotas de garantia física de energia e potência.

4.5.4. Análise de Sensibilidade Adicional Requerida pela CVM

Apresenta-se a seguir o quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros, que descreve os riscos de taxas de juros que podem gerar efeitos materiais para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela Administração, considerando um horizonte de três meses, quando deverão ser divulgadas as próximas informações financeiras contendo tal análise.

Adicionalmente, dois outros cenários são demonstrados, nos termos determinados pela Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A análise de sensibilidade apresentada considera mudanças com relação a determinado risco, mantendo constante todas as demais variáveis, associadas a outros riscos, com saldos de 30 de setembro de 2017:

Premissas	Efeitos das Contas sobre o Resultado	Saldo	Consolidado		
			(Cenário I)	(Cenário II)	(Cenário III)
CDI¹ (%)			7,05%	8,81%	10,58%
	Aplicações Financeiras	863.749	60.894	76.096	91.385
	Empréstimos	(106.860)	(7.534)	(9.414)	(11.306)
	Debêntures	(355.194)	(25.041)	(31.293)	(37.580)
SELIC			6,95%	8,69%	10,43%
	Ativo Financeiro – Parcela A – CVA	(59.305)	(4.122)	(5.154)	(6.186)
IPCA² (%)			2,54%	3,18%	3,81%
	Ativo Indenizatório (Concessão) em Serviço (Nota 12)	151.998	3.861	4.834	5.791
	Bonificação de Outorga	269.535	6.846	8.571	10.269
	Reserva Matemática a amortizar	(469.987)	(11.938)	(14.946)	(17.907)

4.6. Gestão de Capital

Os objetivos ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolvendo capital aos acionistas ou ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

¹ Curva de juros futuros – BM&F DI 1 FUT K18 com vencimento em 02/05/2018 – (fechamento 13/10/2017)

² IPCA – Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo



Condizente com outras empresas do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total.

A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazo) e debêntures, subtraído do montante de Caixa e Equivalentes de Caixa. O capital total é apurado por meio da soma do Patrimônio Líquido com a dívida líquida.

Descrição	30 de setembro 2017	Consolidado
		31 de dezembro 2016
Total dos Empréstimos	181.147	333.031
Debêntures	355.194	454.760
Menos: Caixa e Equivalentes de Caixa	(965.145)	(917.464)
Dívida Líquida	(428.804)	(129.673)
Total do Patrimônio Líquido	2.137.383	2.075.843
Total do Capital	1.708.579	1.946.170
Índice de Alavancagem Financeira (%)	-25,10%	-6,66%

4.7. Estimativa do Valor Justo

Pressupõe-se que os saldos das Contas a Receber de Clientes e Contas a Pagar aos Fornecedores pelo valor contábil, menos a perda por *impairment*, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos Passivos Financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto do fluxo de caixa contratual futuro pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o CPC 40 (R1) para instrumentos financeiros mensurados no Balanço Patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos (Nível 1).

Informações, além dos preços cotados, incluídas no Nível 1 que são adotadas pelo mercado para o Ativo ou Passivo, seja diretamente, ou seja, como preços ou indiretamente, ou seja, derivados dos preços (Nível 2).

Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado, ou seja, inserções não observáveis (Nível 3).



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

A tabela a seguir apresenta os ativos do Grupo mensurados pelo valor justo em 30 de setembro de 2017. O valor contábil representa o valor justo dos ativos. A Companhia não possui passivos mensurados a valor justo nessa data base.

Descrição – Nível 1	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Empréstimos e Recebíveis		
Caixa e Equivalentes	965.145	917.464
Descrição – Nível 3		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado		
Ações	137.261	137.261
Empréstimos e Recebíveis		
Ativo Financeiro Bonificação de Outorga	269.535	261.816
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda		
Ativo Indenizatório (Concessão)	348.617	349.041
Outros	217	217
Total do Ativo	755.630	748.335

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares;
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes (vide notas explicativas 8.1 e 12).

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros por Categoria em 30 de setembro de 2017.

Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Consolidado
						Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	965.145	-	-	965.145
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	348.617	-	348.617
Contas a Receber de Clientes		-	1.943.175	-	-	1.943.175
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)		-	1.517.966	-	-	1.517.966
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	269.535	-	-	269.535
Outros	3	-	-	217	-	217
		137.261	4.695.821	348.834	-	5.181.916
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	880.352	880.352
Empréstimos		-	-	-	218.038	218.038
Debêntures		-	-	-	355.194	355.194
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	469.987	469.987
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA		-	59.305	-	-	59.305
		-	59.305	-	1.923.571	1.982.876



A tabela a seguir apresenta os Instrumentos Financeiros em 31 de dezembro de 2016.

Consolidado (Reapresentado)						
Descrição	Nível	Ativos ao Valor Justo por Meio do Resultado	Empréstimos e Recebíveis	Disponível para Venda	Outros Passivos Financeiros	Total
Ativo						
Caixa e Equivalentes	1	-	917.464	-	-	917.464
Ações	3	137.261	-	-	-	137.261
Ativo Indenizatório (Concessão)	3	-	-	346.620	-	346.620
Contas a Receber de Clientes		-	1.830.019	-	-	1.830.019
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) (NE 10)		-	1.229.741	-	-	1.229.741
Ativo Financeiro – Bonificação de Outorga	3	-	261.816	-	-	261.816
Outros	3	-	-	217	-	217
		137.261	4.239.040	346.837	-	4.723.138
Passivo						
Fornecedores		-	-	-	625.100	625.100
Empréstimos		-	-	-	333.031	333.031
Debêntures		-	-	-	454.760	454.760
Reserva Matemática a Amortizar		-	-	-	496.950	496.950
Passivo Financeiro – Parcela “A” – CVA		-	406.620	-	-	406.620
		-	406.620	-	1.909.841	2.316.461

6. QUALIDADE DO CRÉDITO DOS ATIVOS FINANCEIROS

A qualidade do crédito dos ativos financeiros pode ser avaliada mediante referência às classificações interna de cessão de limites de crédito:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Contas a Receber de Clientes		
Grupo 1 – Clientes com Arrecadação no Vencimento	1.060.902	976.266
Grupo 2 – Clientes com média de atraso entre 01 e 90 dias	218.325	225.187
Grupo 3 – Clientes com média de atraso superior a 90 dias	663.948	628.566
	1.943.175	1.830.019

Todos os demais ativos financeiros que a Companhia mantém, principalmente, contas correntes e aplicações financeiras são considerados de alta qualidade e não apresentam indícios de perdas.

7. CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA

O Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Recursos em Banco e em Caixa	74	38	101.396	68.797
Aplicações Financeiras	20.516	17.948	863.749	848.667
	20.590	17.986	965.145	917.464

As Aplicações Financeiras são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, não estando sujeitos a risco significativo de mudança de valor. Esses títulos referem-se a Operações Compromissadas e Certificados de Depósito Bancários – CDBs, remunerados em média pela taxa de 100% da variação do CDI.

8. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os ativos não circulantes a valor justo por meio de resultado são mensurados com base no menor valor entre o valor contábil e o valor justo e não são depreciados ou amortizados.

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Valor Justo por Meio de Resultado				
Ações Casan ³	137.261	137.261	137.261	137.261
Disponível para Venda				
Outros Investimentos	217	217	217	217
Não Circulante	137.478	137.478	137.478	137.478

8.1. Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan

A Companhia possui 55.364.810 Ações Ordinárias – ON, e 55.363.250 Ações Preferenciais – PN, representando 15,48% do Capital Social da Casan. Por não possuir influência significativa na Casan a Companhia mensurou o valor justo de sua participação acionária.

Tendo em vista a Casan não possuir liquidez em suas ações negociadas em bolsa de valores, a Celesc decidiu estabelecer por meio de bases consistentes e aceitas pelo mercado, um novo critério de avaliação do referido investimento, adotando o método do fluxo de caixa descontado.

Desta forma, a Companhia determinou o valor justo da Casan com base nas informações econômico-financeiras da Casan. O custo histórico de aquisição das ações da Casan é de R\$110.716.

³ Companhia Catarinense de Águas e Saneamento – Casan



Em 2014 foi apurado o valor justo de R\$137.261. Em dezembro de 2016, após nova avaliação, a Companhia entendeu que o valor justo da Casan deveria permanecer em R\$137.261, haja vista, que baseado nas premissas utilizadas para os anos subsequentes, o valor apurado para o respectivo ano está próximo do valor apurado em 2014. A taxa de desconto utilizada em 31 de dezembro de 2016 foi de 8,74% em termos reais para fins de mensuração de fluxo de caixa descontado.

No terceiro trimestre de 2017, a Companhia efetuou a atualização das premissas do laudo emitido em dezembro de 2016, não havendo impacto significativo no valor justo contabilizado.

9. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

a) Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

Descrição	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Consolidado	
				30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Consumidores					
Residencial	362.105	110.567	90.741	563.413	488.815
Industrial	206.118	34.802	385.151	626.071	645.025
Comércio, Serviços e Outros	214.949	34.502	87.707	337.158	324.819
Rural	71.041	9.200	15.694	95.935	83.203
Poder Público	58.879	915	12.051	71.845	72.234
Iluminação Pública	29.987	246	15.495	45.728	43.033
Serviço Público	24.709	186	1.426	26.321	23.003
	967.788	190.418	608.265	1.766.471	1.680.132
Suprimento a Outras Concessionárias					
Concessionárias e Permissionárias	92.736	10.729	11.331	114.796	85.804
Transações no Âmbito da CCEE	7.514	-	21.028	28.542	34.254
Outros Créditos	-	10.042	23.324	33.366	29.829
	100.250	20.771	55.683	176.704	149.887
	1.8.038	211.189	663.948	1.943.175	1.830.019
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) com Clientes (b)				(589.240)	(528.417)
				1.353.935	1.301.602
Circulante				1.320.131	1.270.105
Não Circulante				33.804	31.497

Com a promulgação das Leis n^{os} 10.637, de 30 de dezembro de 2002, 10.833, de 29 de dezembro de 2003 e 10.865, de 30 de abril de 2004 houve alteração na sistemática de apuração dos tributos referentes ao Programa de Integração Social – PIS, Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público – PASEP e a Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, pois estas leis deram um novo tratamento a estes tributos, eliminando a cumulatividade em cada etapa da cadeia produtiva.

A partir desta alteração o custo efetivo do recolhimento dos tributos passa a ser variável, não havendo assim forma de antever o valor exato que será despendido pelas



concessionárias para esta obrigação, pois o valor dos créditos apurados é determinante para calcular a alíquota efetiva do PIS/PASEP e da COFINS, pois cada empresa possui uma estrutura de custos e despesas próprias, mesmo estando em igual setor econômico.

Os estudos dos procedimentos de apuração da alíquota efetiva indicaram que devem ser incluídas na base de cálculo da alíquota efetiva as receitas de Doações e Subvenções e Realização do Resultado Tributário – IN RFB 1.515, de 24 de novembro de 2015.

A análise elaborada destaca que a conta de receita de Subvenções e Doações agrupa as receitas derivadas de doações, contribuições e subvenções não destinadas a investimentos, que são repassadas à concessionária por meio da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, compensando assim descontos que são dados para algumas categorias de consumidores, desta forma estariam relacionadas diretamente a prestação de serviço de distribuição de energia elétrica.

A Companhia contratou em 2015 parecer técnico da Ganin Advogados Associados que ratificou os entendimentos da inclusão das Receitas de Subvenções e Doações na composição da base de cálculo da alíquota efetiva do PIS/PASEP e COFINS, bem como realizar a cobrança retroativa de todos os consumidores.

A diferença apurada pela Celesc D do PIS/PASEP e da COFINS nos anos de 2013 a 2015 foi de R\$63,8 milhões. Este total foi faturado em 12 (doze) parcelas pela Celesc D de seus consumidores a partir de abril de 2016 até junho de 2017.

b) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com Clientes

A composição, por classe de consumo está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Consumidores		
Residencial	90.733	84.941
Industrial	216.039	177.639
Têxtil (i)	136.128	136.128
Comércio, Serviços e Outras	82.895	78.163
Rural	7.384	5.893
Poder Público	13.672	12.677
Iluminação Pública	14.300	16.600
Serviço Público	1.329	1.186
Concessionárias e Permissionárias (ii)	22.180	11.712
Outros	4.580	3.478
Total	589.240	528.417
Circulante	453.112	392.289
Não Circulante	136.128	136.128

b.1) Movimentação

Consolidado	
Descrição	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2015	476.628
Provisão Constituída no Exercício	78.970
Baixas de Contas a Receber	(27.181)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	528.417
Provisão Constituída no Período	65.619
Baixas de Contas a Receber	(4.796)
Saldo em 30 de setembro de 2017	589.240

(i) Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD com o Setor Têxtil

No ano de 2009 a Celesc D efetuou um plano de ação de recuperação de débitos para empresas do ramo têxtil entre elas Buettner S.A., Companhia Industrial Schlösser S.A., Tecelagem Kuehnrich – TEKA e Têxtil RenauxView S.A..

Em 2011, a Buettner S.A. entrou em recuperação judicial e com base na probabilidade de recuperação desses valores ser remota, a Celesc D provisionou o montante de R\$18.231.

Ainda em 2011, a Companhia Industrial Schlösser S.A. também entrou em recuperação judicial sendo provisionado em 2012 o montante de R\$16.888.

Ainda em 2012, a TEKA deu entrada em um pedido de recuperação judicial perante a Comarca de Blumenau, Santa Catarina. Tendo em vista o plano de recuperação ainda não ter sido aprovado e a probabilidade de recebimento do referido valor ser remota na avaliação da Administração, a Celesc D constituiu provisão da totalidade do parcelamento que a TEKA possui com a Empresa no montante de R\$55.794.

Em relação à Companhia Têxtil RenauxView S.A., a administração da Celesc D, considerando a inadimplência da dívida referente ao contrato de parcelamento, e em virtude da remota possibilidade de recebimento constituiu provisão da totalidade do valor a receber no montante de R\$45.215 em 2013.

(ii) Decisão Judicial do Fator de Ajuste da Garantia Física – GSF

Os valores referentes aos ajustes das medidas liminares acerca do GSF nos relatórios dos resultados da contabilização do mercado de curto prazo emitido pela CCEE, referentes à Celesc G são no importe de R\$21.028 mil até setembro de 2017. A Celesc G constituiu PECLD neste valor acima citado considerando que não há certeza acerca do recebimento pela liquidação no mercado de curto prazo face a controvérsia e a incerteza do deslinde do processo judicial.

b.2) Movimentação da PECLD - GSF

Descrição	Consolidado
	Montante
Saldo em 31 de dezembro de 2016	10.583
Provisão Constituída no Período	10.445
Saldo em 30 de setembro de 2017	21.028

10. ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS ATIVOS – CIRCULANTES E NÃO CIRCULANTES

Outros Créditos a Receber - Circulante	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Dividendos	10.804	7.959
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013) (i)	1.517.966	1.229.741
Pessoal a Disposição	4.540	4.280
Adiantamento Proinfa	13.484	13.484
Adiantamentos Diversos	3.115	3.087
PIS/COFINS/ICMS Substituição Tributária	66.858	51.626
Compartilhamento de Infraestrutura	3.555	11.808
Conta Bandeiras	3.295	7.911
Programa Baixa Renda	54.513	45.005
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	30.083	28.242
Outras Contas	53.736	43.060
Total Circulante	1.761.949	1.446.203
Outros Créditos a Receber – Não Circulante		
Ativos Financeiros – Bonificação de Outorga (Nota 11.2)	239.452	233.574
Outras contas	3.952	5.317
Total Não Circulante	243.404	238.891
Total	2.005.353	1.685.094

(i) Em 15 de agosto de 2017, por meio da Resolução Homologatória nº 2.286/2017, a ANEEL homologou o novo valor mensal de R\$60.103, referente aos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, com vigência de agosto de 2017 a julho de 2018. O valor mensal, com vigência de agosto de 2016 a julho de 2017, era de R\$43.70. (Vide Nota 23).

11. ATIVO/PASSIVO FINANCEIRO

11.1. Parcela A – CVA



Consolidado									
Ativos Financeiros Setoriais	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	30 de setembro 2017	Amorti- zação	Valores em Constituição	Circu- lante	Não Circu- lante
CVA Ativa	145.599	387.604	(62.507)	5.063	475.759	120.956	354.803	180.088	295.671
Energia	90.135	356.135	(19.332)	2.926	429.863	99.723	330.141	154.745	275.119
Proinfa	22.208	-	(22.208)	73	73	-	73	12	61
Transporte Rede Básica	30.215	20.543	(19.000)	1.807	33.565	19.232	14.333	21.621	11.944
Transporte de Energia	3.041	10.927	(1.967)	257	12.258	2.001	10.257	3.710	8.548
Demais Ativos Financeiros Setoriais	122.319	36.624	(59.630)	3.796	103.109	58.178	44.931	65.667	37.442
Neutralidade da Parcela A	121.714	36.624	(59.025)	3.796	103.109	58.178	44.931	65.667	37.442
Outros	605	-	(605)	-	-	-	-	-	-
Total Ativos Financeiros Setoriais	267.918	424.228	(122.137)	8.859	578.868	179.134	399.734	245.755	333.113

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)	Adição	Amorti- zação	Remune- ração	30 de setembro 2017	Valores em Amor- tização	Valores em Constituição	Circu- lante	Não Circulante
CVA Passiva	(359.006)	(323.874)	146.440	(6.144)	(542.584)	(193.878)	(348.706)	(251.996)	(290.588)
Proinfa	-	(12.336)	1.416	(1.080)	(12.000)	(12.000)	-	(12.000)	-
Encargos do Sistema de Serviço – ESS	(203.316)	(177.927)	106.367	(14.871)	(289.747)	(157.209)	(132.538)	(179.299)	(110.448)
CDE	(155.690)	(133.611)	38.657	9.807	(240.837)	(24.669)	(216.168)	(60.697)	(180.140)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(58.931)	(36.452)	2.128	(2.334)	(95.589)	(18.471)	(77.118)	(23.286)	(72.303)
Sobrecontratação de Energia	(19.662)	-	-	(2.653)	(22.314)	-	(22.315)	(3.719)	(18.596)
Devoluções Tarifárias	(39.269)	(33.117)	1.933	(1.171)	(71.624)	(16.820)	(54.804)	(17.916)	(53.708)
Outros	-	(3.336)	195	1.490	(1.651)	(1.651)	-	(1.651)	-
Total Passivos Financeiros Setoriais	(417.937)	(360.326)	148.568	(8.478)	(638.173)	(212.349)	(425.824)	(275.282)	(362.891)
Total Ativos (Passivos) Financeiros Setoriais	(150.019)	63.902	26.431	381	(59.305)	(33.215)	(26.090)	(29.527)	(29.778)

Consolidado		
Descrição	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
CVA 2016 – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	-	(75.328)
CVA 2017 – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	(72.922)	(138.079)
CVA 2018 – Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	6.097	-
Total da Parcela A – CVA	(66.825)	(213.407)
Outros Itens – Período de 23.08.2015 a 22.08.2016	-	52.765
Outros Itens – Período de 23.08.2016 a 22.08.2017	39.707	10.623
Outros Itens - Período de 23.08.2017 a 22.08.2018	(32.187)	-
Total Outros Itens – CVA	7.520	63.388
Total	(59.305)	(150.019)

O Ativo/Passivo Financeiro, incluído na conta de Compensação da Variação dos Custos da “Parcela A” – CVA, destina-se à contabilização dos custos não gerenciáveis, assim definidos pela ANEEL, e ainda não repassados às tarifas de fornecimento de energia elétrica.

Os referidos custos integram a base dos reajustes tarifários e são apropriados ao resultado, à medida que a receita correspondente é faturada aos consumidores conforme determinado nas Portarias Interministeriais nº 25 e nº 116, de 24 de janeiro de 2002 e 04 de abril de 2003 respectivamente, e disposições complementares da ANEEL. O saldo dessa conta é atualizado com base na taxa de juros utilizada pelo Selic.

A ANEEL por meio do Despacho nº 2.078, de 02 de agosto de 2016, publicado no Diário Oficial da União – DOU, em 08 de agosto de 2016, reconheceu o recurso da Celesc D interposto em face do Despacho nº 2.642, de 2015, para, no mérito, dar parcial provimento, de modo a: a) considerar mais 2MW médios como exposição involuntária relativa a cessação de atividades e retorno ao mercado cativo de consumidores especiais e b) considerar mais 15,818MW médios como exposição involuntária em razão do reconhecimento de erro material no preenchimento da declaração de necessidades de energia para o Leilão A-1 de 2013.

Sendo assim a Celesc D reconheceu no resultado de junho de 2016 o valor de R\$256.601, sendo R\$225.029 como redutora da Receita Operacional Bruta e R\$31.572 como Despesa Financeira, tendo como contrapartida a conta patrimonial Passivo Financeiro (Circulante), proveniente da diferença apurada pelo órgão regulador.

A Celesc D está adotando todas as medidas administrativas e judiciais necessárias com a finalidade de preservar os interesses da companhia, quanto ao reconhecimento do caráter involuntário dos 35,02MW médios não atendidos no recurso apresentado à ANEEL.

A Companhia, objetivando preservar seus direitos, ingressou com Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar para que a decisão do órgão regulador constante do Despacho nº 2.078/16 seja revista. Diante do pedido da Companhia, a juíza da 6ª Vara da Justiça Federal, deferiu o pedido de tutela de urgência, cautelarmente, para determinar a suspensão, até ulterior determinação do Juízo, do impacto financeiro da ordem de R\$256,6 milhões, a ser aplicado pela ANEEL no processo de revisão tarifária da Celesc D decorrente da exposição desta no ano de 2014. Com base nessa decisão, os impactos decorrentes da Subcontratação de 2014 não foram incluídos na deliberação da Diretoria da ANEEL quanto a revisão tarifária ocorrida em agosto de 2016.

Recentemente, após apreciação da manifestação da ANEEL nos autos da Ação Judicial, a juíza titular do processo, proferiu nova decisão mantendo a liminar deferida, motivando nova apreciação, ainda em curso, relativamente a contingência registrada.

Em junho de 2017 a Celesc D reclassificou o valor de R\$256.601 do Passivo Financeiro (Circulante) para Provisão de Contingência Regulatória, reapresentando os valores



correspondentes conforme mencionado na Nota 3.1.1, por considerar que como se trata de medida judicial ajuizada em 10 de agosto de 2016 e o tema está em discussão na esfera judicial, interposto pela Ação Judicial nº 48053-70.2016.4.01.3400, possui natureza de contingenciamento judicial com grau de risco provável.

11.2. Bonificação de Outorga

O valor pago pela Bonificação de Outorga – BO de R\$228,6 milhões foi pago em duas parcelas. A 1ª parcela da Bonificação da Outorga da Celesc G foi quitada em 04 de janeiro de 2016 no valor de R\$148,6 milhões correspondendo a 65% do total, ficando o débito da 2ª parcela de R\$80,0 milhões correspondendo a 35%. O montante atualizado pela taxa Selic registrado como “Outros Passivos Circulantes” no valor de R\$85,4 milhões, foi pago em 01 de julho de 2016.

A Receita Anual de Geração – RAG será reajustada anualmente pela ANEEL pelo IPCA, a partir 1º de julho de 2017. Dessa forma, o ativo financeiro está sendo atualizado mensalmente pelo índice estabelecido no contrato.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.265 de 4 de julho de 2017, a ANEEL aprovou o reajuste da Receita Anual de Geração – RAG para as usinas hidrelétricas em regime de cotas, licitadas no Leilão nº 12/2015. A vigência do novo reajuste da RAG é de 1º de julho de 2017 a 30 de junho de 2018.

As RAGs estabelecidas para as Usinas de propriedade da Celesc G e que deverão ser cobradas mensalmente, são:

Usina	Concessionária	RAG	Receita Mensal
		Ciclo 2017/2018	Julho/2017 a Junho/2018
Garcia	Celesc G	9.428	786
Bracinho	Celesc G	12.199	1.017
Cedros	Celesc G	8.924	744
Palmeiras	Celesc G	18.659	1.555
Salto	Celesc G	6.341	528

O saldo do ativo financeiro para cada uma das usinas é calculado:

- Deduzindo-se o valor mensal recebido de RBO, estabelecido pela Resolução Homologatória ANEEL 2.014/2016;
- Somando-se os juros mensais calculados com base na taxa de juros efetiva (TIR);
- Somando-se a atualização monetária pelo IPCA, estabelecido pelo contrato de concessão.

Descrição						Consolidado
	Usina Garcia	Usina Bracinho	Usina Cedros	Usina Salto	Usina Palmeiras	Total
Em 31 de dezembro de 2016	38.146	54.580	41.737	25.026	102.327	261.816
Atualização Monetária	753	1.077	824	492	2.026	5.172
Juros	3.458	5.017	3.709	2.580	8.172	22.936
Amortização/Baixa	(3.385)	(4.882)	(3.623)	(2.485)	(8.094)	(22.469)
Em 30 de setembro de 2017	38.972	55.792	42.647	25.613	104.431	267.455
					Circulante	30.083
					Não Circulante	239.452

12. ATIVO INDENIZATÓRIO – CONCESSÃO

Em função da prorrogação do 5º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 56/1999, a Celesc D bifurcou seus bens vinculados à concessão em ativo intangível e ativo indenizável.

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Ativo de Concessão – Distribuição de Energia (a)	346.196	346.620
Em Serviço	151.998	145.731
Em Curso	194.198	200.889
Ativo de Concessão – Geração de Energia (b)	2.421	2.421
Ativo Indenizatório	2.421	2.421
Total Não Circulante	348.617	349.041

a) Ativo de Concessão – Distribuição de Energia

Descrição	Consolidado
Em 31 de dezembro de 2016	346.620
(+) Novas Aplicações	5.688
(+) Variação do Ativo Imobilizado em Curso - AIC	(6.691)
(+) Ajuste VNR (i)	1.401
(-) Resgate	(822)
Em 30 de setembro de 2017	346.196

(i) A Companhia reconheceu até setembro de 2017, o montante de R\$1.401, referente à atualização do ativo financeiro de concessão de distribuição de energia elétrica pelo Valor Novo de Reposição – VNR.

A Celesc D atualiza sua Base de Remuneração Regulatória – BRR, a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica, pelo IPCA em atendimento ao Procedimento de Regulação Tarifária – PRORET, Submódulo 2.3.

b) Ativo de Concessão – Geração de Energia

A Celesc G requereu ao poder concedente ao final das concessões das usinas Bracinho,



Cedros, Salto e Palmeiras, a título de indenização, conforme critérios e procedimentos para cálculo estabelecidos pela Resolução Normativa nº 596, de 19 de dezembro de 2013, os investimentos efetuados em infraestrutura e não depreciados no período de concessão, por possuir direito incondicional de ser indenizada, conforme previsto em contrato.

Investimentos em Usinas	Consolidado	
	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016
PCH Bracinho	85	85
PCH Cedros	195	195
PCH Salto	1.906	1.906
PCH Palmeiras	235	235
Total	2.421	2.421

13. TRIBUTOS A RECUPERAR OU COMPENSAR

Descrição	30 de setembro de 2017	Controladora		Consolidado	
		31 de dezembro de 2016	30 de setembro de 2017	31 de dezembro de 2016	
ICMS ⁴	-	-	38.342	39.481	
PIS e COFINS ⁵	-	-	23.371	21.223	
IRPJ e CSLL ⁶	1.563	-	55.422	59.475	
Outros	449	2.813	23.935	19.567	
Total	2.012	2.813	141.070	139.746	
Circulante	2.012	2.813	111.886	121.761	
Não Circulante	-	-	29.184	17.985	

Os saldos de Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL é composto substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte por imposto de renda sobre aplicações financeiras e serão realizados no curso normal das operações.

Os créditos de ICMS a recuperar registrados no Ativo Não Circulante são decorrentes de aquisições de ativo imobilizado e podem ser compensados em 48 meses.

O saldo de PIS e COFINS é composto por retenções efetuadas em conformidade com a Lei nº 10.833/2003 e Lei nº 10.637/2002, tendo em sua composição principalmente pagamentos a maior relativos a pedido de liminar deferida pela Justiça Federal referente ao processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador. (Nota 11.1)

O Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido –

⁴ Impostos sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação – ICMS

⁵ Programa de Integração Social – PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS

⁶ Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

CSLL são compostos substancialmente por valores pagos antecipadamente e por reduções na fonte de imposto de renda.

Os valores classificados como Outros tem em sua principal composição IRRF sobre as aplicações financeiras serão realizados no curso normal das operações.

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Saldos e Transações

Os saldos contabilizados em partes relacionadas no ativo não circulante são:

Descrição	Controladora
	Outros Créditos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2016	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	5.984
	5.984
Em 30 de setembro de 2017	
Governo do Estado de SC	
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	6.134
	6.134

Descrição	Tributos a Recolher	Tributos a Compensar	Contas Receber por Vendas	Outros Créditos de Partes Relacionadas	Consolidado
					Outros Passivos de Partes Relacionadas
Em 31 de dezembro de 2016					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	107.032	39.481	-	-	-
<i>Contas a Receber</i>	-	-	7.073	-	-
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	-	-	-	5.984	-
Rondinha Energética S.A.	-	-	-	488	-
Celos	-	-	-	-	17.016
	107.032	39.481	7.073	6.472	17.016
Em 30 de setembro de 2017					
Governo do Estado de SC					
<i>ICMS</i>	133.703	38.342	-	-	-
<i>Contas a Receber</i>	-	-	7.620	-	-
<i>Rede Subterrânea (i)</i>	-	-	-	6.134	-
Celos	-	-	-	488	13.171
	133.703	38.342	7.620	6.622	13.171

A movimentação no resultado do exercício:

Descrição	Controladora
	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2016	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	350
	350
Em 30 de setembro de 2017	
Governo do Estado de SC	
Rede Subterrânea (i)	150
	150

			Consolidado
Descrição	Tributos/ Deduções da Receita	Receita de Vendas	Receitas Financeiras
Em 30 de setembro de 2016			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.552.005	-	-
Receita de Vendas	-	58.028	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	350
	1.552.005	58.028	350
Em 30 de setembro de 2017			
Governo do Estado de SC			
ICMS	1.398.531	-	-
Receita de Vendas	-	56.702	-
Rede Subterrânea (i)	-	-	150
	1.398.531	56.702	150

(i) Rede Subterrânea

Em 1995, a Companhia firmou Convênio nº 007/95, Termo de Cooperação Técnica, com o Governo do Estado de Santa Catarina e a Prefeitura de Florianópolis para implantação de rede subterrânea de energia elétrica no centro de Florianópolis.

A Companhia recebeu do Acionista, Governo do Estado de Santa Catarina, o Ofício GAB/GOV nº 67/2016, datado de 23 de setembro de 2016, autorizando a efetuar a retenção dos proventos (dividendos do exercício de 2015), a serem recebidos pelo acionista para abatimento do débito e, autoriza ainda, a deduzir o saldo remanescente em exercícios subsequentes até a extinção do referido débito.

Em 30 de setembro de 2017 o valor atualizado monetariamente é de R\$6.134.

b) Remuneração do Pessoal Chave da Administração

A remuneração dos administradores (Conselho de Administração – CA, Conselho Fiscal – CF e Diretoria Executiva) está demonstrada a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Administradores				
Honorários	3.857	3.534	3.857	3.534
Participação nos Lucros e/ou Resultados	1.577	-	1.577	-
Encargos Sociais	1.034	936	1.034	936
Outros	137	104	137	104
	6.605	4.574	6.605	4.574

15. INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS E COLIGADAS

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Controladas				
Celesc D	1.355.420	1.311.796	-	-
Celesc G	420.906	389.742	-	-
	1.776.326	1.701.538	-	-
Controladas em Conjunto				
SCGÁS	89.934	97.117	89.934	97.117
	89.934	97.117	89.934	97.117
Coligadas				
ECTE	47.755	52.860	47.755	52.860
DFESA	30.174	32.766	30.174	32.766
SPEs ⁷	-	-	47.805	44.811
Cubatão	3.353	3.353	3.353	3.353
(-) Provisão para Perda em Investimento	(3.353)	(3.353)	(3.353)	(3.353)
	77.929	85.626	125.734	130.437
	1.944.189	1.884.281	215.668	227.554

a) Informações sobre Investimentos

Controladora						
Descrição	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos	Lucro(Prejuízo) Líquido do Exercício
	Ordinárias	Capital Social	Capital Votante			
Em 31 de dezembro de 2016						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.311.796	7.722.620	(52.530)
Celesc G	43.209	100%	100%	389.742	569.616	23.143
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260	42.328
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385	116.171
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563	34.312
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)
Em 30 de setembro de 2017						
Celesc D	630.000	100%	100%	1.355.420	8.199.244	43.624
Celesc G	43.209	100%	100%	420.906	611.745	32.358
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.622	463.949	28.386
SCGÁS	1.827	17%	51%	300.162	443.345	(35.770)
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	131.019	139.783	28.066
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739	(90)

⁷ Sociedade de Propósito Específico.



Descrição	Consolidado				
	Milhares de Ações da Companhia	Participação da Companhia		Patrimônio Líquido	Total de Ativos
		Capital Social	Capital Votante		
Em 31 de dezembro de 2016					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	171.153	416.260
SCGÁS	1.827	17%	51%	335.933	510.385
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	142.276	151.563
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	35.590	58.921
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.561	5.561
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.056	6.469
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	37.330	58.833
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	23.826	43.466
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	16.232	46.175
Em 30 de setembro de 2017					
ECTE	13.001	30,88%	30,88%	154.622	463.949
SCGÁS	1.827	17%	51%	300.162	443.345
DFESA	153.382	23,03%	23,03%	131.019	139.783
Cubatão	1.600	40%	40%	1.601	5.739
Rondinha Energética S.A.	12.838	32,5%	32,5%	33.217	56.058
Painel Energética S.A.	4.745	32,5%	32,5%	5.611	5.611
Campo Belo Energética S.A.	1.350	30 %	30%	6.128	6.541
Cia Energética Rio das Flores S.A.	8.035	26,07%	26,07%	40.311	58.962
Xavantina Energética S.A.	216	40%	40%	23.818	41.780
Garça Branca Energética S.A.	9.503	49%	49%	14.697	51.989
EDP Transmissão Aliança SC	100	10%	10%	(87)	2.470

b) Movimentação dos Investimentos

Descrição	Controladora					
	Celesc D	Celesc G	ECTE	SCGÁS	DFESA	Total
Em 31 de dezembro de 2015	1.501.051	372.169	45.486	84.005	32.234	2.034.945
Dividendos e JCP Creditados	(3.864)	(7.570)	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(29.671)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.469)	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	(52.530)	25.143	13.073	19.749	7.902	13.337
Ajuste de Avaliação Patrimonial em Controlada	(132.861)	-	-	-	-	(132.861)
Em 31 de dezembro de 2016	1.311.796	389.742	52.860	97.117	32.766	1.884.281
Dividendos e JCP Creditados	-	(1.193)	(13.873)	-	(9.057)	(24.123)
Amortização Ágio	-	-	-	(1.101)	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	43.624	32.357	8.768	(6.082)	6.465	85.132
Em 30 de setembro de 2017	1.355.420	420.906	47.755	89.934	30.174	1.944.189



Descrição	Consolidado				
	ECTE	SCGÁS	DFESA	SPEs	Total
Em 31 de dezembro de 2015	45.486	84.005	32.234	39.924	201.649
Integralizações	-	-	-	5.103	5.103
Dividendos e JCP Creditados	(5.699)	(5.168)	(7.370)	(250)	(18.487)
Amortização Ágio	-	(1.469)	-	-	(1.469)
Resultado de Equivalência Patrimonial	5.832	19.749	7.902	(301)	40.423
Aumento de Capital Social	-	-	-	395	395
Outros Ajustes	-	-	-	(60)	(60)
Em 31 de dezembro de 2016	52.860	97.117	32.766	44.811	227.554
Integralizações	-	-	-	4.979	4.979
Dividendos e JCP Creditados	(13.873)	-	(9.057)	(339)	(23.269)
Amortização Ágio	-	(1.101)	-	-	(1.101)
Resultado de Equivalência Patrimonial	8.768	(6.082)	6.465	(1.646)	7.505
Em 30 de setembro de 2017	47.755	89.934	30.174	47.805	215.668

O saldo do ágio gerado na aquisição da SCGÁS em setembro de 2017 é de R\$38.907 (R\$40.008 em 31 de dezembro de 2016). O ágio é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida Empresa.

16. IMOBILIZADO

a) Composição do Saldo

Descrição	Consolidado					
	Terrenos	Reservatórios Barragens e Adutoras	Prédios e Construções	Máquinas e Equipamentos	Outros	Obras em Andamento
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645
Custo do Imobilizado	20.202	188.825	49.868	172.236	1.537	21.645
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.728)	79	-
Depreciação Acumulada	(7.328)	(143.750)	(15.912)	(76.214)	(1.282)	-
Em 31 de dezembro de 2016	3.983	20.595	28.644	83.294	334	21.645
Adições	-	-	-	-	-	4.417
Baixas Saldo Bruto	-	(20.079)	-	(7.525)	-	(68)
Baixas Depreciação	-	20.079	-	7.471	-	-
Depreciação	-	(5.898)	(66)	(4.243)	(54)	-
(+/-) Transferências	-	956	-	856	-	(1.812)
Realização de Provisão para Perdas	-	-	-	(52)	-	-
Em 30 de setembro de 2017	3.983	15.653	28.578	79.801	280	24.182
Custo do Imobilizado	20.202	189.781	49.868	173.038	1.537	24.182
Provisão para Perdas	(8.891)	(24.480)	(5.312)	(12.780)	79	-
Depreciação Acumulada	(7.328)	(149.648)	(15.978)	(80.457)	(1.336)	-
Em 30 de setembro de 2017	3.983	15.653	28.578	79.801	280	24.182
Taxa Média de Depreciação	0%	6%	0%	4%	27%	0%

b) Depreciação

Para os ativos que não possuem determinação pelo Poder Concedente de indenização, a depreciação é definida de acordo com a sua vida útil estimada, limitada ao prazo de concessão. Para os demais ativos, aqueles provenientes de investimentos sujeitos à indenização ao final da concessão, a depreciação é estabelecida conforme Resolução ANEEL nº 674/2015.

17. INTANGÍVEL

Descrição	31 de dezembro 2016	Amortizações	Controladora
			30 de setembro 2017
Ágio Aquisição ECTE	6.955	(377)	6.578

Descrição	Contratos de Concessão (a) Celesc D	Software Adquiridos	Ágio	Uso do Bem Público (b) Celesc G	Faixa de Servidão	Itens em Andamento	Consolidado
							Total
Em 31 de dezembro de 2016	3.046.954	3.564	6.955	821	70	614	3.058.978
Custo Total	4.333.059	6.495	14.248	6.693	70	614	4.361.179
Amortização Acumulada	(1.286.105)	(2.931)	(7.293)	(5.872)	-	-	(1.302.201)
Em 31 de dezembro de 2016	3.046.954	3.564	6.955	821	70	614	3.058.978
Adições	277.180	-	-	166	-	357	277.703
Baixas	(37.336)	-	-	-	-	-	(37.336)
Amortizações	(149.668)	(974)	(377)	(773)	-	-	(151.792)
Em 30 de setembro de 2017	3.137.130	2.590	6.578	214	70	971	3.147.553
Custo Total	4.572.903	6.495	14.248	6.859	-	-	4.600.505
Amortização Acumulada	(1.435.773)	(3.905)	(7.670)	(6.645)	70	971	(1.452.952)
Em 30 de setembro de 2017	3.137.130	2.590	6.578	214	70	971	3.147.553
Taxa Média de Amortização	4,3%	20%	2%	15%	0%	0%	

O ágio gerado na aquisição da ECTE é amortizado pelo prazo de concessão de prestação de serviços públicos da referida Empresa.

a) Contratos de Concessão

Em conformidade com a Interpretação Técnica ICPC 01 (R1), contratos de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos da distribuição de energia elétrica, líquidos das participações de consumidores (Obrigações Especiais).

A ANEEL em conformidade ao marco regulatório brasileiro é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de concessão do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação destas taxas. As taxas estabelecidas pela ANEEL são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

concessão. Desta forma, estas taxas foram utilizadas como base para a avaliação e amortização do ativo intangível.

b) Uso do Bem Público - UBP

Em 11 de julho de 2013 foi assinado o contrato de concessão nº 006/2013, decorrente da alteração de regime de exploração formalizada pelo quarto termo aditivo ao contrato de concessão para geração de energia elétrica nº 55/99, tendo como objeto regular a exploração dos potenciais de energia hidráulica.

Tal contrato prevê o recolhimento à Eletrobras, por um prazo de 60 meses ou até o final da concessão de cada PCH, de quota mensal de Uso de Bem Público – UBP definida em contrato, atualizada monetariamente pela variação do IPCA. A contrapartida dessa obrigação está registrada no ativo intangível e será amortizada pelo mesmo período de vigência da obrigação.

Em 30 de setembro de 2017 o respectivo saldo passivo é de R\$234 mil. A estimativa dos fluxos de caixa para mensuração da UBP é decorrente da utilização da taxa de desconto definida pela Administração de 7,78% para a UHE Caveiras e de 7,86% para a PCHs Celso Ramos.

Os montantes, por Usina, recolhidos no segundo trimestre de 2017 foram:

Centrais Geradoras	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
UHE Cedros ⁽ⁱ⁾	-	27
UHE Salto ⁽ⁱ⁾	-	21
UHE Bracinho ⁽ⁱ⁾	-	32
UHE Palmeiras ⁽ⁱ⁾	-	39
PCH Pery ⁽ⁱⁱ⁾	530	66
UHE Caveiras	63	7
PCH Celso Ramos	138	15

(i) Parcelas de UBP terminaram em 2016 com o término da antiga concessão

(ii) As parcelas foram pagas até julho de 2017, quando finalizou o contrato de concessão. A partir do novo contrato de concessão não há obrigatoriedade de pagamento de UBP.

18. RESULTADO COM IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA – IRPJ E COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO – CSLL

a) Composição do IRPJ e da CSLL Diferidos Líquidos



Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Ativo	477.423	514.870
Passivo	(6.409)	(7.859)
Tributo Diferido Líquido	471.014	507.011

Descrição	Diferido Ativo		Diferido Passivo		Diferido Líquido	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Diferenças temporárias						
Provisão para Contingências	215.452	116.445	-	-	215.452	116.445
Provisão para Perdas em Ativos	67.741	63.557	-	-	67.741	63.557
Benefício Pós-Emprego	345.633	361.153	-	-	345.633	361.153
Custo Atribuído	-	-	9.575	11.520	(9.575)	(11.520)
Efeitos do ICPC 01 - Contratos de Concessão	-	-	58.806	60.395	(58.806)	(60.395)
Efeitos do CPC 38 - Instrumentos Financeiros	-	-	72.458	74.417	(72.458)	(74.417)
Parcela A - CVA	-	215.992	-	91.092	-	124.900
Bonificação de Outorga	8.862	3.040	25.397	15.132	(16.535)	(12.092)
Outras Provisões	-	-	438	620	(438)	(620)
	637.688	760.187	166.674	253.176	471.014	507.011

b) Realização dos Ativos Diferidos

A base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro gerado, mas da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, sem correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Desse modo, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A realização tem como base o Plano de Ação para Demonstrar a Sustentabilidade Econômico-Financeira da Celesc D apresentado para a ANEEL em novembro de 2013.

Em atendimento a Instrução CVM nº 371 de 27 de junho de 2002, a Administração da Companhia considera que os ativos diferidos provenientes das diferenças temporárias serão realizados, na proporção da resolução final das contingências e dos eventos a que se referem quando serão compensados com os lucros tributáveis.

O valor da bonificação pela outorga foi reconhecido como um ativo financeiro em função do direito incondicional da Companhia de receber o valor pago com atualização pelo IPCA e juros remuneratórios durante o período de vigência da concessão. Os tributos diferidos relativos à Bonificação de Outorga serão realizados de acordo com o prazo determinado no contrato de concessão das usinas.

Os tributos diferidos sobre o passivo atuarial de benefícios a empregados estão sendo realizados pelo pagamento das contribuições.



O processo de reconhecimento de exposição involuntária pelo órgão regulador no valor de R\$256,6 milhões está em Demanda Judicial junto a Justiça Federal e tiveram seus montantes de IR e CSLL diferidos até que seja proferida sentença final sobre o processo em curso. (Nota 11.1)

As estimativas de realização para o saldo do total do ativo de 30 de setembro de 2017 são:

Ano	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
2017	97.969	209.936
2018	152.833	171.335
2019	61.336	59.155
2020	61.991	60.286
Acima de 2021	263.559	259.476
Total	637.688	760.187

c) Conciliação do IRPJ e da CSLL Corrente e Diferido

A conciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Lucro/Prejuízo antes do IRPJ e a CSLL	61.540	(29.291)	124.722	(52.849)
Alíquota Nominal Combinada do IRPJ e da CSLL	34%	34%	34%	34%
IRPJ e SCLL	(20.924)	9.959	(42.405)	17.969
Adições e Exclusões Permanentes				
Equivalência Patrimonial	28.945	(4.389)	2.552	11.524
Benefício Fiscal	-	-	(31)	(4.288)
Incentivo Fiscal	(1)	(4)	237	144
Provisões Indedutíveis	(503)	(503)	(503)	(503)
Multas Indedutíveis	-	-	(3.989)	3.832
IRPJ/CSLL não reconhecidos sobre Prejuízo Fiscal	(7.238)	(5.089)	(7.238)	(5.089)
Participação dos Administradores	(20)	(83)	(56)	(51)
Depreciação / Baixas VNR	-	-	-	(12)
Perdas Não Técnicas	-	-	(11.575)	-
Outras Adições (Exclusões)	(259)	109	(174)	30
	-	-	(63.182)	23.558
Corrente	-	-	(27.186)	(252.384)
Diferido	-	-	(35.996)	275.942
Taxa Efetiva	0,00%	0,00%	-50,66%	-44,58%

d) Lei Federal nº 12.973 de 13 de Maio de 2014



A Companhia vem apurando o Imposto sobre a Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, o Programa de Integração Social – PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS em conformidade com a Lei Federal nº 12.973/14 e Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.556 de 31 de março de 2015 e nº 1.700 de 14 de março de 2017.

Na Celesc G foram abertas as subcontas para registro das diferenças positivas e negativas entre os valores dos ativos mensurados, conforme a legislação societária, e os valores mensurados de acordo com os critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007 (RTT), para que o efeito tributário desses ajustes seja dado à medida da realização desses ativos.

Na Celesc D as diferenças positivas e negativas foram apuradas conforme o artigo 69 da Lei Federal nº 12.973/14 e os seus efeitos serão realizados pelo prazo vigente de concessão.

19. FORNECEDORES

Descrição	Controladora	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Empregados à Disposição	1.036	1.037
Materiais e Serviços	82	43
	1.118	1.080

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Energia Elétrica	466.934	483.833
Encargos de Uso da Rede Elétrica	88.064	41.503
Materiais e Serviços	49.963	98.423
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	275.391	1.341
	880.352	625.100

20. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Os Empréstimos e Financiamentos possuem três classificações distintas – Empréstimos Bancários, Empréstimos da Eletrobrás e Empréstimos Tipo Finame – e são garantidos, quase em sua totalidade, pelos recebíveis da Empresa.

Descrição	Taxa de Juros e Comissões %	Consolidado	
		30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Empréstimos Bancários (a)	110 a 121,5 CDI	106.860	235.157
Eletrobras (b)	5,00 a.a.	36.891	56.316
Finame (c)	2,5 a 9,5 a.a.	37.396	41.558
Total		181.147	333.031
Circulante		133.246	202.996
Não Circulante		47.901	130.035

a) Empréstimos Bancários

Os saldos de Empréstimos Bancários referem-se a duas contratações, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para a finalidade de capital de giro.

A primeira contratação, no valor de R\$300 milhões, foi efetuada junto à Caixa Econômica Federal em junho de 2014, com remuneração à taxa equivalente a 121,5% do CDI. Em abril de 2015 o contrato foi repactuado e o prazo para pagamento foi alongado para 38 meses, com carência de 8 meses. A amortização final está prevista para junho de 2018.

A segunda contratação, no valor de R\$100 milhões, foi efetuada junto ao Banco do Brasil em janeiro de 2015, com remuneração à taxa equivalente a 110% do CDI. Foi oferecida uma carência de 12 meses para o início da amortização do valor principal, previsto para liquidação em 24 parcelas mensais. A amortização final está prevista para janeiro de 2018.

b) Eletrobras

Os recursos destinam-se, entre outras aplicações, aos programas de eletrificação rural, e advêm da Reserva Global de Reversão – RGR e do Fundo de Financiamento da Eletrobras. Em geral, os contratos possuem carência de 24 meses, amortização em 60 parcelas mensais, alguns em mais parcelas, taxa de juros de 5% a.a., taxa de administração de 2% a.a. e taxa de comissão de 0,83%. Todos os contratos possuem anuência da ANEEL.

c) Finame

Os recursos dessas contratações serviram para suprir parte da insuficiência de recursos da Celesc D e foram utilizados na compra de máquinas e equipamentos. Cada aquisição constitui um contrato, que foram negociados a taxas de juros que variam de 2,5% a 9,5% a.a..

O valor contratado pode chegar a R\$50 milhões e as amortizações são previstas para 96 parcelas mensais. Suas aplicações estavam previstas, inicialmente, para os anos de 2011 e 2012. Entretanto, ocorreram aplicações em 2013 e ainda poderão acontecer até o decorrer de 2017. Todos os contratos possuem a anuência da ANEEL.

20.1. Composição dos Vencimentos de Longo Prazo

Os montantes classificados no passivo não circulante têm a seguinte composição, por ano de vencimento:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Ano 2018 - 1T - 3T	-	76.815
Ano 2018 -4T	5.492	10.968
Ano 2019	17.383	17.349
Ano 2020	9.307	9.274
Ano 2021	6.294	6.260
Ano 2022+	9.425	9.369
	47.901	130.035

20.2. Movimentação de Empréstimos e Financiamentos

Descrição	Consolidado		
	Circulante	Não Circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	217.157	325.017	542.174
Ingressos	-	11.106	11.106
Encargos Provisionados	57.703	-	57.703
Transferências	206.088	(206.088)	-
Amortizações de Principal	(219.373)	-	(219.373)
Pagamentos de Encargos	(58.579)	-	(58.579)
Em 31 de dezembro de 2016	202.996	130.035	333.031
Ingressos	-	201	201
Encargos Provisionados	20.853	-	20.853
Transferências	82.335	(82.335)	-
Amortizações de Principal	(151.186)	-	(151.186)
Pagamentos de Encargos	(21.752)	-	(21.752)
Em 30 de setembro de 2017	133.246	47.901	181.147

21. DEBÊNTURES

21.1. Debêntures – Celesc D

A Celesc D emitiu, em 15 de maio de 2013, 30 mil Debêntures no valor nominal unitário de R\$10 mil, totalizando R\$300 milhões, com vencimento para 15 de maio de 2019. Os recursos dessa emissão foram utilizados, exclusivamente, para reforço de capital de giro e realização de investimentos.

Os juros remuneratórios correspondem a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros – DI, *over* extra-Grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, acrescidos de uma sobretaxa ou *spread* de 1,3%.

A amortização foi prevista em 3 parcelas anuais e consecutivas, a partir de 15 de maio de 2017, e a remuneração em parcelas semestrais e consecutivas, sem carência, a partir de 15 de novembro de 2013. Até o momento foram efetuados pagamentos de parcelas da remuneração no montante de R\$156 milhões e uma parcela de principal no valor de R\$100 milhões.



A partir de 2014, ao final de cada exercício, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado à emissão das Debêntures não apresentar uma relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2. O não cumprimento desse indicador financeiro pode implicar no vencimento antecipado do total da dívida. Em 30 de setembro de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

21.2. Debêntures – Celesc G

Em 03 de março 2016 ocorreu a primeira emissão de Debêntures da Celesc G. O valor total da emissão foi de R\$150.000 (cento e cinquenta milhões de reais), em uma única série, constituída por 15.000 (quinze mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$10 (dez mil reais).

As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária e com garantia adicional fidejussória. As Debêntures serão nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados, tendo vencimento no prazo de 24 (vinte e quatro) meses contados da data da emissão, sem atualização monetária. Os juros remuneratórios corresponderão a 125% (cento e vinte e cinco por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias do Depósitos Interfinanceiros – DI e serão pagos trimestralmente, sem carência, nos meses de junho, setembro, dezembro e março, sendo o primeiro pagamento devido em 03 de junho de 2016 e o último pagamento devido na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, de resgate antecipado e de amortização extraordinária.

O valor nominal unitário das Debêntures será amortizado integralmente na data de vencimento, ressalvadas as hipóteses de liquidação antecipada das debêntures resultante do resgate antecipado, de amortização extraordinária ou na data do vencimento antecipado das Debêntures.

Até o momento foram pagas as parcelas de remuneração do período de março 2016 a setembro 2017 totalizando R\$34,5 milhões.

A partir de 2016, a Companhia tem como compromisso contratual (*covenant*) vinculado a emissão das debêntures não apresentar a relação Dívida Líquida/EBITDA superior a 2,5, nos dois primeiros semestres, e superior a 2 nos dois últimos semestres. O não cumprimento desses indicadores financeiros pode implicar no vencimento antecipado das dívidas. Em 30 de setembro de 2017 a Companhia esteve abaixo deste indicador de relação.

a) Movimentação das Debêntures:

Consolidado	
Descrição	Total
Em 31 de dezembro de 2015	600.731
Ingressos	151.850
Atualização Monetária	98.778
Pagamentos Encargos	(99.466)
Pagamentos Principal	(300.000)
Custos na Emissão de Debêntures	2.867
Em 31 de dezembro de 2016	454.760
Atualização Monetária	34.453
Pagamentos Encargos	(15.513)
Pagamento Principal	(119.998)
Custos na Emissão de Debêntures	1.492
Em 30 de setembro de 2017	355.194
Circulante	255.402
Não Circulante	99.792

22. OUTROS TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

a) Composição

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
ICMS	-	-	133.703	107.032
PIS e COFINS	3	306	39.568	40.761
IRPJ e CSLL	-	-	29.181	4.302
Outros	82	71	4.928	6.421
Circulante	85	377	207.380	158.516

23. TAXAS REGULAMENTARES

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Programa de Eficiência Energética – PEE	178.559	162.351
Encargo de Capacidade Emergencial – ECE	19.593	19.704
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	88.903	77.487
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (i)	2.643.947	2.192.302
Uso do Bem Público	234	753
Outros	1.069	1.209
Total	2.932.305	2.453.806
Circulante	2.760.559	2.298.120
Não Circulante	171.746	155.686

(i) A ANEEL por meio da Resolução Homologatória nº 2.204, de 07 de março de 2017, retificou a Resolução Homologatória nº 2.202 de 07 de fevereiro de 2017, homologando as cotas de CDE Uso no valor mensal de R\$41.064 e as cotas de CDE Energia no valor mensal de R\$47.093, para o exercício de 2017.



O Decreto Federal nº 9.022, de 31 de março de 2017, em seu artigo 33, estabeleceu que o orçamento, a gestão e a movimentação da CDE, da CCC e da RGR serão de responsabilidade da ELETROBRÁS até 30 de abril de 2017 ou até a decisão da ANEEL que atestar a transferência dessas responsabilidades para a Câmara de Comercialização de Energia – CCEE.

O Conselho de Administração autorizou a assinatura do Termo de Parcelamento de Débitos com o Fundo Setorial da CDE, entre a Celesc D e a CCEE, em que o saldo devedor é reflexo de compensações de valores devidos pela CDE contra obrigações da Celesc D junto ao Fundo CDE, originando em um saldo devedor de R\$1.164.387 mil em 30 de junho de 2017. Em 30 de setembro o saldo devedor é de R\$1.052.686 mil.

A parcela incontroversa da atualização monetária definida no Termo de Parcelamento dos saldos a receber e a pagar gerou, respectivamente, uma receita financeira de R\$9.433 mil e despesa financeira de R\$179.481, originando um resultado financeiro líquido negativo de R\$170.048. No período de 9 meses o resultado financeiro líquido é de R\$193.980 mil.

O saldo Devedor será pago pela Celesc D em 30 (trinta) prestações mensais, iguais e consecutivas, não devendo ultrapassar dezembro de 2019, cada uma no valor de R\$38.877 mil, vencendo a primeira no dia 26 de julho de 2017 e as demais, sucessivamente, todo o dia 10 do mês, acrescidas mensalmente pela variação da taxa do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC. Até 30 de setembro a Empresa pagou o valor de R\$135.633 mil, sendo R\$116.631 mil de amortização do principal e R\$19.002 mil de juros.

24. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIA E DEPÓSITOS JUDICIAIS

Nas datas das Informações Trimestrais, a Companhia apresentava os seguintes passivos, e correspondentes depósitos judiciais, relacionados às contingências:

Descrição	Controladora			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Contingências:				
Tributária	2.117	2.117	1.263	1.263
Trabalhistas	1.530	1.486	29	29
Cíveis	5.603	5.472	2.143	51
Regulatórias	8.182	8.182	5.174	5.174
	17.432	17.257	8.609	6.517

Descrição	Consolidado			
	Depósitos Judiciais		Provisões para Riscos	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Contingências:				
Tributária	3.744	3.744	70.125	60.504
Trabalhistas	54.124	40.105	63.742	46.480
Cíveis	65.385	31.239	161.402	114.583
Regulatórias	49.248	49.248	357.011	353.504
Ambientais	-	-	1.457	23.048
	172.501	124.336	653.737	598.119

As movimentações de provisões e depósitos estão demonstradas a seguir:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos	Depósitos Judiciais	Provisões para Riscos
Em 31 de dezembro de 2016 (Reapresentado)	17.257	6.517	124.336	598.119
Adições	504	2.092	88.413	88.114
Baixas	(329)	-	(40.248)	(32.496)
Em 30 de setembro de 2017	17.432	8.609	172.501	653.737

A Companhia é parte envolvida em processos trabalhistas, cíveis, tributários e regulatórios em andamento, e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial.

Esses processos, quando aplicáveis, são amparados por garantias ou depósitos judiciais. As provisões para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, respaldadas pela opinião de seus consultores legais internos e externos.

A natureza das contingências prováveis pode ser sumariada como segue:

a) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias nas esferas federal (relativos aos tributos PIS, COFINS, IRPJ, CSLL e previdenciária) e municipal (relativo ao ISS).

b) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de pagamento de horas extras, principalmente aquelas decorrentes de violação aos intervalos intrajornada e interjornadas, bem como revisão de base de cálculo de verbas salariais, adicionais, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

c) Contingências Cíveis

Estão relacionadas às ações cíveis em geral, tendo como objeto, em síntese, ressarcimento de danos (materiais e/ou morais) decorrente de: suspensão indevida do fornecimento de energia elétrica, inscrições dos nomes dos consumidores junto aos órgãos de proteção de crédito, danos elétricos, danos envolvendo perda de produções (fumo, frangos), acidentes envolvendo terceiros.

Há da mesma forma, outros tipos de demandas que geram o pagamento de valores pela Concessionária de Energia Elétrica: revisão de faturamentos, reclassificação tarifária, revisão de contratos licitatórios (reequilíbrio econômico-financeiro), concurso público, dentre outras.

d) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas às notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos decorrentes de eventos já ocorridos, cuja liquidação poderá resultar em entrega de recursos pelas transgressões contratuais ou regulatórias do setor elétrico. Também constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com outros agentes setoriais (concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação setorial.

A Companhia reclassificou em junho de 2017, a Demanda Judicial junto a Justiça Federal do Distrito Federal, com pedido liminar, referente a Subcontratação de 2014 não incluídos na revisão tarifária ocorrida em agosto de 2016 de passivos financeiros para provisão de contingência regulatória (Nota 11.1), reapresentando os valores correspondentes em 31 de dezembro de 2016 (Nota 3.1.1).

e) Contingências Ambientais

Tratam-se de processos relativos a discussões judiciais referentes ao pagamento de indenizações de ordem material e moral em virtude de acidente ambiental ocorrido na área de concessão da Celesc.

O Grupo também tem ações de natureza tributária, trabalhista, cíveis, regulatórias e ambientais, envolvendo riscos de perda classificados pela administração como possíveis, com base na avaliação de seus consultores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, conforme composição e estimativa a seguir:

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Tributárias (i)	4.361	34.291
Trabalhistas (ii)	56.241	16.763
Cíveis (iii)	114.513	115.983
Regulatórias (iv)	110.535	109.053
Ambientais (v)	47.359	22.638
	333.009	298.728

A natureza das contingências possíveis pode ser sumariada como segue:

i) Contingências Tributárias

Estão relacionadas às contingências de ordem tributárias na esfera federal relativas a recolhimento de PIS, COFINS e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL.

ii) Contingências Trabalhistas

Estão relacionadas, em sua maioria, às reclamações movidas por empregados e ex-empregados do Grupo e das empresas prestadoras de serviços (terceirizadas) relativas a questões de responsabilidade subsidiária/solidária, horas extras, verbas rescisórias, dentre outros direitos trabalhistas.

iii) Contingências Cíveis

Estão relacionadas a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas e jurídicas, relativas a questões de indenizações causadas por danos materiais, danos morais e lucros cessantes, acidente, processos licitatórios e outras.

iv) Contingências Regulatórias

As contingências regulatórias estão associadas a notificações realizadas pela ANEEL, ARES ou CCEE em processos administrativos punitivos que implicam em multas pela transgressão de previsões contratuais ou regulatórias do setor elétrico, onde a Companhia recorreu na esfera administrativa e judicial. Ao mesmo tempo, constituem contingências regulatórias as ações judiciais em que a Companhia discute com agentes setoriais (outras concessionárias de geração, comercialização, transmissão ou distribuição de energia elétrica, além de agentes institucionais como ANEEL, CCEE, ONS, EPE e MME) matérias atinentes à aplicação da regulação do setor elétrico.

v) Contingências Ambientais

Estão relacionadas a contingências ambientais administrativas e judiciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, constituídas em sua maioria por questões de indenizações por danos materiais, danos morais e lucros cessantes.

25. PASSIVO ATUARIAL E BENEFÍCIOS RESCISÓRIOS

Obrigações Registradas	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Planos Previdenciários	845.794	870.307
Plano Misto/Transitório (a)	845.794	870.307
Outros Benefícios a Empregados	640.800	688.918
Plano Celos Saúde (b)	571.731	582.150
Programa de Demissão Voluntária – PDV 2012 (c)	17.893	16.183
Programa de Desligamento Incentivado – PDI (d)	9.929	50.789
Outros Benefícios (e)	41.247	39.796
Total	1.486.594	1.559.225
Circulante	149.796	162.312
Não Circulante	1.336.798	1.396.913

A Celesc D é patrocinadora da Fundação Celesc de Seguridade Social – Celos, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, que tem como objetivo principal a administração de planos de benefícios previdenciários para os seus participantes representados basicamente pelos empregados da Celesc D.

a) Planos Previdenciários

A partir de janeiro de 1997, foi implementado um novo plano de previdência complementar para os novos empregados com características de contribuição variável, denominado “Plano Misto”, contemplando a renda de aposentadoria programada, aposentadoria por invalidez e pensão por morte.

Para os participantes que pertenciam ao Plano Transitório foi elaborado um processo de migração dando oportunidade aos participantes do referido plano migrarem para o Plano Misto.

Este processo de migração se deu em dois períodos: de maio a agosto de 1999 e fevereiro de 2000. Mais de 98% dos empregados ativos optaram pela migração.

O Plano Misto tem características de benefício definido para a parcela de reserva matemática já existente na data da transição e para os benefícios concedidos, e características de contribuição definida para as contribuições posteriores a transição, relativas aos benefícios de aposentadoria programada a conceder. O plano anterior, de benefício definido, denominado “Plano Transitório” continua existindo, cobrindo exclusivamente os participantes aposentados e seus beneficiários.

Do total reconhecido, R\$490 milhões refere-se à dívida pactuada com a Celos em 30 de novembro de 2001, para pagamento de 277 contribuições adicionais mensais, com incidência de juros de 6% ao ano e atualização pela variação do IGP-M, para cobertura do passivo atuarial do Plano Misto e Transitório. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Celesc D registrou a partir de 2015 a atualização



monetária e juros como resultado financeiro, fundamentado no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Em outubro de 2010 por meio de termo aditivo houve a mudança do indexador de atualização do IGP-M para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

b) Plano Celos Saúde

A Celesc D oferece plano de saúde (assistência médica, hospitalar e odontológica) aos seus empregados ativos, aposentados e pensionistas.

c) Programa de Demissão Voluntária – PDV

Por meio da Deliberação nº 168, de 15 de maio de 2012, a Celesc D aprovou o Plano de Adequação de Quadros, do qual faz parte o Plano de Demissão Voluntária – PDV.

Esse programa foi implementado a partir de novembro de 2012, inicialmente aderiram 734 empregados e até junho de 2013 houve a inclusão de mais 19 empregados. Desligaram-se da Celesc D 753 beneficiários.

Até 30 de setembro de 2017 a Celesc D havia quitado o débito com 505 beneficiários.

d) Plano de Desligamento Incentivado – PDI

Por meio da Deliberação nº 15, de 22 de fevereiro de 2016, a Celesc D aprovou o Plano de Desligamento Incentivado – PDI. Esse programa foi implementado em dezembro de 2016, com adesão e o desligamento de 61 empregados. Os pagamentos das parcelas iniciaram em janeiro de 2017.

e) Outros Benefícios

Trata-se de valores referentes ao auxílio deficiente, auxílio funeral, indenização por morte natural ou acidental e benefício mínimo ao aposentado.

25.1. Resultados da Avaliação Atuarial

a) Reconciliação do Valor Presente das Obrigações

Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDI 2016	PDVI 2012	Consolidado	
						Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Saldo 31 de dezembro de 2015	1.654.146	730.019	508.506	-	108.841	16.444	38.316
Custo Inicial	-	-	-	16.183	-	-	-
Custo do Serviço Corrente Bruto (com juros)	6.497	-	(40.652)	-	-	-	-
Juros sobre Obrigação Atuarial	210.334	91.179	62.606	-	9.909	2.129	4.045
Benefícios Pagos no ano	(138.259)	(87.595)	(88.617)	-	(47.016)	(329)	(4.496)
Contribuições de Participante Vertida no ano	14.418	17.159	33.116	-	-	-	-
Obrigações Ganho/Perda	(35.958)	(7.196)	181.230	-	(20.945)	(9.736)	2.005
Saldo 31 de dezembro de 2016	1.711.178	743.566	656.189	16.183	50.789	8.508	39.836

b) Conciliação dos Ativos e Passivos Reconhecidos no Balanço

							Consolidado
Descrição	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2002	PDVI 2012	Plano Pecúlio	Outros Benefícios
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2015	347.740	441.610	464.289	-	108.841	8.419	38.316
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	1.711.178	743.566	656.189	16.183	50.789	8.508	39.783
Benefícios Concedidos	1.489.013	743.566	621.079	16.183	50.789	329	37.549
Benefícios a Conceder	222.165	-	35.110	-	-	8.179	2.234
Valor justo dos ativos	(1.302.335)	(282.102)	(74.039)	-	-	(8.548)	-
Passivo atuarial líquido total a ser provisionado em 31 de dezembro de 2016	408.843	461.464	582.150	16.183	50.789	(40)	39.783

c) Reconciliação do Valor Justo dos Ativos

Descrição	Consolidado				
	Plano Misto	Plano Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	Plano Pecúlio
Em 31 de dezembro de 2015	1.306.406	288.409	44.217	-	8.025
Benefícios Pagos no Ano	(138.259)	(87.596)	(88.617)	(47.016)	(330)
Contribuições de Participantes Vertidas no Ano	14.418	17.159	33.116	-	-
Contribuições de Patrocinadora Vertidas no Ano	41.485	37.370	45.594	47.016	-
Juros sobre Ativo	167.432	35.666	5.762	-	1.058
Ganho/Perda sobre os Ativos	(89.147)	(8.906)	33.967	-	(205)
Em 31 de dezembro de 2016	1.302.335	282.102	74.039	-	8.548

d) Custos Reconhecidos na Demonstração do Resultado do Exercício

Descrição	Consolidado	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Plano Transitório	24.133	35.248
Plano Misto	26.106	30.018
PDVI 2012	2.714	7.432
Plano Médico	29.200	24.889
Outros	4.172	3.837
	86.325	101.424

e) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais e econômicas utilizadas foram às seguintes:

Descrição	2016
Taxa nominal de desconto	Plano Transitório: 11,53% Plano Misto: 11,55% Plano Médico: 11,55% Plano PDV: 11,75%
Taxa Nominal Esperada de Retorno dos Ativos	Plano Transitório: 11,53% Plano Misto: 11,55% Plano Médico: 11,55% Plano PDV: 11,75%
Taxa nominal de Crescimento Salarial	8,59%
Taxa de Inflação Futura	5,50%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos (HCCTR)	3,75%
Taxa Real de Crescimento dos Custos Médicos por Faixa Etária (<i>aging factor</i>)	2,50%
Taxa de Rotatividade	Experiência Celos
Taxa Real de Crescimento Real dos Benefícios do Plano	NULA
Indexador de Reajuste de Salários/Benefícios	IPCA
Fator de Determinação do Valor Real dos Salários/Benefícios	98,00%

f) Hipóteses Biométricas

Descrição	31 de dezembro 2016
Mortalidade Geral	AT-2000
Mortalidade de Inválidos	AT- 1949
Entrada em Invalidez	Light Média

g) Despesa Estimada para o Exercício de 2017

A estimativa da despesa para o exercício de 2017 está demonstrada a seguir:

Descrição	Consolidado
	Despesa a ser Reconhecida em 2017
Plano Transitório	32.177
Plano Misto	34.809
Plano Pecúlio	964
PDV 2012	3.618
Plano Médico	38.934
Outros Benefícios	4.599
	115.101

h) Movimentação do Passivo Atuarial

Descrição	Plano Misto / Transitório	Plano Celos Saúde	PDVI 2012	PDI 2016	Consolidado	
					Outros Benefícios	Total
Em 31 dezembro de 2016	870.307	582.150	50.789	16.183	39.796	1.559.225
Pagamento	(74.752)	(39.619)	(35.610)	(6.254)	(2.721)	(158.956)
Provisão	50.239	29.200	2.714	-	4.172	86.325
Em 30 de setembro de 2017	845.794	571.731	17.893	9.929	41.247	1.486.594

26. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Companhia atualizado, subscrito e integralizado, é de R\$1.340.000, representado por 38.571.591 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 15.527.137 ações ordinárias (40,26%) com direito a voto e 23.044.454 ações preferenciais (59,74%), também nominativas. As ações preferenciais têm prioridade no recebimento de dividendos à base de 25%, não cumulativos.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

O quadro a seguir demonstra o efeito líquido no montante de R\$(401.850) em 30 de setembro de 2017 e R\$(398.075) em 31 de dezembro de 2016, no Patrimônio Líquido:

Ajuste de Avaliação Patrimonial	Consolidado	
	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Deemed Cost – Celesc G	18.588	22.363
Ajuste Passivo Atuarial – Celesc D (CPC 33)	(420.438)	(420.438)
	(401.850)	(398.075)

c) Lucro Diluído por Ação

O cálculo do lucro por ação básico e diluído em 30 de setembro de 2017 e de 2016 foi baseado no lucro líquido do período e o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante os períodos apresentados.

Em 30 de setembro de 2017 e de 2016, as quantidades de ações da Companhia não sofreram alterações. Não houve transações envolvendo ações ordinárias ou potenciais ações ordinárias entre 31 de dezembro de 2016 e data da conclusão das Informações Trimestrais.

Nos períodos de 30 de setembro de 2017 e de 2016 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ação que gerassem impacto diluidor no lucro (prejuízo) por ação.

d) Composição do Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído

Descrição	Controladora	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Média Ponderada de Ações (milhares):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	15.527	15.527
Ações Preferenciais Nominativas – PN	23.044	23.044
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	1,5055	(0,7166)
Ações Preferenciais nominativas – PN	1,6561	(0,7882)
Lucro (Prejuízo) Básico e Diluído Atribuído aos Acionistas da Companhia (R\$):		
Ações Ordinárias Nominativas – ON	23.377	(11.127)
Ações Preferenciais nominativas – PN	38.163	(18.164)
	61.540	(29.291)

d) Reserva Legal e de Retenção de Lucros

A Reserva Legal é constituída anualmente como destinação de 5% do Lucro Líquido do Exercício e não poderá exceder a 20% do Capital Social. A Reserva Legal tem por fim assegurar a integridade do Capital Social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A Reserva de Retenção de Lucros refere-se à retenção do saldo remanescente de Lucros Acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos administradores da Companhia, para ser deliberado na Assembleia Geral dos Acionistas.

27. SEGUROS

As coberturas de seguros, em 30 de setembro de 2017, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:

				Consolidado
Empresa	Ramo	Ativos Cobertos	Vigência	Segurado(i)
Celesc D	Seguro Garantia	Bens e Direitos Concessionários	30.12.2016 a 29.12.2017	300.000
Celesc D	Riscos Nomeados	Subestações	14.05.2017 à 14.05.2018	20.000
Celesc G	Incêndio/Raio/Explosão	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272
Celesc G	Queda de Aeronave	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Vendaval	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	12.136
Celesc G	Danos Elétricos	Usinas e Subestações	08.08.2016 a 08.08.2017	24.272

(i) Informações não revisadas

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

A administração definiu os segmentos operacionais da Companhia, com base nos relatórios utilizados para a tomada de decisões estratégicas, revisados pela Diretoria Executiva.

A apresentação dos segmentos é consistente com os relatórios internos fornecidos à Diretoria Executiva da Companhia, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos.



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

As informações por segmento de negócios, revisadas pela Diretoria Executiva correspondente aos períodos de 30 de setembro de 2017 e 2016, são as seguintes:

30 de setembro de 2017

Descrição	Controladora	Celesc D	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total
Receita Operacional Líquida – ROL	-	5.012.722	113.607	(3.922)	5.122.407
Custo das Vendas	-	(4.422.301)	(31.716)	3.922	(4.450.095)
Resultado Operacional Bruto	-	590.421	81.891	-	672.312
Despesas com Vendas	-	(169.354)	(11.084)	-	(180.438)
Despesas Gerais e Administrativas	(22.539)	(230.845)	(11.588)	-	(264.972)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(3.570)	41.146	(168)	-	37.408
Resultado de Equivalência Patrimonial	85.132	-	(1.645)	(75.982)	7.505
Resultado das Atividades	59.023	231.368	57.406	(75.982)	271.815
Receitas Financeiras	2.566	225.448	8.716	(4.248)	232.482
Despesas Financeiras	(49)	(367.530)	(16.244)	4.248	(379.575)
Resultado Financeiro, líquido	2.517	(142.082)	(7.528)	-	(147.093)
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	61.540	89.286	49.878	(75.982)	124.722
IRPJ e CSLL	-	(45.662)	(17.520)	-	(63.182)
Lucro (Prejuízo) do Exercício	61.540	43.624	32.358	(75.982)	61.540
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.148.884	8.199.244	611.745		
Total dos Passivos	11.501	6.843.824	190.839		

30 de setembro de 2016

Descrição	Controladora	Celesc D (Reapresentado)	Celesc G	Ajustes de Consolidação	Total (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	-	4.332.034	91.357	(1.955)	4.421.436
Custo das Vendas	-	(4.073.384)	(43.924)	1.955	(4.115.353)
Resultado Operacional Bruto	-	258.650	47.433	-	306.083
Despesas com Vendas	-	(162.187)	(621)	-	(162.808)
Despesas Gerais e Administrativas	(17.672)	(212.251)	(9.734)	-	(239.657)
Outras Receitas/Despesas Líquidas	(1.529)	46.301	(25)	-	44.747
Resultado de Equivalência Patrimonial	(12.909)	-	(950)	47.754	33.895
Resultado das Atividades	(32.110)	(69.487)	36.103	47.754	(17.740)
Receitas Financeiras	2.857	280.279	8.298	(751)	290.683
Despesas Financeiras	(38)	(304.451)	(22.054)	751	(325.792)
Resultado Financeiro, líquido	2.819	(24.172)	(13.756)	-	(35.109)
Lucro (Prejuízo) antes IRPJ e CSLL	(29.291)	(93.659)	22.347	47.754	(52.849)
IRPJ e CSLL	-	32.032	(8.474)	-	23.558
Lucro (Prejuízo) do Exercício	(29.291)	(61.627)	13.873	47.754	(29.291)
Informações Suplementares					
Total dos Ativos	2.217.922	7.604.508	562.531		
Total dos Passivos	28.692	6.168.948	178.088		

28.1. Receita Operacional Consolidada

Descrição	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.109.173	6.747.593
Suprimento de Energia Elétrica (a)	239.778	155.058
Disponibilização da Rede Elétrica	518.331	423.699
Atualização VNR	1.401	7.165
Receita de Financeira	30.189	35.161
Renda de Prestação de Serviços	1.834	1.583
Energia Elétrica de Curto Prazo	369.395	439.888
Receita de Ativos e Passivos Regulatórios	283.134	(791.574)
Outras Receitas Operacionais	9.963	8.967
Doações e Subvenções (i)	439.839	452.413
Receita de Construção	302.141	283.097
	8.305.178	7.763.050
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.398.531)	(1.552.005)
PIS	(128.729)	(120.064)
COFINS	(592.937)	(553.020)
Reserva Global de Reversão - RGR	-	(302)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(853.189)	(943.473)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(24.136)	(20.401)
Programa Eficiência Energética – PEE	(23.546)	(20.209)
Taxa de Fiscalização – ANEEL	(5.162)	(4.858)
Comp. Financ. Utiliz. de Recursos Hídricos – CFURH	(661)	(1.038)
Outros Encargos (Bandeiras Tarifárias)	(155.880)	(126.244)
	(3.182.771)	(3.341.614)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.122.407	4.421.436

(i) Valor repassado pela Eletrobras, referente ao ressarcimento dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, conforme previsto no artigo 13, inciso VII, da Lei Federal nº 10.438, de 26 de abril de 2002, alterada pela Lei Federal nº 12.839 de 09 de julho de 2013, e em cumprimento ao disposto no artigo 3º do Decreto nº 7.891, de 23 de janeiro de 2013.

O montante da receita contabilizada como Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/13) no terceiro trimestre de 2017 foi de R\$426.296. As demais se referem ao Programa de Baixa Renda no montante de R\$13.543.

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Residencial	2.253.348	2.199.022	4.242.063	4.144.274	2.420.369	2.495.740
Industrial	103.117	102.147	7.481.940	7.166.466	1.305.004	1.721.215
Comercial	260.242	253.590	3.017.434	2.923.429	1.505.174	1.665.202
Rural	234.539	234.419	1.072.189	1.006.160	394.163	371.990
Poder Público	22.578	22.178	325.368	322.951	187.489	198.008
Iluminação Pública	717	670	474.753	452.949	168.722	164.202
Serviço Público	3.160	3.160	263.404	255.316	128.252	131.236
Total do Fornecimento	2.877.701	2.815.186	16.877.151	16.271.545	6.109.173	6.747.593
Suprimento de Energia	101	104	1.669.410	1.604.462	239.778	155.058
Receita Fin. Bonificação de Outorga	-	-	-	-	30.189	35.161
Total	2.877.802	2.815.290	18.546.561	17.876.007	6.379.140	6.937.812

(i) Informações não revisadas

28.2. Custos e Despesas Operacionais Consolidadas

Os custos e despesas operacionais consolidados são compostos pelas seguintes naturezas de gastos:

Descrição	30 de setembro de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.660.096	-	-	-	3.660.096
Pessoal (b)	256.889	114.579	46.338	3.271	421.077
Administradores	-	6.605	-	-	6.605
Despesa Atuarial	-	54.966	-	-	54.966
Entidade de Previdência Privada (b)	13.373	4.819	2.157	-	20.349
Material	5.902	5.930	-	-	11.832
Custo de Construção	302.141	-	-	-	302.141
Custos e Serviços de Terceiros	53.336	45.852	36.485	365	136.038
Depreciação e Amortização	141.879	19.797	-	1.478	163.154
Provisões Líquidas	-	-	60.824	42.470	103.294
Arrendamentos e Aluguéis	1.646	15.437	432	(66.828)	(49.313)
Outros Custos e Despesas	14.833	(3.013)	34.202	(18.164)	27.858
	4.450.095	264.972	180.438	(37.408)	4.858.097

Descrição	30 de setembro de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas com Vendas	Outras Despesas/ Receitas líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda (a)	3.353.338	-	-	-	3.353.338
Pessoal (b)	238.957	98.785	40.591	7.491	385.824
Administradores	-	4.574	-	-	4.574
Despesa Atuarial	-	47.616	-	-	47.616
Entidade de Previdência Privada (b)	12.861	4.673	1.944	-	19.478
Material	10.306	3.720	-	-	14.026
Custo de Construção	283.097	-	-	-	283.097
Custos e Serviços de Terceiros	51.986	47.586	40.862	436	140.870
Depreciação e Amortização	155.737	23.781	-	1.478	180.996
Provisões Líquidas	(5.662)	-	47.200	(13.842)	27.696
Arrendamentos e Aluguéis	1.352	8.662	370	(37.630)	(27.246)
Outros Custos e Despesas	13.381	260	31.841	(2.680)	42.802
	4.115.353	239.657	162.808	(44.747)	4.473.071

a) Energia Elétrica Comprada para Revenda

Descrição	30 de setembro 2017	GWh (i)	30 de setembro 2016	GWh (i)
Açucareiro Zillo Lorenzetti S. A	11.714	50	11.636	50
Aliança Geração de Energia S.A.	25.101	144	-	-
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras	506.612	2.777	564.821	3.138
Tractebel Energia S.A.	208.172	987	313.010	1.794
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A.	35.980	207	34.982	208
Petrobrás S.A. – Ute Governador Leon	283.051	1.362	221.875	1.367
Companhia Energética de Petrolina – CEP	23.959	150	22.524	150
Serra do Facão Energia S.A.	14.812	71	13.433	69
SJC Bioenergia Ltda.	6.427	27	6.384	27
Santa Fé Energia S.A.	6.133	29	5.481	28
Furnas Centrais Elétricas S.A.	89.083	810	159.256	1.262
Cemig Geração e Transmissão S.A.	120.879	897	128.794	641
Companhia Energética Potiguar	-	-	16.976	100
Companhia Hidrelétrica Teles Pires	9.995	127	10.886	152
Companhia Energética de São Paulo – CESP	44.100	218	84.720	678
Copel Geração e Transmissão S.A.	-	-	81.964	541
Energética Suape II S.A.	51.023	152	35.793	153
Eletrobras Termonuclear S.A.	109.095	527	96.916	529
Porto do Pecem Geração de Energia	82.697	353	66.425	354
Lages Bioenergética Ltda.	12.541	48	36.313	145
Foz do Chapecó Energia S.A	31.461	150	28.701	148
Companhia Energética Estreito	30.111	149	27.320	147
UTE Porto do Itaquí Geração de Energia	33.938	181	34.824	182
Santa Cruz Power Corp. Usinas Hidro	7.839	38	7.152	37
Candeias Energia S.A.	8.357	24	-	-
Usina Xavantes S.A.	6.422	28	-	-
Linhares Geração S.A.	10.909	25	8.248	25
Enguia Gen Ba Ltda - Jaguarí	6.744	91	6.552	102
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	11.506	28	5.623	28
Rio PCHI S.A.	8.278	40	7.563	39
Rio Paraná Energia S.A.	46.453	338	34.509	90
Energest S/A	-	-	5.355	30
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	7.555	38	6.890	37
Empresa Energética Porto das Pedras	7.884	38	7.192	37
Cia de Ger. Term. de E.E. – Eletrobras CGTEE	13.614	111	32.105	210
Norte Energia S/A	63.862	776	13.788	157
Cia Hidro Elétrica do São Francisco – Chesf	28.689	987	16.866	607
Santo Antônio Energia S.A.	111.654	897	103.100	897
Outros	140.835	1.016	132.926	-
	2.217.485	13.891	2.390.903	14.159
Energia Elétrica Comprada para Revenda – CP	957.530	(403)	501.146	(951)
Encargo de Uso da Rede Elétrica	365.682	-	338.032	-
Proinfa	110.133	284	123.257	297
	1.433.345	(119)	962.435	(654)
	3.650.830	13.772	3.353.338	13.505

(i) Informações não revisadas



Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

a) Pessoal e Entidade de Previdência Privada

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Pessoal				
Remunerações	12.374	9.586	227.406	209.545
Encargos Sociais	206	184	65.227	78.128
Participação nos Lucros e Resultados	-	-	25.749	11.871
Benefícios Assistenciais	-	-	28.018	26.714
Provisões e Indenizações	30	40	74.413	59.424
Outros	49	129	264	144
Entidade de Previdência Privada	-	2	20.349	19.476
	12.659	9.941	441.426	405.302

28.3. Resultado Financeiro

Descrição	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016 (Reapresentado)
Receitas Financeiras				
Renda de Aplicações Financeiras	1.070	1.842	72.314	99.126
Acréscimos Moratórios s/ Faturas de Energia Elétrica	-	-	83.480	69.702
Variações Monetárias	-	-	13.589	28.897
Atualização monetária s/ Ativos Regulatórios	-	-	42.656	72.212
Incentivo Financeiro Fundo Social	-	-	1.200	-
Deságio Fornecedor	-	-	243	193
Desvalorização Cambial s/ Energia Comprada	-	-	12.197	27.576
Atualização CDE (Nota 23)	-	-	9.433	-
Renda de Dividendos	1.327	372	1.327	372
Outras Receitas Financeiras	229	764	7.522	7.149
(-) PIS/COFINS s/ Receita Financeira	(60)	(121)	(11.479)	(14.544)
	2566	2.857	232.482	290.683
Despesas Financeiras				
Encargos de Dívidas	-	-	(20.247)	(45.099)
Atualização Reserva Matemática a amortizar	-	-	(31.360)	(53.808)
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF	-	-	(605)	(1.704)
Variações Monetárias e Acréscimos Moratórios Energia Comprada	-	-	(6.615)	(13.642)
Variações Monetárias	-	-	(423)	(2.034)
Atualização P&D e Eficiência Energética	-	-	(18.747)	(23.517)
Atualização Monet. Ativo Financeiro	-	-	(42.275)	(90.674)
Juros e Custas com Debêntures	-	-	(35.945)	(83.860)
Atualização Bonificação de Outorga	-	-	-	(5.383)
Atualização CDE (Nota 23)	-	-	(203.413)	-
Outras Despesas Financeiras	(49)	(38)	(19.945)	(6.071)
	(49)	(38)	(379.575)	(325.792)
Resultado Financeiro	2.517	2.819	(147.093)	(35.109)

29. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC D**29.1. Balanço Patrimonial**

Ativo	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Circulante	4.017.831	3.655.102
Caixa e Equivalentes de Caixa	879.975	880.887
Contas a Receber de Clientes	1.301.412	1.233.453
Estoques	9.047	9.834
Tributos a Recuperar	104.495	118.866
Subsídio CDE (Decreto nº 7.891/2013)	1.517.966	1.229.741
Outros Créditos	204.936	182.321
Não Circulante	4.181.413	4.067.518
Ativo Indenizatório (Concessão)	346.196	346.620
Contas a Receber de Clientes	33.804	31.497
Tributos Diferidos	477.423	514.870
Tributos a Recuperar	28.181	17.751
Depósitos Judiciais	154.727	106.930
Outros Créditos	3.952	2.896
Intangível	3.137.130	3.046.954
Total do Ativo	8.199.244	7.722.620
Passivo	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016 (Reapresentado)
Circulante	4.513.120	3.798.963
Fornecedores	875.075	617.775
Empréstimos e Financiamentos	133.246	202.996
Debêntures	105.177	105.243
Salários, Provisões Trabalhistas e Encargos Sociais	164.656	141.043
Tributos e Contribuições Sociais	186.743	154.686
Taxas Regulamentares	2.760.143	2.297.196
Mútuos - Coligadas, Controladas ou Controladoras	44.475	-
Previdência Privada	13.171	17.016
Passivo Atuarial	149.759	162.259
Passivo Financeiro – Parcela A	29.527	51.960
Outros Passivos	51.148	48.789
Não Circulante	2.330.704	2.611.861
Empréstimos e Financiamentos	47.901	130.035
Debêntures	99.792	199.498
Taxas Regulamentares	169.833	153.991
Mútuos – Coligadas, Controladas ou Controladoras	-	40.227
Passivo Atuarial	1.336.798	1.396.913
Provisão para Contingências	644.126	590.663
Passivo Financeiro – Parcela A	29.778	98.059
Outros Passivos	2.476	2.475
Patrimônio Líquido	1.355.420	1.311.796
Capital Social Realizado	1.053.590	1.053.590
Reservas de Lucro	678.644	678.644
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(420.438)	(420.438)
Lucros (Prejuízos) Acumulados	43.624	-
Total do Passivo	8.199.244	7.722.620

29.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	Ajustes	30 de setembro 2016 (Reapresentado)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.012.722	4.324.869	7.165	4.332.034
Receita de Serviço de Energia Elétrica	4.710.581	4.041.772	7.165	4.048.937
Receita de Construção	302.141	283.097	-	283.097
Custos Operacionais	(4.422.301)	(4.073.384)	-	(4.073.384)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(4.120.160)	(3.790.287)	-	(3.790.287)
Custo de Construção	(302.141)	(283.097)	-	(283.097)
Resultado Operacional Bruto	590.421	251.485	7.165	258.650
Despesas Operacionais	(359.053)	(328.137)	-	(328.137)
Despesas com Vendas	(169.354)	(162.187)	-	(162.187)
Despesas Gerais e Administrativas	(230.845)	(212.251)	-	(212.251)
Outras Despesas Operacionais	41.146	46.301	-	46.301
Resultado das Atividades	231.368	(76.652)	7.165	(69.487)
Resultado Financeiro	(142.082)	(17.007)	(7.165)	(24.172)
Receitas Financeiras	225.448	287.444	(7.165)	280.279
Despesas Financeiras	(367.530)	(304.451)	-	(304.451)
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL	89.286	(93.659)	-	(93.659)
IRPJ e CSLL	(45.662)	32.032	-	32.032
Diferido	(37.447)	(249.807)	-	(249.807)
Corrente	(8.215)	281.839	-	281.839
Lucro (Prejuízo) do Exercício	43.624	(61.627)	-	(61.627)

29.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016 (Reapresentado)
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a)	6.083.671	6.716.127
Suprimento de Energia Elétrica (a)	172.533	122.723
Ativos e Passivos Financeiros	283.134	(791.574)
Disponibilização da Rede Elétrica	520.044	425.499
Energia de Curto Prazo	369.395	439.888
Doações e Subvenções	439.839	452.413
Receita de Construção	302.141	283.097
Atualização Ativo Financeiro – VNR	1.401	7.165
Outras Receitas Operacionais	11.797	10.550
	8.183.955	7.665.888
Deduções da Receita Operacional Bruta		
ICMS	(1.398.531)	(1.552.005)
PIS	(126.939)	(118.991)
COFINS	(584.689)	(548.079)
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	(853.189)	(943.473)
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	(23.546)	(20.209)
Programa Eficiência Energética – PEE	(23.546)	(20.209)
Taxa de Fiscalização	(4.913)	(4.644)
Outros Encargos	(155.880)	(126.244)
	(3.171.233)	(3.333.854)
Receita Operacional Líquida – ROL	5.012.722	4.332.034

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

A composição da receita bruta de fornecimento e suprimento de energia elétrica por classe de consumidores é a seguinte:

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Residencial	2.253.348	2.199.022	4.242.063	4.144.274	2.420.369	2.495.740
Industrial	103.104	102.128	7.356.191	6.980.176	1.281.269	1.689.749
Comercial	260.241	253.590	3.005.290	2.923.429	1.503.407	1.665.202
Rural	234.539	234.419	1.072.189	1.006.160	394.163	371.990
Poder Público	22.578	22.178	325.368	322.951	187.489	198.008
Iluminação Pública	717	670	474.753	452.949	168.722	164.202
Serviço Público	3.160	3.160	263.404	255.316	128.252	131.236
Total do Fornecimento	2.877.687	2.815.167	16.739.258	16.085.255	6.083.671	6.716.127
Suprimento de Energia	49	48	1.340.455	1.303.991	172.533	122.723
Total	2.877.736	2.815.215	18.079.713	17.389.246	6.256.204	6.838.850

(i) Informações não revisadas

29.2.2. Custos e Despesas Operacionais

30 de setembro de 2017					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.647.267	-	-	-	3.647.267
Pessoal	252.790	93.380	46.131	3.271	395.572
Despesa Atuarial	-	54.966	-	-	54.966
Entidade Previdência Privada	13.373	4.819	2.157	-	20.349
Material	5.790	5.893	-	-	11.683
Custo de Construção	302.141	-	-	-	302.141
Custos e Serviços de Terceiros	49.616	42.130	36.109	365	128.220
Depreciação e Amortização	130.949	18.719	-	-	149.668
Provisões Líquidas	-	-	50.379	40.315	90.694
Outros Custos e Despesas	16.813	10.938	34.578	(85.097)	(22.768)
	4.418.739	230.845	169.354	(41.146)	4.777.792

30 de setembro de 2016					
Descrição	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas Vendas	Outras Despesas/ Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	3.341.976	-	-	-	3.341.976
Pessoal	234.874	82.734	40.390	7.491	365.489
Despesa Atuarial	-	47.616	-	-	47.616
Entidade Previdência Privada	12.861	4.671	1.944	-	19.476
Material	10.224	3.526	1	-	13.751
Custo de Construção	283.097	-	-	-	283.097
Custos e Serviços de Terceiros	48.627	44.179	40.490	436	133.732
Depreciação e Amortização	125.700	22.702	-	-	148.402
Provisões Líquidas	-	-	47.200	(13.884)	33.316
Outros Custos e Despesas	16.025	6.823	32.162	(40.344)	14.666
	4.073.384	212.251	162.187	(46.301)	4.401.521

30. INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES DA CELESC G

30.1. Balanço Patrimonial

Ativo	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	119.479	84.194
Caixa e Equivalentes de Caixa	64.580	18.591
Contas a Receber de Clientes	18.931	36.868
Estoques	166	172
Tributos a Recuperar	5.379	82
Ativo Financeiro	30.083	28.242
Outras contas a receber	340	239
Não Circulante	492.266	485.422
Tributos a Recuperar	1.003	234
Depósitos Judiciais	342	149
Partes Relacionadas	44.963	40.715
Ativo Financeiro	239.452	233.574
Outros Créditos	2.421	2.421
Investimentos	47.805	44.811
Imobilizado	152.435	158.449
Intangível	3.845	5.069
Total do Ativo	611.745	569.616

Passivo	30 de setembro 2017	31 de dezembro 2016
Circulante	181.515	21.275
Fornecedores	5.407	7.498
Debêntures	150.225	1.913
Tributos e Contribuições Sociais	20.552	3.453
Taxas Regulamentares	416	924
Outros Passivos	1.332	1.516
Dividendos Propostos	3.583	5.971
Não Circulante	9.324	158.599
Debêntures	-	148.106
Tributos Diferidos	6.409	7.859
Provisão para Contingências	1.002	939
Taxas Regulamentares	1.913	1.695
Patrimônio Líquido	420.906	389.742
Capital Social Realizado	250.000	250.000
Reservas de Lucro	116.185	117.379
Ajuste de Avaliação Patrimonial	18.588	22.363
Lucros (Prejuízos) Acumulados	36.133	-
Total do Passivo	611.745	569.616

30.2. Demonstração de Resultados

Descrição	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Receita Operacional Líquida – ROL	113.607	91.357
Receita	113.607	91.357
Custos Operacionais	(31.716)	(43.924)
Custo de Serviço de Energia Elétrica	(31.716)	(43.924)
Resultado Operacional Bruto	81.891	47.433
Despesas Operacionais	(24.485)	(11.330)
Despesas com Vendas	(11.084)	(621)
Despesas Gerais e Administrativas	(11.588)	(9.734)
Provisões, Líquidas	(63)	9
Outras Despesas Operacionais	(105)	(950)
Resultado da Equivalência Patrimonial	(1.645)	(34)
Resultado das Atividades	57.406	36.103
Resultado Financeiro	(7.528)	(13.756)
Receitas Financeiras	8.716	8.298
Despesas Financeiras	(16.244)	(22.054)
Lucro (Prejuízo) Antes do IRPJ e da CSLL	49.878	22.347
IRPJ e CSLL	(17.520)	(8.474)
Corrente	(18.971)	(2.577)
Diferido	1.451	(5.897)
Lucro do Exercício	32.358	13.873

30.2.1. Receita Operacional

Descrição	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Receita Operacional Bruta – ROB		
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Industrial	25.502	31.466
Fornecimento de Energia Elétrica (a) – Comercial	-	-
Suprimento de Energia Elétrica (a)	49.682	23.267
Energia Elétrica de Curto Prazo (a)	19.772	9.223
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	30.189	35.161
	125.145	99.117
Deduções da Receita Operacional		
ICMS	-	-
PIS	(1.790)	(1.073)
COFINS	(8.248)	(4.941)
Reserva Global de Reversão – RGR	-	(302)
Taxa Fiscalização ANEEL - TFSEE	(249)	(214)
Compensação Financeira Recursos Hídricos	(661)	(192)
Pesquisa e desenvolvimento – P & D	(590)	(1.038)
	(11.538)	(7.760)
Receita Operacional Líquida – ROL	113.607	91.357

a) Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

Descrição	Número de Consumidores (i)		MWh (i)		Receita Bruta	
	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016	30 de setembro 2017	30 de setembro 2016
Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica						
Industrial	13	19	125.749	186.290	25.502	31.466
Comercial, Serviços e Outros	1	-	12.144	-	-	-
Suprimento de Energia	52	56	312.983	292.464	49.682	23.267
Energia de Curto Prazo (CCEE)	-	-	15.972	8.007	19.772	9.223
Atualização/Juros Retorno Bonificação de Outorga	-	-	-	-	30.189	35.161
Total	66	75	466.848	486.761	125.145	99.117

(i) Informações não revisadas.

30.2.2. Custos e Despesas Operacionais

Descrição	30 de setembro de 2017				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	11.475	-	-	-	11.475
Encargos de Uso da Rede Elétrica	1.713	-	-	-	1.713
Pessoal	4.099	8.540	207	-	12.846
Material	112	37	-	-	149
Custos e Serviços de Terceiros	3.720	1.324	376	-	5.420
Depreciação e Amortização	10.930	1.074	-	-	12.004
Seguros	225	151	-	-	376
Provisões Líquidas	-	-	10.445	63	10.508
Tributos	(224)	153	56	-	(15)
Aluguéis	-	217	-	-	217
Outros Custos e Despesas	(334)	92	-	105	(137)
	31.716	11.588	11.084	168	54.556

Descrição	30 de setembro de 2016				
	Custos de Bens e/ou Serviços	Despesas Gerais e Administrativas	Despesas de Vendas	Outras Despesas/Receitas Líquidas	Total
Energia Elétrica Comprada para Revenda	11.517	-	-	-	11.517
Pessoal	4.083	6.112	201	-	10.396
Material	82	194	-	-	276
Encargos de Uso de Rede Elétrica	1.800	-	-	-	1.800
Custos e Serviços de Terceiros	3.359	1.469	371	-	5.199
Depreciação e Amortização	30.037	1.075	-	-	31.112
Seguros	-	130	-	-	130
Provisões Líquidas	(5.662)	-	-	(9)	(5.671)
Tributos	(728)	127	49	-	(552)
Aluguéis	-	231	-	-	231
Outros Custos e Despesas	(564)	396	-	34	(134)
	43.924	9.734	621	25	54.304

31. EVENTO SUBSEQUENTE

31.1. Programa de Desligamento Incentivado (PDI)

O Conselho de Administração aprovou em reunião, em caráter virtual e extraordinário, no dia 28 de setembro de 2017, a disponibilização orçamentária para o Programa de Demissão Incentivada – PDI de 46 (quarenta e seis) empregados pertencentes ao grupo 1 – Quadro Especial (funções que não dependem de reposições).

Aderiram ao programa e desligaram-se, em 31 de outubro de 2017, 8 (oito) empregados cuja indenização total prevista é de R\$2.449 mil, sendo que os pagamentos das parcelas ocorrerão a partir de novembro de 2017.

31.2. Emissão de Debêntures na Celesc G

O Conselho de Administração, em reunião extraordinária no dia 27 de outubro, aprovou a Segunda Emissão de Debêntures da Celesc G no valor total da emissão de até R\$230 milhões, e será constituída por até 230.000 (duzentas e trinta mil) Debêntures com valor nominal unitário de R\$1 mil, na data de emissão. A emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e fidejussória adicional. As garantias por fiança prestada pela Celesc Holding e por cessão fiduciária de recebíveis oriundos de contrato de venda de energia elétrica em ambiente regulado e sob regime de alocação com garantia.

A data de emissão das Debêntures será aquela definida na Escritura de Emissão. O valor será utilizado no pagamento da 1ª emissão de debêntures da Celesc G, com vencimento em março de 2018, e o recurso adicional será utilizado para investimentos no parque gerador e transmissão.

As Debêntures terão prazo de 7 (sete) anos contados da Data da Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente pela variação acumulada do IPCA, calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis decorridos até a integral liquidação das Debêntures, os Juros Remuneratórios correspondentes ao que for maior na data anterior à realização do Procedimento de *Bookbuilding* entre um *spread* de 1,90%, acrescido exponencialmente da taxa interna de retorno do Tesouro IPCA + com juros semestrais, com vencimento em 15 de agosto de 2022, a ser apurada no dia útil imediatamente anterior à data de realização do Procedimento de *Bookbuilding* ou um *spread* de equivalente a 6,23% a.a..

Os Juros Remuneratórios serão pagos semestralmente nos termos a serem definidos na Escritura de Emissão, o Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 10 (dez) parcelas semestrais, sendo o primeiro pagamento da amortização realizado com carência de 30 (trinta) meses contados da Data de Emissão.

31.3. Captação de Recursos no Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID

A Celesc D está em negociação avançada com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID com objetivo de captar recursos para seu plano de investimentos para os próximos 5 (cinco) anos.

O prazo da operação é de 25 anos e a taxa de juros estimada é de 2% a.a + *London Interbank Offered Rate* (libor). A Celesc D obteve recomendação favorável da Comissão de Financiamentos Externos – COFIEEX, vinculada ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP, para negociar com o BID o valor de US\$276 milhões com o aval da União para as obrigações financeiras.

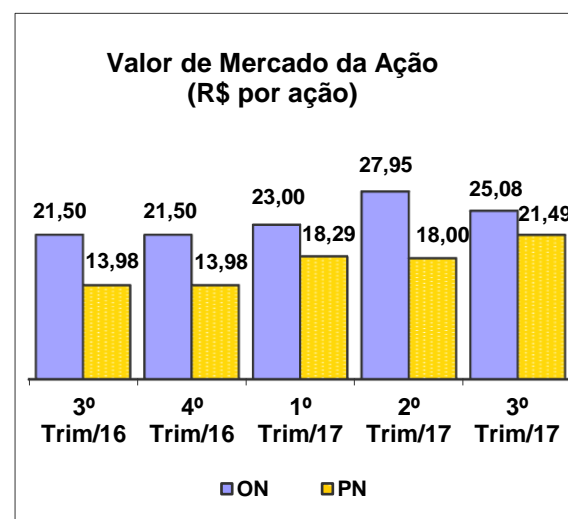
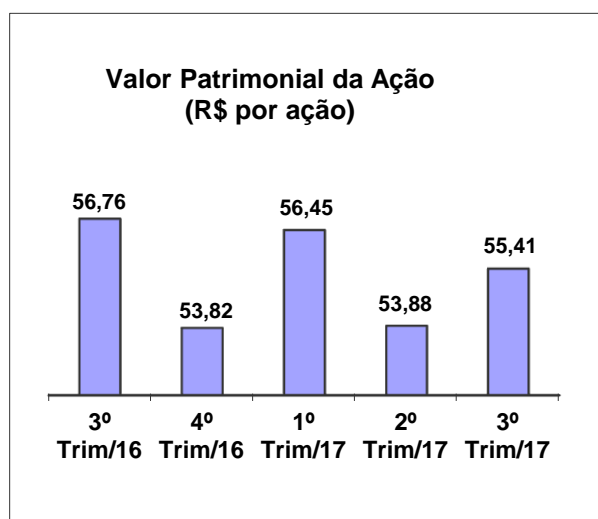
Em 31 de outubro, a Assembleia Legislativa de Santa Catarina aprovou a Lei que oferece a contragarantia ao empréstimo. Para concluir os trâmites formais, serão necessárias ainda algumas etapas como a aprovação final pelo Diretório do Banco. A etapa final do processo, prevista para ocorrer até o final deste ano, será o encaminhamento formal pelo Presidente da República ao Senado Federal, que emitirá a lei autorizando o Ministro da Fazenda a assinar o contrato.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

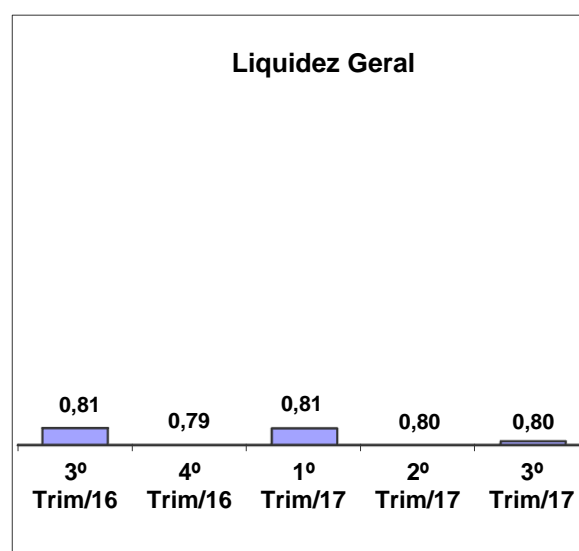
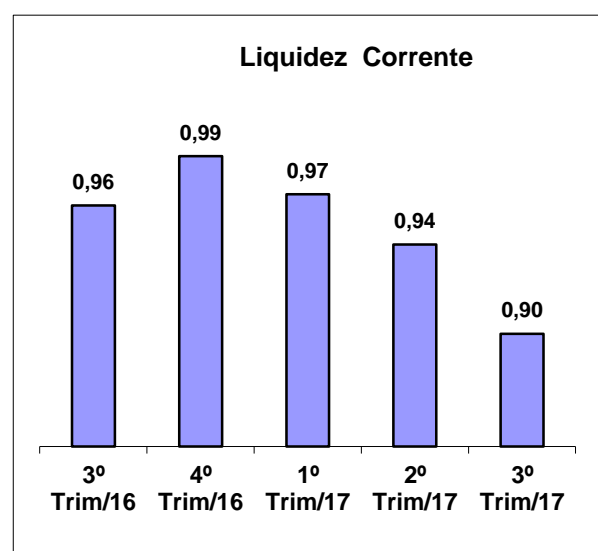


1. INDICADORES FINANCEIROS TRIMESTRAIS

1.1. Patrimoniais



1.2. Liquidez

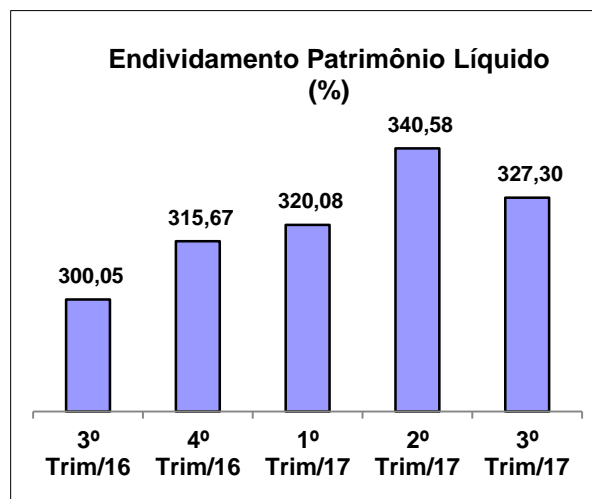
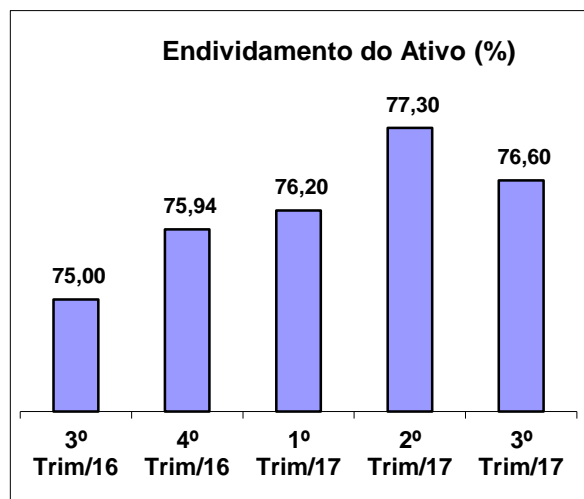


Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

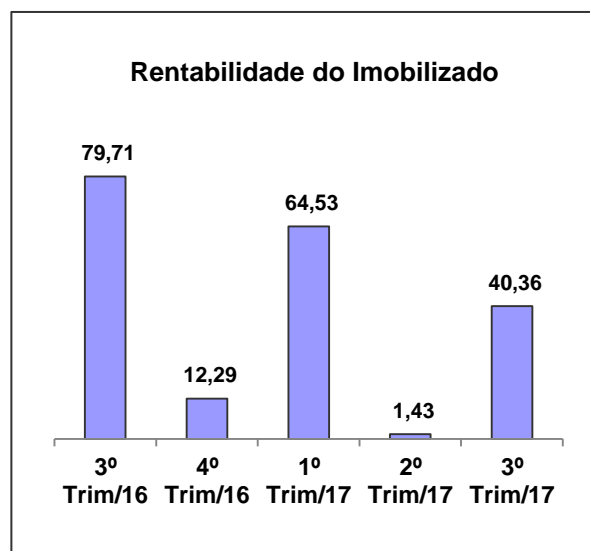
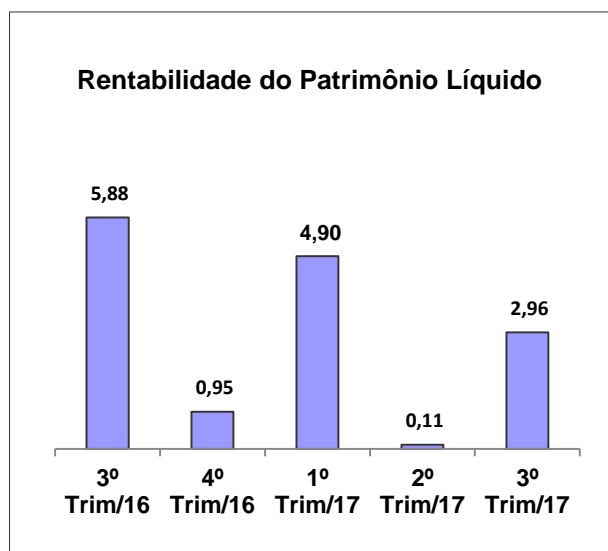


Celesc
Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

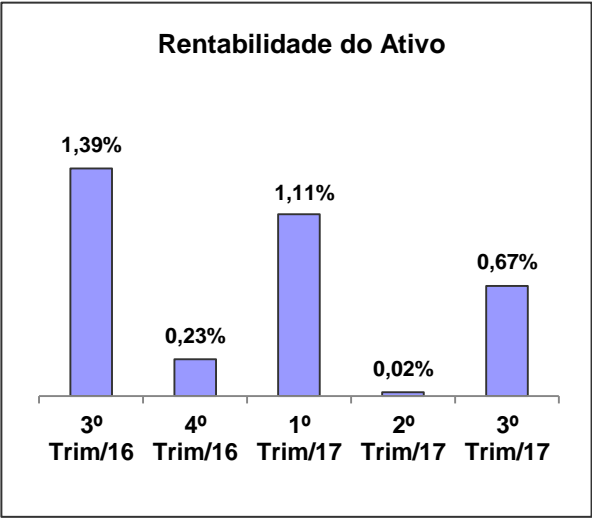
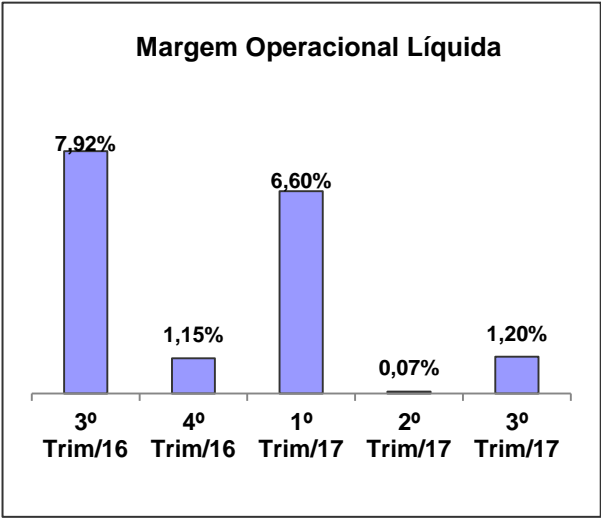
1.3. Endividamento



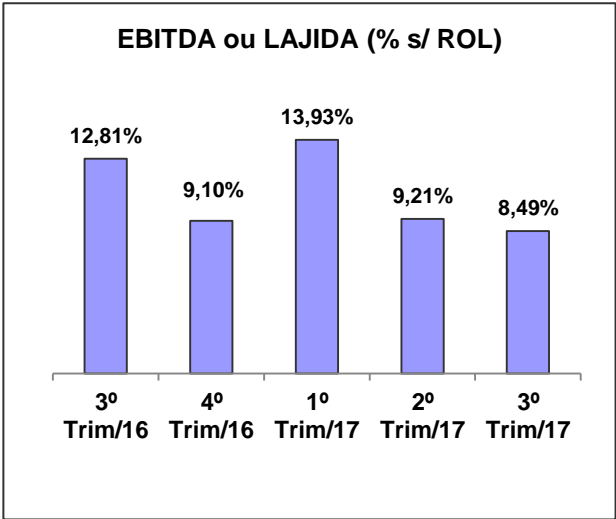
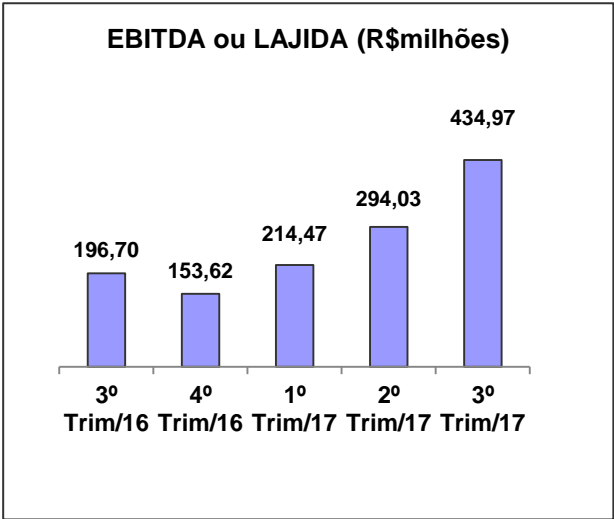
1.4. Rentabilidade



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



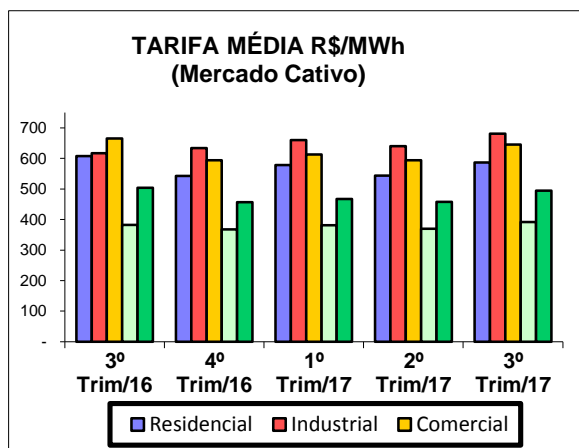
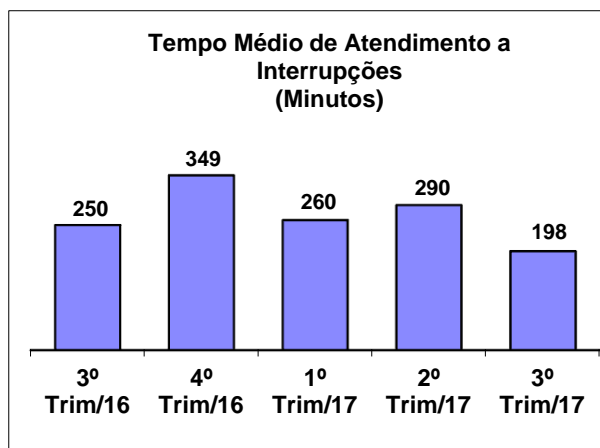
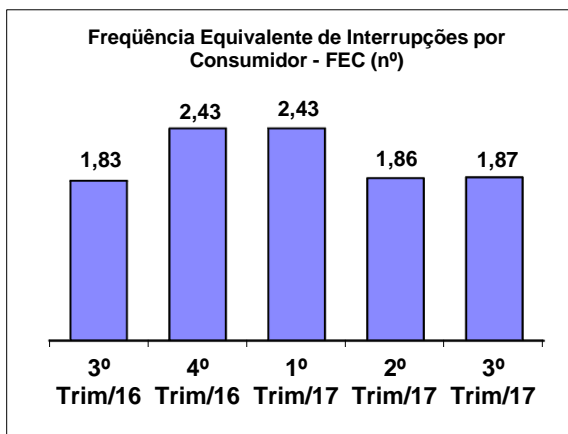
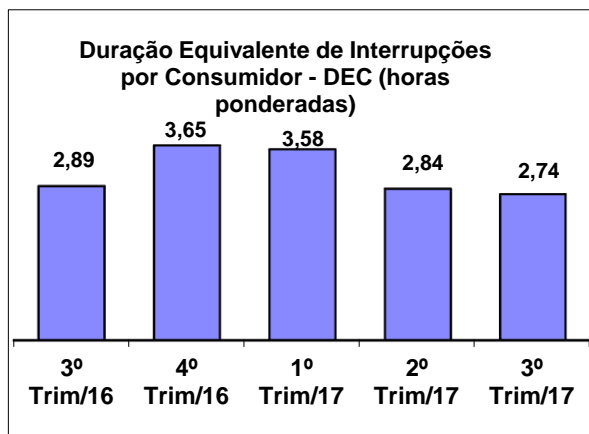
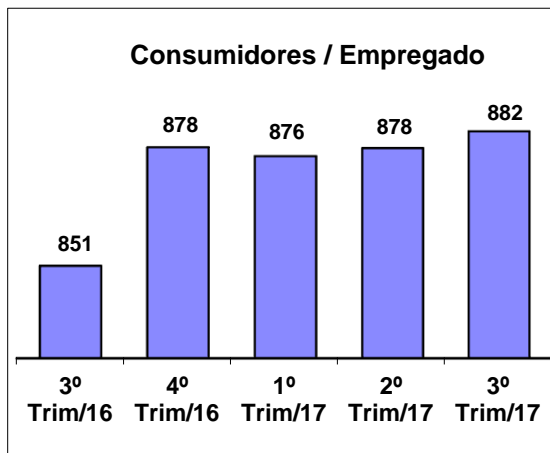
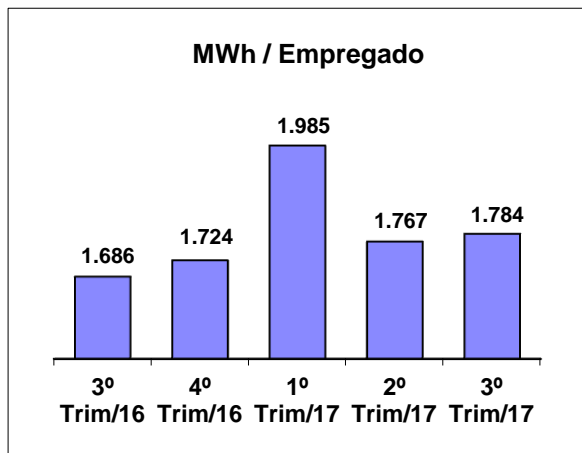
1.5. EBITDA ou LAJIDA



Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes



1.6. Eficiência



Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A.

Florianópolis - SC

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Centrais Elétricas de Santa Catarina S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2017, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 – "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfase

Reapresentação dos valores correspondentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.1 às informações financeiras intermediárias, em decorrência das reclassificações descritas na referida nota explicativa, os valores correspondentes ao balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2016 e às demonstrações consolidadas do resultado e do valor adicionado para os períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto nos pronunciamentos técnicos CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro (equivalente à IAS 8 – "Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors") e CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis (equivalente à IAS 1 – "Presentation of Financial Statements"). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2017, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e como informação suplementar pelas "International Financial Reporting Standards - IFRS", que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente, e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Joinville, 10 de novembro de 2017

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" SC

Ricardo Schenk Duque

Contador

CRC nº 1 RS 060571/O-0

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com todas as informações contidas nas Demonstrações Financeiras referentes às Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Fábio Fick

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES SOBRE O RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Os diretores da Companhia declaram que examinaram, revisaram e concordam com a opinião dos auditores independentes da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, a respeito das Informações Trimestrais da Celesc (individual e consolidada).

Cleverson Siewert

Diretor Presidente

Antônio José Linhares

Diretor de Assuntos

Regulatórios e Jurídicos

Eduardo Cesconeto de Souza

Diretor Comercial

Enio Andrade Branco

Diretor de Geração, Transmissão e

Novos Negócios

James Alberto Giacomazzi

Diretor de Distribuição

Nelson Marcelo Santiago

Diretor de Gestão Corporativa

Fábio Fick

Diretor de Planejamento

e Controle Interno

José Carlos Oneda

Diretor de Finanças e

Relações com Investidores

José Brulino Stähelin

Contador – CRC/SC 18.996/O-8